

Proc. Administrativo 9.228/2024

De: Julio M. - SEMEL

Para: SEMAD-SP - Setor de Planejamento

Data: 18/09/2024 às 15:22:08

Setores envolvidos:

SEMEL, SEMAD-SP, CGG

REQUISIÇÃO 258/2024 - CONTRATAÇÃO DE SOM ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED FESTA DE ANIVERSÁRIO E VIRADA DE ANO

OBJETO: Locação De som, iluminação, painel de LED de acordo com RIDER Técnico dos cantores para realização da FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO e VIRADA DE ANO.

VALOR:

PAULA FERNANDES: R\$ - 34.900,00

BANDA CLUB 7: R\$ - 26.950,00

TOTAL: R\$ - 61.850,00

—

Julio Cesar Menigite

Setor Administrativo

Anexos:

A_ETP284_2024.pdf

B_MR139_2024.pdf

C_termo_de_referencia.pdf

D_termo_de_referencia.docx

E_Declaracao_do_Ordenador_de_Despesas.pdf

F_TERMOS_DE_CIENCIA_FISCAL.pdf

G_NOTA_TECNICA_DE_COMPOSICAO_DE_PRECOS.pdf

H_orcamentos_e_comprovantes.pdf

I_RIDER_PAULA_FERNANDES_TOUR_11_11_SOM_E_LUZ_1_.pdf

J_Rider_Som_luz_e_painel_banda_club_7.pdf

Estudo Técnico Preliminar 284/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

O presente procedimento refere-se à Locação De som, iluminação, painel de LED de acordo com RIDER Técnico dos cantores para realização da FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO e VIRADA DE ANO.

O Município de Ubitatã estará completando na data de 03 de Novembro de 2024, 63 (sessenta e três) anos de emancipação política, na qual tem se erguido política e economicamente sendo destaque em diversas áreas bem como uma grande potencia agrícola do Centro Oeste do Paraná, conta com uma população pujante, firme trabalhadora e batalhadora, que por sua vez além de aguerrida tem maior carinho e interesse pelas festividades que comemoram as datas especiais de suas terras e os faz lembrar de sua história.

Para tanto, A Administração Municipal não poderia deixar passar esse período em que o município comemora sua emancipação, trazendo para a população, show com banda de renome nacional que possa abrilhantar esse dia tão especial e contribuir para que seja mais uma data inesquecível a toda a população Ubitatanense.

Junto a isso e como é de praxe, a passagem de ano é também uma data muito esperada por todos, pois é o momento da virada em que todos fazem suas preces, pedindo o início de uma nova jornada do novo ano, que seja bom próspero frutífero e cheio de paz, tendo sempre uma passagem com uma banda e ou show entregue pela Administração Municipal na intenção de contribuir nesse período festivo de toda a população.

levando isso em conta, temos como eventos as seguintes apresentações:

03/11/2024 - SHOW COM CANTORA PAULA FERNANDES

31/12/2024 - SHOW COM BANDA CLUB 7

Dentro das propostas de preços enviada pelos artistas acima, e levando em consideração ao evento, ficou acertado que é de responsabilidade da contratante no caso a Prefeitura Municipal a entrega de som iluminação e painel de led adequado a execução do show de acordo com Riders Técnico enviado pela equipe técnica dos artistas, desta forma, a montagem de processo licitatório com empresa capacitada para a entrega deste objeto é crucial para garantir a fiel execução do contrato e realização do show conforme esperado pela administração de forma que fique a contento da população em geral.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Esportes e Lazer	Rafael de Mello Bartz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a execução dos shows e após fechamento dos acertos para realização dos eventos, os escritórios dos cantores enviam os Riders Técnicos para que possa o contratante organizar a situação dos shows quanto a palco, som, iluminação painel de Led, Camarim e Geradores, esses documentos entregam a necessidade de cada dupla em relação ao que será necessário a sua apresentação na melhor performance possível, sendo de responsabilidade do Município a execução dos Riders conforme solicitado.

Assinado por 1 pessoa: MARIA INÊS BENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63> e informe o código 1B37-5169-F25E-EF63

diante disto, existe a necessidade de abertura de processo licitatório a fim de encontrar empresas para Locação de som, iluminação e painel de LED de acordo com RIDERS dos Cantores para cada apresentação artística e sendo este um processo licitatório, parte dos requisitos para contratação é a documentação, sendo necessário apresentação na forma que segue:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Em caso de Associações, federações e entes de finalidade exclusiva:

1. Ato constitutivo, Estatuto social em vigor, devidamente registrado no Cartório da respectiva sede.
2. Ata de última eleição, com composição de diretoria vigente.
3. Declaração de Não Nepotismo
4. Declaração de Impedimento de Licitar
5. Declaração de sujeição ao inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
6. Em caso de sociedade empresarial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELLI: Ato Constitutivo;
7. Contrato Social/Estatuto da empresa interessada, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
8. Em caso de Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócios (s) proprietário (s);
10. Cadastro de pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) Proprietário (s)

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
2. Prova de regularidade Fiscal perante a Fazenda federal;
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Regularidade com a fazenda Estadual do Domicílio ou sede da Licitante;
6. Prova de Regularidade com a Fazenda municipal de domicílio de seu CNPJ.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.
 - 1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - 1.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
 - 1.3. Prova de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no outro com atividade regulamentada por lei;
 - 1.4. Prova de registro ou inscrição do profissional responsável pela instalação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no outro com atividade regulamentada por lei;
 - 1.5. Comprovação de curso técnico para segurança em instalações e serviços em eletricidade, em nome do profissional que executará o serviço - Certificação na NR10. (exigência apenas para assinatura do contrato)
 - 1.6. Comprovação de curso técnico para segurança em instalações e serviços em eletricidade, em nome do profissional que executará o serviço - Certificação na NR35. (exigência apenas para assinatura do contrato)

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito com preços solicitados direto para o fornecedor com a seguinte justificativa:

Para cada show de artistas com notória especialização, para que suas apresentações artísticas possam acontecer é solicitado pela equipe técnica dos cantores o formato que deve ser entregue o som, iluminação e painel de led (quando houver), neste contexto, a equipe técnica envia documentação chamada de RIDER TÉCNICO, que deve ser levado a sério para contratação de tais serviços de locação, a fim de não trazer problemas ao show e retirar possíveis problemas de não apresentação dos artistas por conta de contratações erradas de tais produtos.

levando isso em consideração, e trazendo a tona a preocupação de contratação correta a fim de não incorrer em problemas futuros, entendemos pela impossibilidade de trazer preços de tais processos direto do PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS, pois como os RIDERS dos cantores mudam a toda hora na tentativa de oferecer o melhor dos shows, foi necessário a pesquisa de preços direto com fornecedores, pois os mesmos poderiam verificar de forma correta a quantidade de material necessário e o valor de mercado para tal locação.

6. Descrição da solução como um todo

para a correta execução dos Shows é necessário a contratação correta de SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, de acordo com RIDERS TÉCNICOS, entregues pela equipe técnica dos cantores, o que por sua vez encontra-se bem definida nos documentos anexo a este processo bem como anexado ao processo digital de abertura de licitação.

os riders contêm quantidade de caixas microfones fios e aparelhagens necessárias a execução do evento atrelado ao processo, bem como a disposição e quantidade de luzes necessárias a execução da apresentação artística.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VL. UNIT.	VL TOTAL
01	LOCAÇÃO DE SOM E ILUMINAÇÃO DE ACORDO COM RIDER TECNICO PARA ATENDER SHOW DA CANTORA PAULA FERNANDES	01	34.900,00	34.900,00
02	LOCAÇÃO DE SOM E ILUMINAÇÃO DE ACORDO COM RIDER TECNICO PARA ATENDER SHOW DA BANDA CLUB 7	01	26.950,00	26.950,00
			TOTAL:	61.850,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 61.850,00

(sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A execução dos shows se dará em datas distintamente diferentes, sendo possível a operacionalização de todos os produtos na troca dos materiais de cada show.

Desta forma, e levando em conta a operacionalização do serviço, tendo que cada show acontecerá em dia específico, a Administração não vê problemas para que o julgamento seja por item, podendo sim o parcelamento da solução ser algo viável no processo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

para execução de shows foi utilizado o processo de licitação de inexigibilidade dos cantores, elencados em ETP 265/2024 desta mesma unidade de gestão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As despesas ao referido processo estão em conformidade com o inciso II, do Artigo 16, da lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A Contratação não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal; e a despesa contratual relativa ao atual exercício está adequada à lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Realização do evento com artista renomado, do qual possui a permeabilidade dos assuntos voltados a shows de renome nacional, do qual possui experiência na missão de retratar a cultura através da música.

É princípio da administração pública conforme confere a constituição federal em seu artigo 6 e artigo 215 o direito a cultura e ao lazer, o que por sua vez essas contratações traz a tona a oferta de direitos expressos na constituição federal.

Além do que descreve acima podemos citar:

- Benefício Social
- Troca de experiências e culturas
- Lazer
- Promoção do comércio
- Aumento do Capital de giro no mercado de negócios.

13. Providências a serem Adotadas

A demanda será acompanhada pelo setor requisitante, responsável do serviço a ser contratado, estes, devidamente capacitados para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso dos eventos e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo o fluxo da contratação pública.

dentre eles, A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

1. Definição de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.
2. Definição de planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado.
3. Primazia no processo de contratação legal, sem ferir prazos, valores e o que versa a lei de contratação 14.133/2021.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em circunstâncias como as elencadas neste processo, os riscos e impactos ambientais sobre o produto é considerado nulo, vez que os shows acontecem levam a musica, e não causa dano ao meio ambiente, que é ligados a promoção de lazer e qualidade de vida.

Entretanto, caso haja necessidade, A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08 de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigo 4º e 6º da Resolução Conama nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação se torna viável, pois o processo de contratação dos cantores já está em processo de finalização, o que por sua vez, não acontecerá os shows sem a devida contratação de que trata este Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO CESAR MENIGITE

Auxiliar Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/09/2024 às 16:33:54.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

139/2024

Objeto da Matriz de Riscos

Locação De som, iluminação, painel de LED de acordo com RIDER Técnico para realização de show dia 03/11 e 31/12/2024

Responsável pela Edição

JULIO CESAR MENIGITE

Data de Criação

13/09/2024 16:15

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atrasos no tramite da documentação processual	Atraso na contratação e consequente impossibilidade de atender a necessidade do evento.	Planejamento	Administração	Médio	183
	Impactos					
1	Impossibilidade de sequencia do processo de contratação para o evento.					
	Ações Preventivas					
P-01	priorizar o processo junto aos órgãos competentes.			Responsável: JULIO CESAR MENIGITE		
	Ações de Contingência					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não aprovação da instrução processual pela autoridade competente	Não contratação e impossibilidade de atender a necessidade do evento.	Planejamento	Administração	Baixo	1337-5169-F25E-EF63 e inform
	Impactos					
1	Refazimento dos documentos de planejamento de contratação. Atraso nos planos de contratação.					
	Ações Preventivas					
P-01	Definir de forma objetiva e clara os requisitos da contratação tanto no Termo de Referência, quanto na minuta do contrato				Responsável: JULIO CESAR MENIGITE	
	Ações de Contingência					
C-01	Celeridade nos tramites processuais e acompanhamento			Responsável: JULIO CESAR MENIGITE		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Indisponibilidade orçamentária da contratante	Restrição orçamentária e ou priorização de outros projetos.	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Não realização da contratação, impossibilidade de realização do evento					
	Ações Preventivas					
P-01	verificar disponibilidade financeira antecipadamente			Responsável: JULIO CESAR MENIGITE		
	Ações de Contingência					
C-01	solicitar, caso falte, disponibilidade financeira a fim de cumprir com os compromissos de contrato.			Responsável: JULIO CESAR MENIGITE		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº
R-04	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritos	Responsável pelo Planejamento da Contratação não detém conhecimentos específicos em relação ao Objeto necessários para boa definição dos requisitos.	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	contratação inadequada ou ineficiente, dificuldade de obtenção de solução necessária ou diminuição da competição e aumento dos custos de desperdícios de recursos públicos.					
Ações Preventivas						
P-01	Área requisitante deve ser a autora do Documento para Formalização da Demanda. Órgão deve estabelecer que contratações devam ser planejadas por equipe de planejamento multidisciplinar, levando em consideração experiências de outros			Responsável: JULIO CESAR MENIGITE Proc. Administrativo 9.228/2024		

setores da instituição. (Responsáveis: Gabinete, Administração, Finanças, Supervisão de Licitações e Secretaria demandante.

Ações de Contingência

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	não cumprimento do contrato na íntegra	Equipe contratada, não observa e não cumpre o contrato conforme proposta anterior, edital e contrato vigente.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	possíveis problemas na realização do evento, risco de abertura de processo administrativo posterior					
Ações Preventivas						
P-01	fiscalizar a execução do contrato na íntegra para que sejam percebidas as falhas e corrigidas em tempo hábil à execução do evento.					
Ações de Contingência						

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente procedimento refere-se à Locação De som, iluminação, painel de LED de acordo com RIDER Técnico dos cantores para realização da FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO e VIRADA DE ANO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD	V. UNIT R\$	V. TOTAL R\$
1	Locação de som e iluminação e painel de Led para palco de 18x14m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da Cantora PAULA FERNANDES, para show a ser realizado no dia 03/11/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 01:30 horas.	13757	Unidade	01	34.900,00	34.900,00
2	Locação de som e iluminação e painel de LED para palco de 12x10m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da BANDA CLUB 7, para show da virada a ser realizado no dia 31/12/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 03:00 horas.	13757	Unidade	01	26.950,00	26.950,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 08 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto:

5.1.2. 03/11/2024 – FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

5.1.3. 31/12/2024 – SHOW DA VIRADA DE ANO.

5.1.4. A locação de som deverá atender os shows dos cantores de acordo com RIDERS Técnicos alocados no processo, entretanto, Toda a estrutura deverá estar instalada e pronta para uso com antecedência mínima de doze horas do horário estipulado para início de cada evento, devendo ficar disponível e em pleno funcionamento durante todo o show.

5.1.5. A empresa deverá disponibilizar pessoal a fim de realizar a montagem da estrutura de maneira fixa e segura. Caso sejam constatadas irregularidades durante a montagem ou durante a realização do evento, a empresa deverá providenciar as devidas correções de imediato. O Município apenas aceitará a estrutura quando verificado que a mesma está instalada totalmente e de maneira segura.

5.1.6. Todas as despesas com manutenção, instalação e desinstalação correrão exclusivamente por conta da empresa, bem como despesas com transporte, hospedagem, alimentação dos profissionais envolvidos, entre outros.

5.1.7. A empresa deverá iniciar a desmontagem da estrutura após o término do evento, devendo deixar o local nas mesmas condições em que se encontrava antes da instalação.

5.1.8. Caso seja constatado defeito no funcionamento, a empresa deverá prover a substituição de imediato, sob pena de aplicação das sanções previstas no presente Termo de Referência.

5.1.9. Fica a cargo da empresa o fornecimento de equipamentos individuais e materiais necessários para desenvolvimento dos trabalhos.

5.1.10. A empresa deverá emitir anotação de responsabilidade técnica ou documento equivalente referente à estrutura instalada.

5.1.11. No caso de recusa do objeto contratado, o prazo para refazimento/readequação será a metade do prazo inicialmente estipulado para execução, sujeitando-se à contratada às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: PRAÇA VEREADOR HORÁCIO RIBEIRO, AO LADO DA PREFEITURA.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: DEVERÃO ESTAR LIBERADOS PARA PASSAGEM DE SOM A PARTIR DAS 13:00 HORAS.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo

- 5.4.1. Processo Licitatório
- 5.4.2. Assinatura do contrato
- 5.4.3. Ordem de Serviços
- 5.4.4. Execução dos serviços
- 5.4.5. Emissão de Nota Fiscal
- 5.4.6. Conferencia e Pagamento.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e qualidades estabelecidas em NORMA GERAL ABNT, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período que durar a execução dos serviços.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, o senhor Julio Cesar Menigite, ou pelo respectivo substituto, o senhor Helder Cristiano Brasil da Silva.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização Técnica se dará por conta do servidor: Julio Cesar Menigite.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.19. A fiscalização Administrativa se dará por conta do Servidor: Julio Cesar Menigite.

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Maria Inês Bento, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos definitivamente durante a execução do evento, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.2.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 7.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.2.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 7.2.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 7.2.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.
- 7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.7.1. o prazo de validade;
 - 7.7.2. a data da emissão;
 - 7.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.7.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.7.5. o valor a pagar; e
 - 7.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 7.10. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.22. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.23. Prova de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no outro com atividade regulamentada por lei;

8.24. Prova de registro ou inscrição do profissional responsável pela instalação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no outro com atividade regulamentada por lei;

8.25. Comprovação de curso técnico para segurança em instalações e serviços em eletricidade, em nome do profissional que executará o serviço-Certificação na NR10.(exigência apenas para assinatura do contrato)

8.26. Comprovação de curso técnico para segurança em instalações e serviços em eletricidade, em nome do profissional que executará o serviço-Certificação na NR35. (exigência apenas para assinatura do contrato)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 61.850,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatuba.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	4575	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E		34.900,00
0702	4576	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E		26.950,00

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ubiratã, 13 de setembro de 2024.

Julio Cesar Menigite

Auxiliar Administrativo

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **Maria Inês Bento**, Secretária Municipal da Coordenação Geral de Governo, no uso das atribuições que me confere o cargo e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARO, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição nº 258/2024 de pregão eletrônico de Licitação, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).
Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assino a presente.

Ubiratã Pr. 18 de setembro de 2024

Maria Inês Bento
Secretária Municipal da Coordenação Geral de Governo



TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Requisição nº 258/2024

Objeto: O presente procedimento refere-se à Locação De som, iluminação, painel de LED de acordo com RIDER Técnico dos cantores para realização da FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO e VIRADA DE ANO.

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposição legais que regulam a matéria.

Secretaria De Esportes E Lazer
Servidor (Fiscal): Julio Cesar Menigite
Cargo/Função: Auxiliar Administrativo
Setor De Lotação: Secretaria De Esportes E Lazer
Fone De Contato: 44 3543-4355
E-MAIL: esporte@ubirata.pr.gov.br

Servidor (Fiscal Substituto): Helder Cristiano Brasil Da Silva
Cargo/Função: Auxiliar De Serviços Diversos
Setor De Lotação: Secretaria De Esportes E Lazer
Fone De Contato: 44 3543-4355
E-MAIL: esporte@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, 18 de setembro de 2024.

Julio Cesar Menigite
Fiscal do Contrato

Helder Cristiano Brasil da Silva
Fiscal Substituto do Contrato

NOTA TÉCNICA Nº 017/2024 – SEMEL
ANÁLISE CRÍTICA DE PESQUISA DE PREÇOS

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente procedimento refere-se à Locação De som, iluminação, painel de LED de acordo com RIDER Técnico dos cantores para realização da FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO e VIRADA DE ANO.

2. FONTES CONSULTADAS

2.1. Para identificação do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros art. 5º incisos IV da IN SEGES/ME nº 65/2021, respaldados pelo Decreto Municipal nº 41/2023.

2.2. No caso do processo licitatório em tela, a opção que tivemos foi a de levantamento de preços direto com fornecedores, respaldada pelo mencionado instrumento normativo, e fundamentada pelo tipo de serviço a ser executado, pois em processo paralelo a este, os shows que serão executados no evento, os cantores enviam para os locais onde serão os eventos, os RIDERS técnicos de suas apresentações, sendo necessário a formalização do processo licitatório com base nesses documentos, para que seja celebrado processo sem riscos de os cantores não se apresentarem por incompatibilidade de instrumentação necessárias para a apresentação.

O que nos arremete a solicitar orçamento direto de fornecedores é pelo fato que as empresas que enviamos pedido de orçamento, são empresas acostumadas a prestarem serviços em eventos de grande porte para shows do mesmo gabarito que os que acontecerão dentro deste município, e, portanto, tem na visão desta administração, a capacidade de atender aos RIDERS técnicos dos shows mencionados para o evento.

2.3. Na consulta direta com os fornecedores, foi enviada comunicação as seguintes empresas:

Nº	Fornecedor	CNPJ	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
1	CHAGAS EVENTOS LTDA.	49.834.549/0001-70	SIM	Ramo pertinente para atender o objeto.
2	A. DOS SANTOS - PRODUTORA DE AUDIO & VIDEO	14.429.883/0001-64	SIM	Ramo pertinente para atender o objeto.
3	ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME	21.474.292/0002-55	SIM	Ramo pertinente para atender o objeto, participante de outros processos anteriores dos mesmos serviços.

2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5 da IN SEGES/ME nº 65/2021.

3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

ITEM 1 – Locação de som e iluminação para PAULA FERNANDES - (Descrição completa no termo de referência)			
Nº	FORNECEDOR	CNPJ	VALOR UNIT.
1	CHAGAS EVENTOS LTDA.	49.834.549/0001-70	R\$ 34.900,00
2	A. DOS SANTOS - PRODUTORA DE AUDIO & VIDEO	14.429.883/0001-64	R\$ 38.600,00
3	ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME	21.474.292/0002-55	R\$ 35.500,00

ITEM 2 – Locação de som e iluminação para BANDA CLUB 7- (Descrição completa no termo de referência)			
Nº	CONTRATAÇÕES SIMILARES	FONTE	VALOR UNIT.
1	CHAGAS EVENTOS LTDA.	49.834.549/0001-70	R\$ 26.950,00
2	A. DOS SANTOS - PRODUTORA DE AUDIO & VIDEO	14.429.883/0001-64	R\$ 27.450,00
3	ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME	21.474.292/0002-55	R\$ 28.600,00

4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base no MENOR PREÇO dos valores obtidos através de uma análise dos custos dos orçamentos enviados, levando em consideração as características e exigências específicas dos objetos a serem contratados. Essa metodologia foi adotada visando garantir uma estimativa realista de acordo com o município onde serão efetuados os serviços, alinhada com os princípios da economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

O menor preço foi considerado, pensando sempre em alcançar o maior número de fornecedores para maior possibilidade de atendimento de aquisição do produto, o que por sua vez, torna útil a utilização de tal método, pois coloca todos os competidores no certame com preços justos e aberto a disputa na fase de lance, correndo menor risco de deixar por deserto o processo licitatório, o que por sua vez, apenas geraria custos ao erário e danos aos serviços necessários para o bom andamento da administração. desta forma, o menor preço tem a intenção de colocar todos os participantes na disputa novamente, atingindo assim o princípio da isonomia.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é:

ITEM 1: R\$ 34.900,00 (trinta e quatro mil e novecentos reais);

ITEM 2: R\$ 26.950,00 (vinte e seis mil novecentos e cinquenta reais).

ITEM 1 - Locação de som e iluminação para PAULA FERNANDES	
FORNECEDOR	VALOR UNIT.
CHAGAS EVENTOS LTDA.	R\$ 34.900,00
A. DOS SANTOS - PRODUTORA DE AUDIO & VIDEO	R\$ 38.600,00
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME	R\$ 35.500,00
MENOR PREÇO CALCULADO	R\$ 36.333,33

ITEM 2 - Locação de som e iluminação para BANDA CLUB 7	
FORNECEDOR	VALOR UNIT.
CHAGAS EVENTOS LTDA.	R\$ 26.950,00
A. DOS SANTOS - PRODUTORA DE AUDIO & VIDEO	R\$ 27.450,00
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME	R\$ 28.600,00
MENOR PREÇO CALCULADO	R\$ 27.666,66

5.2. Após realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: JULIO CESAR MENIGITE, matrícula nº 18511.

Ubiratã/PR, 18 de setembro de 2024.

JULIO CESAR MENIGITE
AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Arquivo

Editar

Imprimir

Ir

Mensagem

Eventos e tarefas

Ferramentas

Ajuda

Entrada - esporte@ubirata.pr.gov.br

Re: solicitação de orçamento por RIDER

De: Adler Santos <adler.audio@hotmail.com>

Para: Julio Cesar

Assunto: Re: solicitação de orçamento por RIDER para show cantora Paula Fernandes e para show banda club 7

Responder

Encaminhar

Arquivar

Spam

Excluir

Assin

09:37

Segue a cotação.

De: Secretaria de Esportes e Lazer <esporte@ubirata.pr.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 12 de setembro de 2024 10:35

Para: adler.audio@hotmail.com >> Adler Santos <adler.audio@hotmail.com>

Assunto: Fwd: solicitação de orçamento por RIDER para show cantora Paula Fernandes e para show banda club 7

Mensagem encaminhada

Assunto: solicitação de orçamento por RIDER para show cantora Paula Fernandes e para show banda club 7

Data: Mon, 2 Sep 2024 16:24:10 -0300

De: Secretaria de Esportes e Lazer <esporte@ubirata.pr.gov.br>

Organização: Secretaria de Esportes

Para: Adler Santos <adler.audio@hotmail.com>

Boa Tarde!

O Município de Ubiratã está promovendo a festa de aniversário do Município no dia 03/11/2024, e terá como atração a cantora PAULA FERNANDES, para tanto encaminho pedido de orçamento de SOM ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, de acordo com rider técnico da cantora.

juntamente a isso, estaremos promovendo a festa da virada de ano, e par isso, encaminho RIDER, para pedido de orçamento através de RIDER técnico da BANDA CLUB 7, peço a gentileza de envio dos orçamentos para que possamos dar sequencia no processo.

> 1 anexo: Prefeitura Ubiratã aniversário e reveillon.ppt# 519(0)

Salvar

Painel hoje

Assinado por 1 pessoa: MARIA INÊS BENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.pr.gov.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63> e informe o código 1B37-5169-F25E-EF63



Maringá, 12 de Setembro de 2024.

À
Prefeitura de Ubatã

Prezados senhores,

Segue conforme solicitado orçamento para realização de Shows artísticas,
conforme abaixo:

EVENTO: ANIVERSARIO DA CIDADE E REVEILLON
LOCAL: PRAÇA CENTRAL
DATA: 03/11/2024 E 31/12/2024

Qtidade	Descrição	Unit.	Total
1	Atender o Rider Técnico de SOM, LUZ e PAINEL LED da Cantora Paula Fernandes para Show que será dia 03/11/2024.	R\$ 38.600,00	R\$ 38.600,00
1	Atender o Rider Técnico de SOM, LUZ e PAINEL LED da BANDA CLUB7 para Show que será dia 31/12/2024.	R\$ 27.450,00	R\$ 27.450,00
TOTAL			66.050,00

Cotação para pagamento a vista

Proposta válida para 30 dias

ADLER DOS
SANTOS:7713367691
5
Assinado de forma digital por
ADLER DOS SANTOS:77133676915
Dados: 2024.09.12 09:14:06 -03'00'
A. DOS SANTOS PRODUTORA DE AUDIO & VIDEO
Adler dos Santos

Arquivo

Editar

Excluir

Ir

Mensagem

Eventos e tarefas

Ferramentas

Ajuda

Entrada - esporte@ubirata.pr.gov.br

Re: solicitação de orçamento por RIDER

De: carlos chagas <carlinhos_tneventos@hotmail.com>

Para: Julio Cesar

Assunto: Re: solicitação de orçamento por RIDER para show cantora Paula Fernandes e para show banda club 7

Responder

Encaminhar

Arquivar

Spam

Excluir

Assinatura

10:36

Para proteger sua privacidade, o Thunderbird bloqueou conteúdo remoto desta mensagem.

De: carlos chagas <carlinhos_tneventos@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 12 de setembro de 2024 09:43

Para: Secretaria de Esportes e Lazer <esporte@ubirata.pr.gov.br>

Assunto: RE: solicitação de orçamento por RIDER para show cantora Paula Fernandes e para show banda club 7

Carlos Chagas

Sócio Administrador

CARLOS CHAGAS - EVENTOS LTDA

CNPJ: 07.408.113/0001-70

(44) 9 9767-3580

carlinhos_tneventos@hotmail.com

RUA PONTA GROSSA, Nº 90, CENTRO, TUNEIRAS DO OESTE/PR

De: Secretaria de Esportes e Lazer <esporte@ubirata.pr.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 2 de setembro de 2024 16:22

Para: carlos chagas <carlinhos_tneventos@hotmail.com>

Assunto: solicitação de orçamento por RIDER para show cantora Paula Fernandes e para show banda club 7

Bom Tarde!

O Município de Ubatuba está promovendo a festa de aniversário do Município no dia 03/11/2024, e terá como atração a cantora PAULA FERNANDES, para tanto encaminho pedido de orçamento de SOM ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, de acordo com rider técnico da cantora.

juntamente a isso, estaremos promovendo a festa da virada de ano, e por isso, encaminho RIDER, para pedido de orçamento através de RIDER técnico da RAMM FLIR 7, para a montagem de som e iluminação para esta

> 1 anexo: ORÇAMENTO - PAULA FERNANDES.pdf 2024/09

Assinado por 1 pessoa: MARIA INÉS BENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.pr.gov.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63> e informe o código 1B37-5169-F25E-EF63

Proc. Administrativo 9.228/2024

24/362



CHAGAS EVENTOS LTDA
RUA PEDRO SEGURA ALDA, Nº. 264 (APT. 02) – CENTRO, TAPEJARA/PR
CNPJ: 49.834.549/0001-70 – INSC. ESTADUAL: 90992182-12
E-mail: carlinhos_tneventos@hotmail.com – Telefone: (044) 9 9757-3590

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Orçamento para atender o evento da Paula Fernandes 2024, município de Ubitatã/PR

ITEM	QTDE.	UNID.	PRODUTO/SERVIÇO	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	UN	Atender Rider Técnico Paula Fernandes – MÊS: 11/2024	34.900,00	34.900,00
02	01	UN	Atender Rider Técnico Banda Club 7 – 31/12/2024	26.950,00	26.950,00
TOTAL:					61.850,00

CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

1 - A validade do(s) preços é de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento desta proposta.

ORÇAMENTO PARA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

INS. ESTADUAL:

ENDEREÇO:

CEP:

CIDADE/ESTADO:


TELEFONE:

E-MAIL:

CARIMBO CNPJ

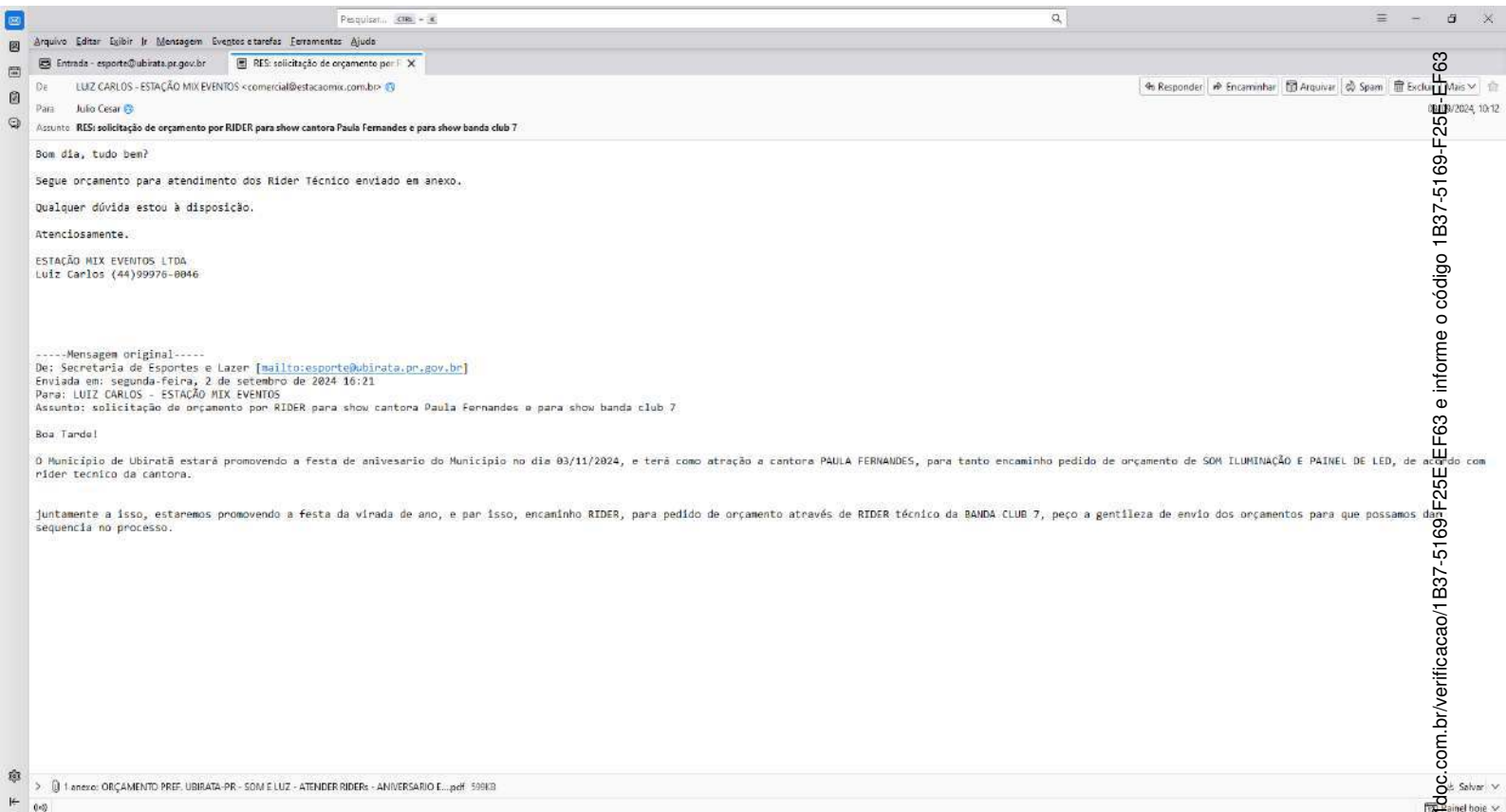
SE HOUVER

TAPEJARA/PR, EM 12 DE SETEMBRO DE 2024


Assinado de forma digital por
CARLOS CHAGAS:02418632954
Dados: 2024.09.12 10:21:10 -03'00'
CARLOS CHAGAS
Responsável Legal da empresa

Assinado por 1 pessoa: MARIA INÉS BENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63> e informe o código 1B37-5169-F25E-EF63





Assinado por 1 pessoa: MARIA INÉS BENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.pr.gov.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63> e informe o código 1B37-5169-F25E-EF63



PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
LOCAÇÃO DE SOM - ILUMINAÇÃO - PALCO - PAINEL LED
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (044) 99976-0046 99800-0075

À

Prefeitura Municipal de Ubitatã – PR.,

Setor de Compras

Apresentamos através deste nosso orçamento para locação de equipamentos de SOM, ILUMINAÇÃO e PAINEL LED, conforme solicitado para atender **RIDER TECNICO** da Cantora **PAULA FERNANDES** dia 03/11/2024 e dia 31/12/2024 **BANDA CLUB 7**, conforme segue abaixo:

NOME DA EMPRESA: ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA				
RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO: Luiz Carlos Ferreira				
DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL: Estação Mix Eventos LTDA				
CNPJ: 21.474.292/0002-55				
ENDEREÇO: Rua José Antônio Ferrari, 152 Parque Industrial Cianorte/PR				
TELEFONE: 44-999760046				
E-MAIL: comercial@estacaomix.com.br				
ITENS				
Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor total
01	Unid.	Atender o Rider Técnico de SOM, LUZ e PAINEL LED da Cantora Paula Fernandes para Show que será dia 03/11/2024. Obs. O PAINEL LED P 3.9 OUTDOOR é no tamanho 12x6 somando total de 72 metros no fundo do PALCO.	35.500,00	35.500,00
01	Unid.	Atender o Rider Técnico de SOM, LUZ e PAINEL LED da BANDA CLUB7 para Show que será dia 31/12/2024. Obs. PAINEL LED P 3.9 OUTDOOR é no tamanho 6x2 somando total de 12 metros no fundo do PALCO.	28.600,00	28.600,00

Condições de Pagamento: a Vista.

Validade do orçamento: 60 dias

Cianorte-Paraná, 05 de Setembro de 2024.

LUIZ CARLOS
FERREIRA:818370
03904

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS
FERREIRA:81837003904
Dados: 2024.09.09 10:10:46
-03'00'

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA
Sócio administrador
Luiz Carlos Ferreira - CPF 818.370.039-04



Rua José Antonio Ferrari, 152 Parque Industrial, Cianorte-Paraná.
e-mail: comercial@estacaomix.com.br
CNPJ: 21.474.292/0002-55



RIDER DE SOM

	<u>P.A.</u>
01	MIXER: DIGICO SD7,SD8,SD10/ Soundcraft Vi4, Vi6, VI3000, VI5000,VI7000 / YAMAHA PM5DRH,CL5/ DIGIDESIGN VENUE, PROFILE, MIX RACK COM 3 PLACAS de DSP.
02	Sistema de P.A. compatível com o local do evento, MARCAS:(L'ACOUSTICS, D&B AUDIOTECHNIK, NORTON, MARTIN AUDIO, NEXO, MEYER, JBL, D.A.S Sistemas nacionais, só serão aceitos: (FZ, LS AUDIO E ATTACK LAS 212)
03	Sistema de P.A. (Preferência line array) com software de alinhamento sendo alinhado e monitorado pelo mesmo. OS MESMOS DEVERÃO SER MONTADOS À 01MT DE FRENTE DA BOCA DE CENA E 02 Metros PARA FORA DO PALCO!!!!!!
04	SISTEMA DE P. A. COM O SUB WOOFER E FRONTFILL SEPARADOS DO L/R Será necessário caixas específicas para uso de frontfill, centerfill, e downfill conforme necessidade de reprodução/cobertura mais homogênea para o público.
05	SITUAÇÕES EM QUE A ÁREA DESTINADA AO PÚBLICO ULTRAPASSAR 50 METROS DE PROFUNDIDADE EM RELAÇÃO AO PALCO DEVE SER AVALIADA A NECESSIDADE DE SISTEMAS DE TORRES DE DELAY.
06	Sistema de comunicação (Clearcom) entre F.O.H e Monitor
07	NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE TELA ORTOFÔNICA NA FRENTE DO P.A. DEVIDO À SUA COMPOSIÇÃO SER TÃO PREJUDICIAL AO SOM, SHOW E PUBLICO.

	MONITOR
01	Consoles Soudcraft VI/ Yamaha PM5Drh/ CL5, DIGICO SD8/ SD10/ SD7, AVID-DIGIDESIGN VENUE/PROFILE/MIX RACK,
02	01 Side Fill Stéreo
03	Backline: 01 Bateria Gretsch, Pearl, Yamaha com 04 estantes prato. 01 Amplificador de baixo. (Ampeg SVT-PRO 8x10",GK 800, Hartike) 02 Amplificadores de guitarra. (Fender Twin, Marshall, Vox)
04	Sistema de monitoração IN EAR exclusivo do artista, não compartilhado com outros artistas
05	A produção da banda tem todo o sistema de monitoração. Ficando à cargo da empresa de som a alimentação de energia no palco, patch, cabos de microfones, microfones e pedestais.
06	Necessita-se de um sistema de IN EAR em standby com 4 transmissores Shure PSM900 e seus respectivos body packs e antena, combiner e um Power Play com oito canais.
07	Disponibilizar 12 pedestais grandes, 08 pedestais pequenos e 04 garras LP. 06- Praticáveis com altura 40cm 01- Praticável com altura 1 metro

<u>MICROFONES</u>	
1	Shure Beta 91 e Shure Beta 52
6	Shure SM 58
7	Shure SM 81
4	Shure Beta 98
5	Shure SM 57
4	Shure SM 58
3	Shure SM 58 AXIENT
4	

- **Produção: Emílio Haddad** (31) 99766-2105
- **Monitor: Clésio Valente** (31) 99252-2058
- **P.A.: Jair França** (31) 99202-1938

Gentileza empresa contratada entrar em contato para esclarecimento do equipamento.

- **Atualizado outubro de 2023**

CH	INPUT	MIC / DI	SUPORTE
01	KICK IN	Shure Beta 91	
02	KICK OUT	Shure Beta 52	PEDESTAL PQ
03	SN 1 TOP	Shure Beta 57a / SM57	PEDESTAL PQ
04	SN 1 BOT	Shure Beta 57a/ SM57	PEDESTAL PQ
05	SN 2 TOP	Shure Beta 57a/ SM 57	PEDESTAL PQ
06	SN 2 BOT	Shure Beta 57a/ SM57	PEDESTAL PQ
07	HI HAT	Shure KSM 141/ SM81	PEDESTAL P
08	R TON 1	Shure Beta 57ª / SM57	GARRA DO MIC
09	R TON 2	Shure Beta 57ª / SM57	GARRA DO MIC
10	TON	Shure Beta 98 / 904	GARRA DO MIC
11	FLOOR 1 L	Shure Beta 98 / 904	GARRA DO MIC
12	FLOOR 2 R	Shure Beta 98 / 904	GARRA DO MIC
13	OH L	Shure KSM 32/ SM 81	PEDESTAL G
14	OH R	Shure KSM 32 / SM 81	PEDESTAL G
15	RIDE	Shure KSM 141 / SM 81	PEDESTAL PQ
16	BASS	Direct Box	
17	ACORDEON	XLR (SEM FIO)	
18	VIOL..NYLON	XLR (SEM FIO)	
19	GTR 1 L	DIRECT BOX	
20	GTR 1 R	DIRECT BOX	
21	GTR 2	XLR	
22	VIOLÃO AÇO A	DIRECT BOX	
23	STEEL	DIRECT BOX	
24	VIOLÃO	DIRECT BOX	
25	BANDOLIN	DIRECT	
26	VIOLÃO PL 1 1	XLR (SEM FIO)	
27	VIOLÃO PL 2 2	XLR (SEM FIO)	
28	GTR PAULA 3	XLR (SEM FIO)	
29	KEY L	Direct Box	
30	KEY R	Direct Box	
31	SAMPLER L	Direct Box	
32	SAMPLER R	Direct Box	
33	BACKING L	Direct Box	
34	BACKING R	Direct Box	
35	VOZ MÁRCIO (GTR 1)	Shure SM 58	PEDESTAL G
36	VOZ ANDRÉ (GTR 2)	Shure SM 58	PEDESTAL G
37	VOZ PAULA	XLR (SEM FIO AXIENT 58)	PEDESTAL G
38	VOZ STANDY BY	XLR (SEM FIO AXIENT 58)	PEDESTAL G
39	CONVIDADO vs	Direct Box	
40	CLICK	Direct box	
41	VOZ INTERNA (GTR 1)	Shure SM 57a	PEDESTAL G
42	MIC DE AMBIENCIA	SHOT GUN (Só NO MONITOR)	PEDESTAL
43	MIC. DE AMBIENCIA	SHOT GUN (Só NO MONITOR)	PEDESTAL
44	REGÊNCIA	DIRECT BOX	
45			
46	LOCUTOR 1	Shure SM 58 SEM FIO	
47	TIME CODE 2	Direct Box	
48	TIME CODE 3	Direct Box	

MONITOR MIX		
1/2	GUITARRA 1	PSM 1000
3/4	ACORDEON	PSM 1000
5/6	GUITARRA 2	PSM 900
7/8	BAIXO	XLR Até o amplificador de fone próximo ao músico
9/10	STEEL	PSM 900
11/12	ROADIE	PSM 900
13/14	TECLADO	PSM 900
15/16	BATERIA	XLR Até o amplificador de fone próximo ao músico
17/18	SIDE FILL	
19/20	CENÁRIO	PSM 900
L/R	PAULA	2 PSM 1000 (PAULA + ST BY)
21	EFEITO 1	
22	EFEITO 2	
23	EFEITO 3	
24	EFEITO 4	

PALCO

O Local da apresentação ora contratada deverá estar de acordo com as normas de segurança federais, respondendo o CONTRATANTE por quaisquer incidentes com o Artista, músicos e equipe. A estrutura do palco deve ser de alumínio Q50, ter 16m de boca de cena

14m de profundidade, **7m** de pé direito e 2,20 do chão ao piso do palco, com duas aéreas de serviço (som e luz) de 5x5 no mesmo nível e suportar o peso de 70 (setenta) pessoas, ou **5.000Kg**. Devendo o palco estar pronto no dia da montagem com todos os acabamentos como pintura, piso **nivelado (caso necessário favor usar Madeirit modelo naval)**,

07 Praticáveis

Pantográficos ou telescópios com travas, em excelente estado, com dois níveis no mínimo de altura (em caso de festivais os mesmos deverão estar com rodas) e duas escadas de acesso. As laterais do palco devem ser fechadas com Madeirit de 2,20 mts, e 3,30 mts no fundo. Obrigatoriamente deverá ter um trocador em cima do palco na lateral medindo 3x2 em octanorme ou material similar com espelho de corpo inteiro, arara e iluminação.

IMPORTANTE

- O SISTEMA DE SOM DEVERÁ SER ALIMENTADO POR UM GERADOR SEPARADO DA ILUMINAÇÃO.

Atenção !! AC ESTABILIZADO NO PALCO 120V

OBS: Durante a apresentação é necessário a presença de um eletricista e ou um técnico em gerador capacitado a solucionar quaisquer eventualidades técnicas.

PATCH PARA SUB-SNAKES

SUB-SNAKE 01 BATERIA 01		
01	CH 01	KICK 1 – SM91
02	CH 02	KICK 2 - BETA 52
03	CH 03	SN1 TOP
04	CH 04	SN1 BOT
05	CH 05	SN2 TOP
06	CH 06	SN2 BOT
07	CH 07	HI HAT
08	CH 08	RON TON TON 1
09	CH 09	RON TON TON 2
10	CH 10	TON
11	CH 11	FLOOR 1
12	CH 12	FLOOR 2

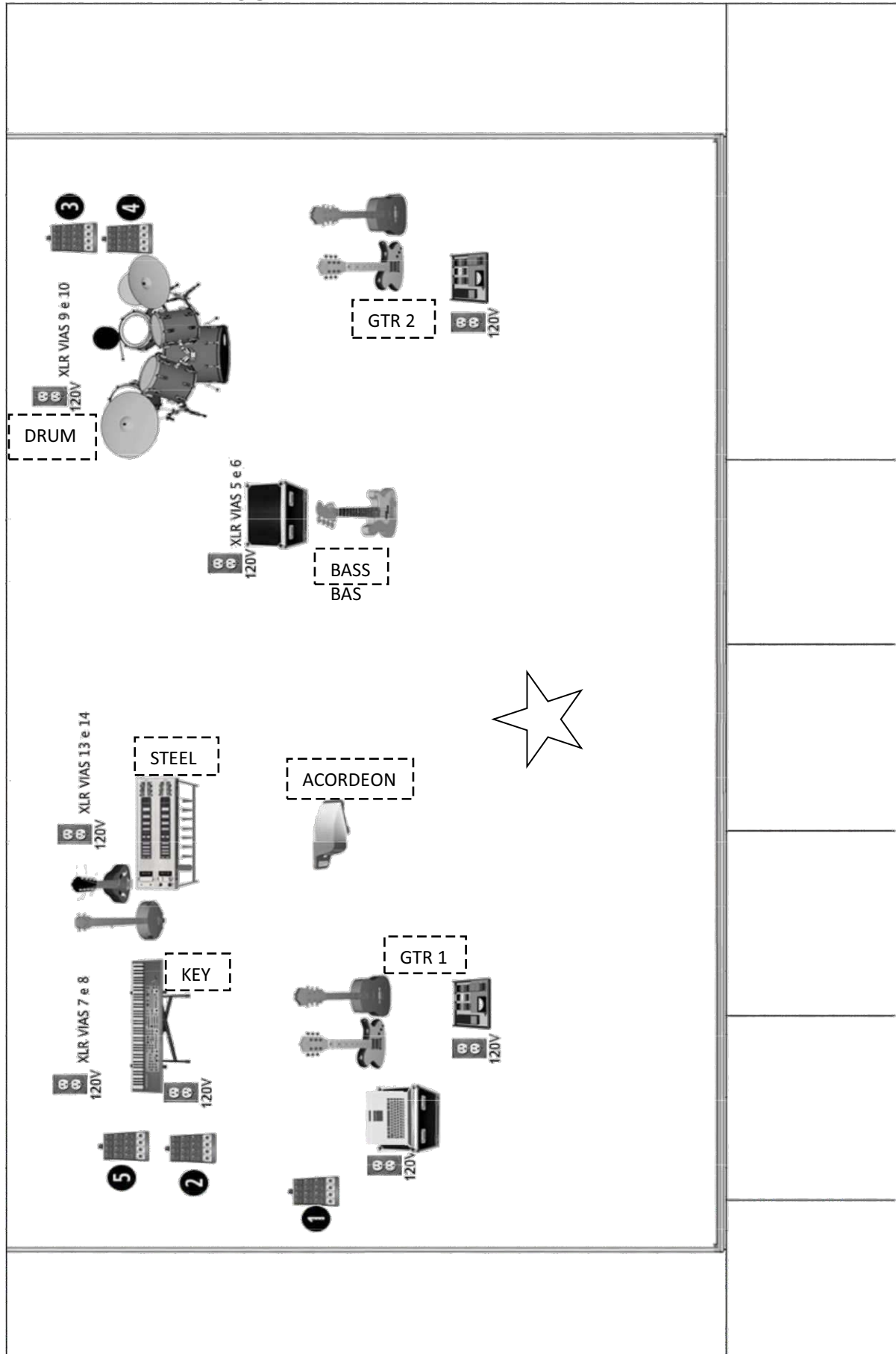
SUB-SNAKE 02 BATERIA 2 /BASS/GTR		
01	CH 13	OH L
02	CH 14	OH R
03	CH 15	RIDE.
04	CH 16	BASS
05	CH 21	GTR 2
06	CH 22	VIOLÃO AÇO
07	CH 36	VOZ GTR 2
08		
09		
10		
11		
12		

SUB-SNAKE 03 STEEL / KEY / GTR 1		
01	CH 19	GTR 1 L
02	CH 20	GTR 1 R
03	CH 23	STEEL
04	CH 24	VIOLÃO
05	CH 25	BANDOLIN
06	CH 29	KEY L
07	CH 30	KEY R
08	CH 35	VOZ GTR 1
09	CH 41	VOZ INTE
10	CH	
11	CH	
12	CH	

SUB-SNAKE 04 SEM FIOS		
01	CH 17	ACORDEON
02	CH 18	VIOLÃO NYLON
03	CH 26	VIOLÃO PAULA 1
04	CH 27	VIOLÃO PAULA 2
05	CH 28	GTR PAULA
06	CH 37	VOZ PAULA
07	CH 38	VOZ ST BY
08		
09		
10		
11		
12		

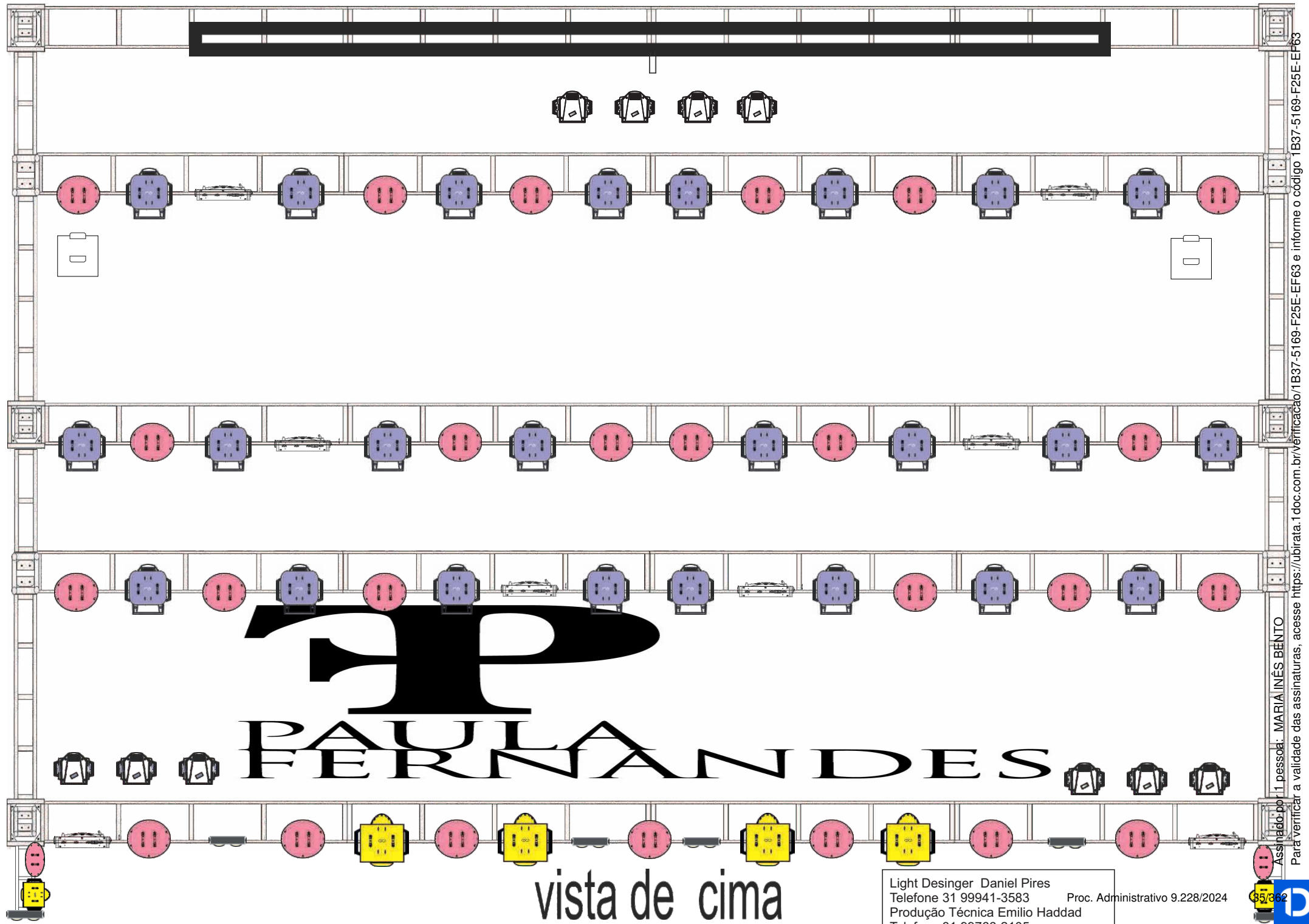
SUB-SNAKE 05 SAMPLER		
01	CH 31	SAMPLER L
02	CH 32	SAMPLER R
03	CH 33	BACK L
04	CH 34	BACK R
05	CH 39	VOZ CONV.
06	CH 40	CLICK
07	CH 44	.VOZ GHIA
08		
09		
10		
11	CH 47	TIME CODE
12	CH 48	TIME CODE

SUB-SNAKE		
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		





RIDER DE ILUMINAÇÃO



P
PAULANDES

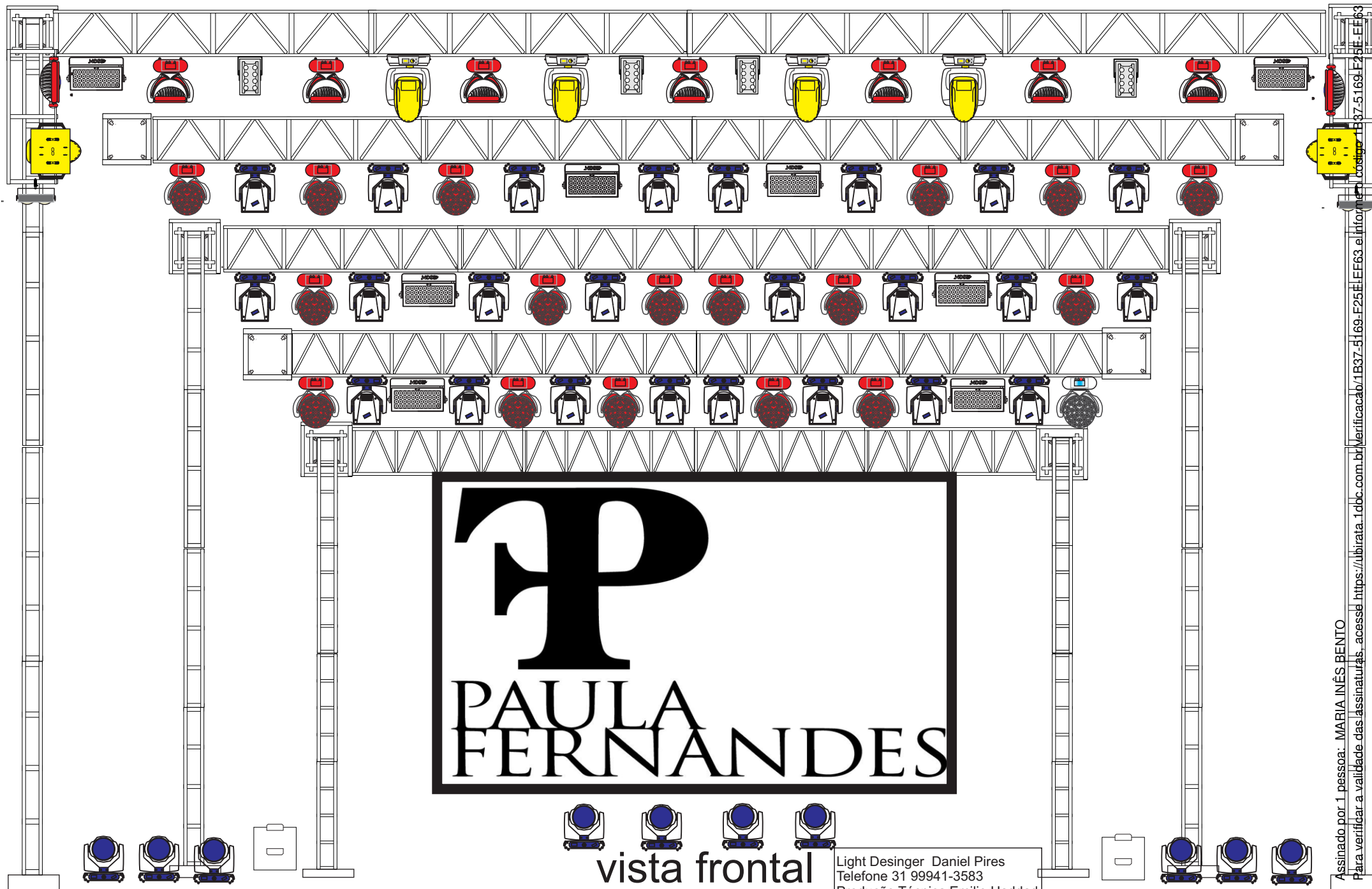
vista de cima

Light Desinger Daniel Pires
Telefone 31 99941-3583
Produção Técnica Emilio Haddad
Telefone 31 99766-2105

Proc. Administrativo 9.228/2024

35/362

Assinado por 1 pessoa: MARI INES BENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63> e informe o código 1B37-5169-F25E-EF63



vista frontal

Light Desinger Daniel Pires
Telefone 31 99941-3583
Produção Técnica Emilio Haddad
Telefone 31 99766-2105

PAULA FERNANDES

Altura 60cm

Altura 60cm

controle do led
processadora

vista da banda

Light Desinger Daniel Pires
Telefone 31 99941-3583
Produção Técnica Emilio Haddad
Telefone 31 99766-2105

Proc. Administrativo 9.228/2024

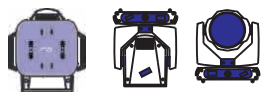
37/362

Assinado por 1 pessoa: MARIA INES BENTO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://lublirata.1doc.com.br/verificacao/TB37-5169-F25E-EF63> e informe o código TB37-5169-F25E-EF63



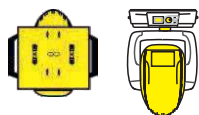
LEGENDA



34 Beam 7r/9r/15r



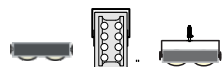
27 Robe 150 ou
Similar 7x40W



06 Spot 400 ou 700



08 P 5 RGBW



06 Brut 6 lampadas
ou led outdoor 4



02 Hazer c/ Fan



01 Painel de led
12x6 mts

01 Console GrandMA 2

OBS ; OS BEANS QUE SEJA DO MESMO MODELO E LOTE .

OS WASH CASO NAO TENHA O MODELO QUE SEJA PROXIMO AO ROBE 600 APARELHO COM ZOOM DE 5 A 60 GRAUS .

OS SPOTS NÃO PODE SER SUBSTITUIDOS POR BEAM POR GENTILEZA.

O CONSOLE PODE SER FISICO OU WING-FADER

A PROCESSADORA OU CABO HDMI OU EXTENDER FICA A DIREITA DENTRO DO PALCO CONFORME DESENHO.GRID 16X8X8 P50

QUALQUER ALTERAÇÃO ENTRAR EM CONTATO NO NÚMERO ABAIXO;

P
PAULA
FERNANDES

Light Desinger Daniel Pires
Telefone 31 99941-3583
Produção Técnica Emilio Haddad
Telefone 31 99766-2105

ITEM DESCRIÇÃO

- 1 •MESA DE SOM DIGITAL PM5D, com 48 canais de entrada, equipada com multicabo completo de 50 metros..
- 01 PROCESSADOR DIGITAL XTA-224
 - 16 caixas subwoofer LS AUDIO (contendo 02 auto-falantes de 18" cada)
 - Sistema Line Array LS AUDIO 24 caixas,
 - 15 amplificadores lab group divididos em 05 racks,;
 - 03 microfones sem fio shure SLDX
 - 06 microfones shure condensador
 - 07microfones com fio shure SM58;
 - 10 microfones sm57 para instrumentos de percussão.
 - 02 Kits de microfones completo para Bateria marca Shure 8 peças.
 - 4 microfone C1000
 - 4 microfone SM 81
 - 5 microfone SM 52
 - 10 clamps de fixação
 - 22 pedestais, tipo tri-pé,
 - COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE PALCO E PA.
 - 2 man pwoer

MONITORAMENTO

- 01 MESA DE SOM DIGITAL M7CL-48 V-3 , com 48 canais(expandida para 24 outputs)
- 02 POWER PLAY, somando 8 vias de monitor com extensão para fone de 10m cada
- 01 PROCESSADOR DIGITAL XTA 224
- 01 SET DE GUITARRA FENDER
- 01 SET DE CONTRA BAIXO BUGERA COM CABEÇOTE HA3500 E CAIXA COM 4 DE 10 POLEGADAS E CAIXA COM 1 DE 15 POL ORGINAIS
- 02 SIDES, contendo 4 caixas line array para médios e 4 graves SB850, stereo e completamente independente das vias de fone

- 04 monitores SM 400 originais (chão de Palco) contendo 1 auto falante de 15" e um driver titânio cada um
- 01 BATERIA TAMA completa, 7 peças e peles hidráulicas
- 12 DIRECT BOX, com cabos xlr e p10.

CABEAMENTO COMPLETO PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO P-10 XLR E SUB SNAKES

- 20 movings BEAM 9R
- 12 strobos LED atomix 3000
- 20 movings mac aura 18x15
- 6 cob led 200w
- 06 MINI BRUT
- 02 Mesas COMMAND WING MA
- 02 Máquinas de Fumaça
- 2 splinter
- Gride treliças Q30 EQ50
- 10 peças de 4 metros Q30
- 6 peças de 6 metros de Q30
- 10 peças de 2 metros de Q30
- 8 peças de 1 metro de Q30
- 4 peças de 50 centimetro Q30
- 4 peças de 4 metros de Q50
- 6 peças de 2 metros de Q50
- 8 talhas 1 tomeladas correntes 8 metros
- 8 sleeves com face Q50 e Q30
- 8 sapatas de alumino
- 8 pau de carga

PAINEL DE LEDS

- Painel de leds alta definição p-3,9 alta definição outdoor medindo 6x2m com processador de vídeo



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1B37-5169-F25E-EF63

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA INÊS BENTO (CPF 040.XXX.XXX-31) em 18/09/2024 15:41:08 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/1B37-5169-F25E-EF63>

Proc. Administrativo 1- 9.228/2024

De: Thalita F. - SEMAD-SP

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 18/09/2024 às 16:42:55

Setores (CC):

GP, SEMAD-SP

Trata-se de requisição com objeto específico pela secretaria demandante.

—

Thalita Lariany Moreira Fonseca

Planejamento

Proc. Administrativo 2- 9.228/2024

De: Fábio D. - GP

Para: SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

Data: 19/09/2024 às 11:43:04

Setores (CC):

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

Fábio Dalécio

Prefeito de Ubatã

Proc. Administrativo 3- 9.228/2024

De: Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 19/09/2024 às 13:39:22

Setores envolvidos:

GP, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEL, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGG

REQUISIÇÃO 258/2024 - CONTRATAÇÃO DE SOM ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED FESTA DE ANIVERSÁRIO E VIRADA DE ANO

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários até o limite financeiro disponível.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

Assinado por 2 pessoas: CRISTIANE FATIMA ZOLIN e SILVANA DE ABREU MOURA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/535E-455D-EF7D-27A4> e informe o código 535E-455D-EF7D-27A4



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 535E-455D-EF7D-27A4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRISTIANE FATIMA ZOLIN (CPF 088.XXX.XXX-02) em 19/09/2024 13:39:29 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SILVANA DE ABREU MOURA (CPF 023.XXX.XXX-33) em 19/09/2024 16:06:26 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/535E-455D-EF7D-27A4>

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 23/09/2024 às 14:56:55

De acordo com o pedido apresentado, a modalidade que mais se amolda para contratação do referido objeto será por Pregão, no formato eletrônico, com fulcro na Lei 14.133/2021.

Para tanto, encaminho para elaboração da minuta.

—

Altair da Silva Pereira

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 5- 9.228/2024

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

Data: 23/09/2024 às 16:33:00

Setores (CC):

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Seguem minutas para parecer jurídico

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

A_Minuta_edital_som_iluminacao_e_LED_2_.pdf

B_Minuta_contrato_2_.pdf

C_Solicitacao_de_parecer_juridico_Requisicao_de_licitacao_258_2024_2_.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2024

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO

Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 61.850,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/2024 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação exclusiva para MEI/ME/EPP

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

www.ubirata.pr.gov.br

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
8. DOS RECURSOS	13
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

Processo Administrativo nº XXXX/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 58/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Havendo divergências entre as especificações dos itens do Termo de Referência com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. **O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).**

5.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

6.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos nos **itens 8.3 a 8.24 do Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

7.1.2. Os documentos previstos nos **itens 8.25 e 8.26 do Termo de Referência** serão exigidos apenas para fins de assinatura do contrato.

7.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta

11.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada

11.11.3. ANEXO III - Termo de Referência

11.11.3.1. Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar

11.11.3.2. Apêndice do Anexo III – Riders Técnicos

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Ubiratã, Paraná, XX de XXXXXXXXX de 2024.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubiratã, informamos o e-mail (e-mail), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubiratã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubiratã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

MINUTA DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº XXXX/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E
.....

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/09/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Cumprir demais obrigações dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da](#)

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	4575	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	34.900,00
0702	4576	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	26.950,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubiratã para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ubiratã, XX de XXXXXXXXX de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Assunto: Solicitação de parecer jurídico - Requisição de licitação 258/2024
De: Licitação <licitacao@ubirata.pr.gov.br>
Data: 23/09/2024, 16:25
Para: Carlos Daniel - Jurídico <assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br>

Prezado,

Solicito parecer jurídico referente ao processo licitatório visando a locação de som, iluminação e painel de LED para festa de aniversário do município e virada de ano, conforme minutas de edital e contrato anexos, bem como documentação apresentada ao processo. Segue anexo também processo administrativo completo da plataforma 1doc.

--
Atenciosamente,

Divisão de Licitação
(44) 3543 8010
Prefeitura de Ubiratã

— Anexos: —	
Minuta edital som, iluminação e LED.pdf	393KB
Minuta contrato.pdf	318KB
em_1B375169F25EEF63CBA698B7_proc.-administrativo-9.228-2024-completa-verificada.pdf	6,1MB

Proc. Administrativo 6- 9.228/2024

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 27/09/2024 às 17:13:44

Segue parecer jurídico

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

Parecer_juridico.pdf

PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 253/2024

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, DE ACORDO COM RIDEIR TÉCNICO APRESENTADO PELOS ARTISTAS, PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E VIRADA DO ANO.

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital de licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Despacho da secretaria municipal;
- III) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
- IV) Termo de Reserva Orçamentaria;
- V) Estudos técnicos preliminares;
- VI) Justificativa;
- VII) Autorização;
- VIII) Termo de referência;
- XII) Minuta do Edital e anexos.

É a síntese do necessário, passo a fundamentar.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei no 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

O controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente

determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção.

O artigo 18 e incisos da Lei no 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, descrição da necessidade, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica/cotações, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, a designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa, resta evidenciado a necessidade de contratação do objeto.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto,

justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei no 14.133/2021.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possuem os seguintes elementos: definição do objeto, descrição da necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativo do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, obrigações mínimas do fornecedor, estimativa de preços, resultados pretendidos, riscos e declaração de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

Da Minuta do Edital, conforme já informado ao norte, a elaboração é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, devendo conter em seus anexos: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços se for o caso, o termo de referência e a minuta do contrato. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei no 14.133/2021.

De largada, por se tratar de fornecimento que possivelmente será entregue parceladamente, de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei no 14.133/2021.

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas e previstas no art. 92 e incisos da Lei no 14.133/2021, não havendo ponderações a serem realizadas.

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei no 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “Menor preço por item”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei no 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei no 14.133, de 2021.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo.

É o parecer,

Ubiratã, 25 de setembro de 2024.

CARLOS DANIEL
SOBIERAI
MACHADO

Assinado de forma digital
por CARLOS DANIEL
SOBIERAI MACHADO
Dados: 2024.09.25 14:13:00
-03'00'

Carlos Daniel Sobierai Machado
Assessor Jurídico
OAB/PR 65.323

Proc. Administrativo 7- 9.228/2024

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 30/09/2024 às 08:30:16

—
Thiago Dadalto Gimenez
Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 8- 9.228/2024

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 30/09/2024 às 09:15:15

Edital assinado

Segue para publicações

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

A_Edital_som_iluminacao_e_LED_ASSINADO.pdf

D_Minuta_contrato.pdf

Minuta_contrato.docx

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6605/2024

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

UASG 987933

OBJETO

Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 61.850,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/10/2024 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Licitação exclusiva para MEI/ME/EPP

bela, amada e gentil

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

www.ubirata.pr.gov.br

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
8. DOS RECURSOS	13
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024

Processo Administrativo nº 6605/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatatã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por meio da Divisão de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 58/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Havendo divergências entre as especificações dos itens do Termo de Referência com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. **O modelo de proposta, contendo as informações mínimas obrigatórias, integra este edital na forma de anexo (Anexo I).**

5.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

6.1.5. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos nos **itens 8.3 a 8.24 do Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

7.1.2. Os documentos previstos nos **itens 8.25 e 8.26 do Termo de Referência** serão exigidos apenas para fins de assinatura do contrato.

7.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, do formalismo moderado, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ubirata.pr.gov.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta

11.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada

11.11.3. ANEXO III - Termo de Referência

11.11.3.1. Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar

11.11.3.2. Apêndice do Anexo III – Riders Técnicos

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Ubiratã, Paraná, 30 de setembro de 2024.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6007602
0959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2024.09.30
09:03:17 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

Nº DO CNPJ

Endereço, Cidade e Estado.

Nº do Telefone.

Endereço de e-mail.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL

2. Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço**).

3. Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o (a) Senhor (a) (**Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail**).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (**Banco, Agência e Conta**).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubiratã, informamos o e-mail (**e-mail**), para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubiratã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

MINUTA DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº 6605/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/2024**, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E
.....

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 6605/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 97/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/09/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Cumprir demais obrigações dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da](#)

Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	4575	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	34.900,00
0702	4576	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	26.950,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ubatuba, XX de XXXXXXXXX de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Proc. Administrativo 9- 9.228/2024

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 01/10/2024 às 08:12:35

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-LICIT-SP

Publicações legais

Segue para julgamento

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

2087_2_.pdf

Iguacu_2_.pdf

Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas_2_.pdf

PREFEITURA_MUNICIPAL_DE_UBIRATA_Portal_da_Transparencia_2_.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2024

EDIÇÃO ESPECIAL 2.087- ANO: XIX

Página 4 de 12

www.ubirata.pr.gov.br

culturais



culturais




Solange Racoski Bordim Zen
Membro da comissão de seleção dos projetos
culturais

PORTARIAS

PORTARIA Nº 602, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024

Retorna servidora às suas funções.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria de Delegação nº 300, de 23 de abril de 2024, e considerando a Portaria nº 572/2024, que concedeu licença para tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Retornar a servidora Rosa Rodrigues de Carvalho, matrícula 1325-0, ao exercício de suas funções no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir de 1º de outubro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PORTARIA Nº 603, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024

Nomeia servidor para cargo em comissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Erivaldo Barbosa Reis para o cargo em comissão de Assistente Técnico IV, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação a partir de 1º de outubro de 2024.

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

PORTARIA Nº 604, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024

Concede licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Delegação nº 300, de 23 de abril de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Cleonice Galdino de Oliveira, matrícula nº 63-9, ocupante do cargo de servente de limpeza, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com efeitos retroativos a 27/09/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024

Processo administrativo: 6605/2024



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: 2087_2_.pdf (1/2)



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2024

EDIÇÃO ESPECIAL 2.087- ANO: XIX

Página 5 de 12

www.ubirata.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ: UASG 987933

Objeto: Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

Valor total da contratação: R\$ 61.850,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais).

Data da sessão pública: Dia 16/10/2024 às 08h15min (horário de Brasília/DF)

Local da sessão pública: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Critério de julgamento: Menor preço por item

Modo de disputa: Aberto

Preferência ME/EPP/equiparadas: Licitação exclusiva para MEI/ME/EPP

Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, Paraná, 30 de setembro de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2024

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): FAST SUPRE CONSULTORIA E INTERMEDIações LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.417.739/0001-31.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6580/2024.

OBJETO: Contratação de Sistema web, com catálogo eletrônico padronizado, incluindo certificado de valor sugerido, para prestação de serviços continuados de almoxarifado integrado a plataforma web de compras locais, visando o suprimento de alimentos especiais para a merenda escolar.

VALOR: R\$ 22.889,69 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26/09/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO Nº 12/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6286/2023

CONTRATO Nº 268/2023

EMPRESA: CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã - Paraná, CEP 85.440-000, neste ato representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, resolve aplicar à empresa CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 13.719.523/0001-34, Rua Rio Paraná, nº 185, Jardim do Café, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, Telefone nº (43)3341-0006, e-mail: claromed.licitacoes@gmail.com, as penalidades a seguir em decorrência de inexecução total do contrato nº 268/2023, visando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, PINÇAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, CONFORME RESOLUÇÃO SESA-PR 860/2022.

1. Pela imediata rescisão unilateral do contrato, com base na Cláusula 14.2.1 do Contrato nº 268/2023;
2. Pela aplicação da penalidade de multa de caráter compensatório, em relação a inexecução total do contrato, no percentual de 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor correspondente aos pedidos formalizados não entregues, perfazendo o montante de R\$ 345,00 (Trezentos e quarenta e cinco reais).
3. Pela aplicação da penalidade de multa de caráter moratório e 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente aos pedidos formalizados não entregues, perfazendo o montante de R\$ 115,00 (Cento e quinze reais).
4. Pela aplicação cumulativa da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos da cláusula 13.3.2.

Ubiratã, Paraná, 30 de setembro de 2024.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 268/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6286/2023

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 268/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA.

1. OBJETO DO CONTRATO:

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, PINÇAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, CONFORME RESOLUÇÃO SESA-PR 860/2022.

2. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 41.968.337/0001-74, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã - Paraná, CEP 85.440-000.

3. CONTRATADA:

CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.719.523/0001-34, situada na Rua Rio Paraná, nº 185, Jardim do Café, na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

4. MOTIVAÇÃO:

Rescisão unilateral do contrato conforme julgamento do Processo Administrativo Sancionatório nº 12/2024.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Cláusula 14.2.1 do Contrato nº 268/2023.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Fica declarado que não há fornecimentos inconclusos, pagamentos pendentes e/ou indenizações devidas, ficando o contrato Nº 268/2023 extinta a partir da presente data.

Ubiratã, 30 de setembro de 2024.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

Contratante



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online. Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: 2087_2_.pdf (2/2)

EXTRATO DO CONTRATO Nº0350/2024
Processo dispensa nº 112/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: SOUZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ Nº 27.670.380/0001-28
Representante: Douglas de Souza
CPF nº 085.407.129-62
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de plotagem de projetos, mapas e desenhos para atendimento do Departamento de Engenharia.
VALOR TOTAL: R\$ 34.150,00 (Trinta e Quatro Mil, Cento e Cinquenta Reais)
VIGÊNCIA: 29/09/2025
Santo Antonio do Sudoeste, em 30/09/2024.
RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2024
CONCORRENCIA Nº 09/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP
CNPJ Nº 07.426.663/0001-11
Representante: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER
CPF nº 007.245.049-58
OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA de fechamento e término do Centro Social Nova Riqueza, Municipio de Santo Antonio do Sudoeste.
VALOR TOTAL: R\$ 353.500,00 (Trezentos e Cinquenta e Três Mil e Quinhentos Reais)
VIGÊNCIA: 22/09/2025

Santo Antonio do Sudoeste, em 23/09/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS – SC. AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL LICITAÇÃO. Edital de Concorrência Eletrônica Nº 06/2024. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE 8(OITO) NOVAS ROTATÓRIAS NOS CRUZAMENTOS DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO, SÃO ELAS: AVENIDA SANTA CATARINA COM RUA GUAPORÉ, AVENIDA SANTA CATARINA COM RUA PARÁ, RUA AMAZONAS COM RUA MINAS GERAIS, RUA MARECHAL F. PEIXOTO COM RUA CEARÁ, RUA RIO GRANDE DO SUL COM RUA PARAÍBA, RUA AMAZONAS COM RUA SÃO PAULO, RUA AMAZONAS COM RUA RIO DE JANEIRO, RUA PERNAMBUCO COM RUA DUQUE DE CAXIAS E RUA 7 DE SETEMBRO, COM REMOÇÃO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES, PINTURA DE NOVA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E SUPRESSÃO DAS PINTURAS ANTIGAS, INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E DEMAIS ITENS QUE IRÃO CONSTAR EM PROJETO, conforme orçamento, projeto e memorial descritivo, anexos ao edital.**
Tipo: Empreitada por preço global. O Município de Coronel Freitas/SC, comunica que houve alteração no Edital e nas datas de recebimento e abertura dos envelopes, conforme segue: Início da sessão de disputa de lances: dia 21/10/2024 às 08h30min. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no <https://coronelfreitas.sc.gov.br/licitacoes> ou pelo fone (49) 3347 3401. Coronel Freitas (SC) 17/09/2024.Delir Cassaro. Prefeito Municipal.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N. 18/2024
O Município de São José do Cedro - SC, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 e Legislação Municipal 7.495/2022 promove Processo Licitatório nº**18/2024**, Edital de Concorrência Presencial Nº**18/2024**, Objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO, COMO TAMBÉM A EXECUÇÃO DA OBRA CONTENDO A FABRICAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E LICENÇA AMBIENTAL DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO E DE LODO DE FOSSAS – ETE COMPACTA E MODULAR A SER INSTALADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC.** Recebimento, abertura e julgamento às **09:00horas do dia 14 de janeiro de 2025**, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, cita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail comprascedro@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:30hrs às 11:30hrs das 13:00hrs às 17:00hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC <https://saojosedocedro.atende.net/>. João Luiz de Andrade – Prefeito Municipal.

EXTRATO ADITIVO Nº 9 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2019 Pregão Nº 33/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em administração de estágios para estudantes em exercício de atividades nas diversas áreas das secretárias públicas do município, regularmente matriculados em instituições de ensino médio, profissionalizante de nível médio, superior e pós-graduação mediante processo seletivo.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTAGIOS CIN;
VALOR: R\$ 293.309,97 (Duzentos e Noventa e Três Mil, Trezentos e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 27/09/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: **JOAO CARLOS MIOTTO-** Representante Legal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 351/2024
CONCORRENCIA Nº 010/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: GABRIELLE CAROLINA DAMIANI VALDUGA
CNPJ Nº 22.140.379/0001-78
Representante: GABRIELLE CAROLINA DAMIANI VALDUGA
CPF nº 064.899.639-57
OBJETO: Execução de obra com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, BDI, planilha orçamentária e projetos em anexo. Obra: Fechamento do Centro Social da Linha Valdomeira, Município de Santo Antonio do Sudoeste.
VALOR TOTAL: R\$ 214.500,00 (Duzentos e Quatorze Mil e Quinhentos Reais)
VIGÊNCIA: 29/09/2025
Santo Antonio do Sudoeste, em 30/09/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE UBIRATÁ-PR
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024
Processo administrativo: 6605/2024
MUNICÍPIO DE UBIRATÁ: UASG 987933
Objeto: Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.
Valor total da contratação: R\$ 61.850,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais).
Data da sessão pública: Dia 16/10/2024 às 08h15min (horário de Brasília/DF)
Local da sessão pública: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
Critério de julgamento: Menor preço por item
Modo de disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/equiparadas: Licitação exclusiva para MEI/ME/EPP
Obtenção do edital e seus anexos: www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e Portal Nacional de Contratações Públicas.
Esclarecimentos e impugnações: duvidaslicitacao@ubirata.pr.gov.br
Ubiratã, Paraná, 30 de setembro de 2024.

EXTRATO ADITIVO Nº 10 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 339/2020 Pregão Nº 30/2020

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar gratuito, para atendimento de alunos matriculados na rede pública de ensino, nos períodos matutino e vespertino no município.


CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: HEURI LUCIANO CASANOVA OGREGON TRANSPORTES LTDA;
VALOR: R\$ 102.600,00 (Cento e Dois Mil e Seiscentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: HEURI LUCIANO CASANOVA OGREGON - Representante Legal

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
Processo Licitatório Nº 0145/2024
Pregão Eletrônico Nº 0068/2024
Objeto: Aquisição de materiais diversos para a decoração de Natal.
Abertura Da Sessão: Dia 14/10/2024.
Elaine Gotardo – Agente de Contratação
Capinzal/SC

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC - CIALAR
Processo Licitatório Nº 002/2024
Pregão Eletrônico Nº 0002/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento gás de cozinha, para da instituição Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar – CIALAR.
Abertura Da Sessão: Dia 17/10/2024.
Elaine Gotardo – Agente de Contratação
Capinzal/SC

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
Processo Licitatório Nº 0143/2024
Concorrência Nº 0018/2024
Objeto: Construção de passarela metálica e escadaria coberta, de acesso da escola Vilson Pedro Kleinubing até o ginásio esportivo escolar.
Abertura Da Sessão: Dia 07/11/2024.
Informações Do Edital: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br
Elaine Gotardo – Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC - CIALAR
Processo Licitatório Nº 0001/2024
Pregão Eletrônico Nº 0001/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de Transporte Escolar para os abrigados do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR.
Abertura Da Sessão: Dia 15/10/2024.
Elaine Gotardo – Agente de Contratação
Capinzal/SC



Diário
do Iguaçu

Assinado de forma digital por REDE DIARIO DE COMUNICACAO LTDA:24528666000185
Dados: 2024.09.30 17:54:30 -03'00'

[Home](#) > [Editais](#)

Edital nº 90097/2024

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 01/10/2024

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade compradora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 01/10/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 01/10/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 16/10/2024 08:15 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76950096000110-1-000224/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=98793305900972024>


VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 61.850,00

Itens

Arquivos



Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
98793305900972024000	01/10/2024	Edital	

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página



[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



6605



BUSCA AVANÇADA

Início (<https://www.ingadigital.com.br/transparencia>) / Busca Avançada

Icones Encontrados

Artigos Encontrados

Processos Licitatórios
(https://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=9e6327c4aa3m9e) 1

► PROCESSO LICITATÓRIO 6605/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 97/2024

Publicação: 01/10/2024

Abertura: 16/10/2024 às 08:15

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor Máximo: R\$ 61.850,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

Objeto:

Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

Anexos

EDITAL E ANEXOS

Fale Conosco

Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852 - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt

CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná

(44) 3543-8000

ubirata@ubirata.pr.gov.br



Voltar ao Site (<http://ubirata.pr.gov.br>)

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min



Última Atualização: 30/09/2024 09:29:52

Proc. Administrativo (Nota interna 16/10/2024 10:05) 9.228/2024

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/10/2024 às 10:05:05

Proposta de preços ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA, vencedora do item 01.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

Anexos:

PROPOSTA_DE_PRECO_AJUSTADA_PREGAO_97_2024.pdf



LOCAÇÃO DE SOM - ILUMINAÇÃO - IMAGEM - PALCO - PAINEL LED
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (044) 99976-0046 99800-0075

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRONICO Nº 97/2024

RAZÃO SOCIAL: ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA

CNPJ: 21.474.292/0002-55

ENDEREÇO: Rua José Antônio Ferrari, 152 Pq Industrial Cianorte - Paraná

TEL: (44) 99976-0046

E-MAIL: comercial@estacaomix.com.br

Referente ao Pregão Eletrônico nº 97/2024.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe.

Item	Descrição	Qtd	Un	VALOR UNIT.R\$	VALOR TOTAL R\$	MARCA
1	Locação de som e iluminação e painel de Led para palco de 18x14m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da Cantora PAULA FERNANDES, para show a ser realizado no dia 03/11/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 01:30 horas.	01	UM	24.200,00	24.200,00	Própria

Valor total R\$ 24.200,00

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor Luiz Carlos Ferreira, CPF 818.370.039-04, RG 5.358.569-8, endereço Rua Princesa Isabel, 503 Jardim Panorama, Sarandi-PR.

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o Senhor Luiz Carlos Ferreira, CPF 818.370.039-04, RG 5.358.569-8, endereço Rua Princesa Isabel, 503 Jardim Panorama, Sarandi-PR, (44) 99976-0046, e-mail comercial@estacaomix.com.br.

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco BRADESCO S.A, Agência 1440-0 e Conta 6603-6).

5. Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubitatã, informamos o e-mail comercial@estacaomix.com.br, para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubitatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

Rua José Antonio Ferrari, 152 Parque Industrial, Cianorte-Paraná.

e-mail: comercial@estacaomix.com.br

CNPJ: 21.474.292/0002-55



LOCAÇÃO DE SOM - ILUMINAÇÃO - IMAGEM - PALCO - PAINEL LED
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (044) 99976-0046 99800-0075

6. Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

Ubiratã – Paraná, 16 de Outubro de 2024.

LUIZ CARLOS
FERREIRA:8183
7003904

Assinado de forma digital
por LUIZ CARLOS
FERREIRA:81837003904
Dados: 2024.10.16
08:45:39 -03'00'

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA

Luiz Carlos Ferreira
CPF nº 818.370.039-04
RG nº 5.358.569-8

Rua José Antonio Ferrari, 152 Parque Industrial, Cianorte-Paraná.

e-mail: comercial@estacaomix.com.br

CNPJ: 21.474.292/0002-55

Proc. Administrativo (Nota interna 16/10/2024 10:15) 9.228/2024

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/10/2024 às 10:15:48

Documentos de habilitação ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA, vencedora do item 01.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

Anexos:

HABILITACAO.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/10/2024 08:58:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ESTACAO MIX EVENTOS LTDA**
CNPJ: **21.474.292/0002-55**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 21474292000255

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **ESTACAO MIX EVENTOS LTDA**

CPF/CNPJ: **21.474.292/0002-55**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:59:24 do dia 16/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: W0EM161024085924

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA**

CPF/CNPJ: **004.605.029-99**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:00:14 do dia 16/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: KZJ7161024090014

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **LUIZ CARLOS FERREIRA**

CPF/CNPJ: **818.370.039-04**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:00:42 do dia 16/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: VXPO161024090042

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.474.292/0002-55 DUNS®: 894432875
Razão Social: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **03/12/2024**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	22/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	23/10/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	23/03/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	22/01/2025
Receita Municipal	Validade:	24/10/2024

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.474.292/0002-55 DUNS®: 894432875
Razão Social: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/12/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Empresa de Pequeno Porte
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 0,00 Data de Abertura da Empresa: 27/08/2015
CNAE Primário: 9001-9/06 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO

CNAE Secundário 1: 4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
CNAE Secundário 2: 7319-0/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO
CNAE Secundário 3: 7410-2/02 - DESIGN DE INTERIORES
CNAE Secundário 4: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
CNAE Secundário 5: 7739-0/03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS
CNAE Secundário 6: 7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 7: 8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,
CNAE Secundário 8: 9001-9/02 - PRODUÇÃO MUSICAL
CNAE Secundário 9: 9001-9/05 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E
CNAE Secundário 10: 9521-5/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Dados para Contato

CEP: 87.207-030
Endereço: RUA JOSE ANTONIO FERRARI, 152 - PARQUE INDUSTRIAL
Município / UF: Cianorte / Paraná
Telefone: (44) 99999999
E-mail: comercial@estacaomix.com.br

Dados do Responsável Legal

CPF: 818.370.039-04
Nome: LUIZ CARLOS FERREIRA

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 818.370.039-04
Nome: LUIZ CARLOS FERREIRA
E-mail: comercial@estacaomix.com.br

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 004.605.029-99 Participação Societária: 50,00%
Nome: ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA
Número do Documento: 65756331 Órgão Expedidor: sesppr
Data de Expedição: 15/09/1999 Data de Nascimento: 25/09/1977
Filiação Materna: SEVERINA JOSEFA MARTINS DE MELO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 818.370.039-04
Nome: LUIZ CARLOS FERREIRA
Carteira de Identidade: 00447418565 Órgão Expedidor: DENATRAN
Data de Expedição: 26/06/2020

CEP: 87.113-030
Endereço: RUA PRINCESA ISABEL, 503 - CASA - JARDIM PANORAMA
Município / UF: Sarandi / Paraná
Telefone: (44) 30351356
E-mail: comercial@estacaomix.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 818.370.039-04 Participação Societária: 50,00%
Nome: LUIZ CARLOS FERREIRA
Número do Documento: 00447418565 Órgão Expedidor: denatran
Data de Expedição: 24/06/2020 Data de Nascimento: 15/01/1974
Filiação Materna: ALICE ALVES FERREIRA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 004.605.029-99
Nome: ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA
Carteira de Identidade: 65756331 Órgão Expedidor: SESPPR
Data de Expedição: 15/09/1999

CEP: 87.113-030
Endereço: RUA PRINCESA ISABEL, 503 - CASA - JARDIM PANORAMA
Município / UF: Sarandi / Paraná
Telefone: (44) 30351356
E-mail: comercial@estacaomix.com.br

Linhas Fornecimento

Serviços

892 - Propaganda e Publicidade

12556 - Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem

13757 - Instalação / Manutenção / Operação / Locação - Equipamentode Luz / Imagem / Som

Emitido em: 16/10/2024 08:57

CPF: 065.XXX.XXX-51 Nome: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA

Relatório de Credenciamento

Serviços

21687 - Instalação/Manutenção/Operação - Elétrica

CONTRATO SOCIAL

I - ELENi MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

II - SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO, brasileira, solteira, maior, nascida em 08/04/1984, natural de Pérola-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Culuene, nº 652, Vila Sete, CEP: 87.208-138 na cidade de Cianorte-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil nº 8.777.089-3-SSP-PR e do CPF nº 048.191.539-78.

Resolvem pôr este instrumento particular de contrato social, constituir uma sociedade empresária limitada, que se regerá pela Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de “**ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA**”, com sede e foro em **SARANDI-PR, NA RUA PRINCESA ISABEL, Nº 503, JARDIM PANORAMA, CEP: 87.113-030.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da sociedade é: “**LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM PROFISSIONAL, ILUMINAÇÃO E ACESSÓRIOS PARA FESTAS**”.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo seu início com o registro deste contrato na Junta Comercial do Paraná.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá às sócias **ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA e SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO**, já qualificadas anteriormente, dispensadas da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administradoras autorizadas para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: As administradoras declaram sob as penas de Lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "PRÓ-LABORE", uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração da atas de reunião/assembleias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Sarandi/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam, e assinam o presente instrumento em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 24 de Outubro de 2014.

Eleni m. de melo ferreira

ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA

SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO

Silvia cristina melo.



PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

II - SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO, brasileira, solteira, maior, nascida em 08/04/1984, natural de Pérola-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Culuene, nº 652, Vila Sete, CEP: 87.208-138 na cidade de Cianorte-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil nº 8.777.089-3-SSP-PR e do CPF nº 048.191.539-78.

Únicas sócias componentes da sociedade empresarial limitada que gira sob a denominação social de “**ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME**”, com sede e foro em Sarandi - PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74. Resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, modificar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa resolve alterar o seu contrato social e demais alterações nos seguintes itens:

I - INGRESSO DE SÓCIO;

II - RETIRADA DE SÓCIO;

III - ADMINISTRAÇÃO;

IV - RAMO DE ATIVIDADE;

V - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO;

VI - CONSOLIDAÇÃO.

Silvia

P

Eleni

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA SEGUNDA: Ingressa neste ato o sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF n.º 818.370.039-04.

CLÁUSULA TERCEIRA: Retira-se da sociedade a sócia **SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO**, já qualificada, vendendo e transferindo o total de suas quotas ao sócio ingressante **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado.

CLÁUSULA QUARTA: Devido à alteração do quadro societário, o capital social da empresa no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), totalmente integralizados em moeda corrente do país, fica assim distribuído:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA QUINTA: O sócio ingressante **LUIZ CARLOS FERREIRA** declara conhecer a situação econômica e fiscal da empresa e assume, neste ato, todo o ativo e passivo da sociedade, compreendendo todos e quaisquer bens e direitos, passados ou futuros.

CLÁUSULA SEXTA: A sócia retirante **SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO** dá reciprocamente plena, geral e irrevogável quitação pelas quotas de capital social ora transacionadas, nada mais tendo a reclamar a qualquer tempo e a qualquer título.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador, autorizado para o

Silvia

[Assinatura]

Eleni

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**CNPJ: 21.474.292/0001-74**

uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: Fica alterado o ramo empresarial para “**LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM PROFISSIONAL, ILUMINAÇÃO E ACESSÓRIOS PARA FESTAS, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, LOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BANDAS MUSICAIS**”.

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica alterado o endereço empresarial para a **AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460 NA CIDADE DE MARINGÁ-PR.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o Artº 2.031 da Lei nº 10.406/02 o sócio RESOLVE por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que adequado às disposições de referida Lei nº 10.406/02 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:



PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99

II - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF n.º 818.370.039-04.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em **MARINGÁ - PR, NA AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da sociedade é: **“LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM PROFISSIONAL, ILUMINAÇÃO E ACESSÓRIOS PARA FESTAS, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, LOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BANDAS MUSICAIS”.**

Silvia

[Assinatura]

Eleni

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo seu início com o registro deste contrato na Junta Comercial do Paraná.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador autorizado para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que

Silvia *F* *Eleni*

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**CNPJ: 21.474.292/0001-74**

temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração “PRÓ-LABORE”, uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta



PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercício o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração das atas de reunião/assembleias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam, e assinam o presente instrumento em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 16 de Janeiro de 2015.

Eleni martins de melo Ferreira Silvia Cr. martins de melo .
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO


LUIZ CARLOS FERREIRA



1

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

II - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF n.º 818.370.039-04.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa resolve alterar o seu contrato social e demais alterações nos seguintes itens:

I - RAMO DE ATIVIDADE;

II - CONSOLIDAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o ramo empresarial para **“LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CENICA; ACESSORIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES; LOCAÇÃO**



2

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTISTICO INCLUSIVE BANDAS MUSICAIS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIO-VISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE AUTO-FALANTE; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS”.

CLÁUSULA TERCEIRA: A vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o Artº 2.031 da Lei nº 10.406/02 o sócio RESOLVE por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que adequado às disposições de referida Lei nº 10.406/02 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

II - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030

3

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF n.º 818.370.039-04.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460 com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em **MARINGÁ - PR, na AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00



CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade é: **“LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CENICA; ACESSORIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES; LOCAÇÃO DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTISTICO INCLUSIVE BANDAS MUSICAIS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE**

4

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIO-VISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE AUTO-FALANTE; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS”.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo seu início com o registro deste contrato na Junta Comercial do Paraná.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador autorizado para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou

5

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "PRÓ-LABORE", uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.



6

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração das atas de reunião/assembléias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam, e assinam o presente instrumento em 04 (Quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 08 de Agosto de 2015.


ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA


LUIZ CARLOS FERREIRA



1

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

II - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF nº 818.370.039-04.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa resolve alterar o seu contrato social e demais alterações nos seguintes itens:

I - ABERTURA DE FILIAL;

II - CONSOLIDAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica criada uma filial na **“CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ, NA AVENIDA AMÉRICA Nº 3921-B NO BAIRRO ZONA 01, CEP 87200-232”**.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2015 13:48 SOB Nº
41901614002.
PROTOCOLO: 154501840 DE 26/08/2015. NIRE: 41901614002.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA -

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 27/08/2015

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (27/82)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site www.empresafacil.pr.gov.br informando o seguinte código de verificação: PR154501840

149/362

2

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA TERCEIRA: A vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o Artº 2.031 da Lei nº 10.406/02 o sócio RESOLVE por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que adequado às disposições de referida Lei nº 10.406/02 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99

II - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF nº 818.370.039-04.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460 com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2015 13:48 SOB Nº
41901614002.
PROTOCOLO: 154501840 DE 26/08/2015. NIRE: 41901614002.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA -

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 27/08/2015

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (28/82)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site
www.empresafacil.pr.gov.br informando o seguinte código de verificação: PR154501840

150/362

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de “ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”, com sede e foro em **MARINGÁ - PR, na AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460.**

CLÁUSULA SEGUNDA: A empresa possui uma filial na **CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ, NA AVENIDA AMÉRICA Nº 3921-B NO BAIRRO ZONA 01, CEP 87200-232.**

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da sociedade é: “LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CENICA; ACESSORIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES; LOCAÇÃO DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTISTICO INCLUSIVE BANDAS MUSICAIS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIO-VISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE AUTO-FALANTE; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS”.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2015 13:48 SOB Nº
 41901614002.
 PROTOCOLO: 154501840 DE 26/08/2015. NIRE: 41901614002.
 ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA -

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA GERAL
 CURITIBA, 27/08/2015

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (29/82)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site
www.empresafacil.pr.gov.br informando o seguinte código de verificação: PR154501840

151/362

4

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo seu início com o registro deste contrato na Junta Comercial do Paraná.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador autorizado para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2015 13:48 SOB Nº
41901614002.
PROTOCOLO: 154501840 DE 26/08/2015. NIRE: 41901614002.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA -

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 27/08/2015

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (30/82)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site
www.empresafacil.pr.gov.br informando o seguinte código de verificação: PR154501840

152/362

5

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "PRÓ-LABORE", uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração das atas de reunião/assembleias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2015 13:48 SOB Nº
41901614002.
PROTOCOLO: 154501840 DE 26/08/2015. NIRE: 41901614002.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA -

Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 27/08/2015

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (31/82)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site
www.empresafacil.pr.gov.br informando o seguinte código de verificação: PR154501840

153/362

6

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME
TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 21.474.292/0001-74

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, pôr assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se pôr si e pôr seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 17 de Agosto de 2015.


ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA


LUIZ CARLOS FERREIRA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 27/08/2015 13:48 SOB N°
41901614002.
PROTOCOLO: 154501840 DE 26/08/2015. NIRE: 41901614002.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA -



Libertad Bogus
SECRETÁRIA GERAL
CURITIBA, 27/08/2015
Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (32/82)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site
www.empresafacil.pr.gov.br informando o seguinte código de verificação: PR154501840

154/362

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

I - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF nº 818.370.039-04.

II - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa resolve alterar o seu contrato social e demais alterações nos seguintes itens:

I - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL;

II - CONSOLIDAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o endereço da filial registrada sob nire: 41901614002 e CNPJ nº 21.474.292/0002-55, localizada na cidade de Cianorte-Pr para **“RUA JOAQUIM ANTONIO NOVO, Nº 365 CONJUNTO NOVO CENTRO - COMPLEXO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO NA CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ CEP: 87211-600”**.



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA TERCEIRA: A vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o Artº 2.031 da Lei nº 10.406/02 o sócio RESOLVE por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que adequado às disposições de referida Lei nº 10.406/02 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

I - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99

II - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR, e do CPF nº 818.370.039-04.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial “ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460 com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de “ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”, com sede e foro em MARINGÁ - PR, na AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460.

CLÁUSULA SEGUNDA: A empresa possui uma filial na CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ, NA RUA JOAQUIM ANTONIO NOVO, Nº 365 CONJUNTO NOVO CENTRO - COMPLEXO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO NA CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ CEP: 87211-600 registrada sob nire 41901614002 e CNPJ 21.474.292/0002-55.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade será indeterminado, tendo seu início em: 24/11/2014.

CLÁUSULA QUARTA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

[Handwritten signature]

CLÁUSULA QUINTA: O objeto social da sociedade é: “Locação de equipamento de som, telão e iluminação profissional; luz cênica; acessórios para festas, inclusive decorações; locação de palco, coberturas e outras estruturas de uso temporário; produção de show artístico inclusive bandas musicais e festivais; produção e organização de desfiles; locação de tendas, praticável, gradil, barracas, banheiros químicos; prestação de serviço de som volante com caminhão, carro, moto, bicicleta; prestação de serviços de som, iluminação e projeção, audiovisual; prestação de serviços de sonorização em ambientes



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

aberto e fechado; conserto, reparo e recondicionamento de alto-falantes; conserto, reparo de amplificadores e equipamentos eletrônicos”.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador autorizado para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (36/82) 158/362

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

PARÁGRAFO ÚNICO: Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros mediante a aprovação em reunião exclusiva e em comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "PRÓ-LABORE", uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercício o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração das atas de reunião/assembléias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (37/82) 159/362

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, pôr assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se pôr si e pôr seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 06 de Fevereiro de 2018.


ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA


LUIZ CARLOS FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (38/82) 160/362

AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 certifica que em 14/03/2018, foi realizado para a empresa ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME, o registro de eventos para sua(s) filiais(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ato/Evento	Nire	CNPJ	Endereço
181087413	20181087413	002 / 024	41901614002	21.474.292/0002-55	Rua joaquim antonio novo, 365



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2018 14:39 SOB Nº 20181087413.
PROTOCOLO: 181087413 DE 14/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801090127. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 26/03/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

I - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR expedida em 26/05/1988 e CPF n.º 818.370.039-04.

II - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o ramo da matriz para: **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CÊNICA; ACESSÓRIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES; LOCAÇÃO DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO INCLUSIVE BANDAS MUSICAIS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIOVISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE ALTO-**



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (40/82) 162/362

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

FALANTES; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o ramo empresarial da filial registrada sob nire 41901614002 e CNPJ 21.474.292/0002-55 para **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CÊNICA; ACESSÓRIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES; LOCAÇÃO DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO INCLUSIVE BANDAS MÚSICAS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIOVISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE ALTO-FALANTES; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS.**

CLÁUSULA TERCEIRA: A vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o Artº 2.031 da Lei nº 10.406/02 o sócio RESOLVE por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que adequado às disposições de referida Lei nº 10.406/02 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (41/82) 163/362

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

I - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR expedida em 26/05/1988 e CPF n.º 818.370.039-04.

II - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460 com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **“ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”**, com sede e foro em **MARINGÁ - PR, na AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460.**

CLÁUSULA SEGUNDA: A empresa possui uma filial na **CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ, NA RUA JOAQUIM ANTONIO NOVO, Nº 365 CONJUNTO NOVO CENTRO - COMPLEXO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO NA CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ CEP: 87211-600** registrada sob nire 41901614002 e CNPJ 21.474.292/0002-55.



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade será indeterminado, tendo seu início em: 24/11/2014.

CLÁUSULA QUARTA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA QUINTA: O objeto social da sociedade é: “Locação de equipamento de som, telão e iluminação profissional; luz cênica; acessórios para festas, inclusive decorações; locação de palco, coberturas e outras estruturas de uso temporário; produção de show artístico inclusive bandas musicais e festivais; produção e organização de desfiles; locação de tendas, praticável, gradil, barracas, banheiros químicos; prestação de serviço de som volante com caminhão, carro, moto, bicicleta; prestação de serviços de som, iluminação e projeção, audiovisual; prestação de serviços de sonorização em ambientes aberto e fechado; concerto, reparo e recondicionamento de alto-falantes; concerto, reparo de amplificadores e equipamentos eletrônicos”.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador autorizado para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros mediante a aprovação em reunião exclusiva e em comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "PRÓ-LABORE", uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercício o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração das atas de reunião/assembleias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A empresa declara que se enquadra na condição de Micro Empresa - ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer hipótese de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (45/82) 167/362

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, pôr assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se pôr si e pôr seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 13 de Abril de 2018.


ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA


LUIZ CARLOS FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB Nº 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (46/82) 168/362

AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 certifica que em 03/05/2018, foi realizado para a empresa ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME, o registro de eventos para sua(s) filiais(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ato/Evento	Nire	CNPJ	Endereço
182108821	20182108821	002 / 024	41901614002	21.474.292/0002-55	Rua joaquim antonio novo, 365



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/05/2018 16:08 SOB N° 20182108821.
PROTOCOLO: 182108821 DE 03/05/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801807790. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 11/05/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

I - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR expedida em 26/05/1988 e CPF nº 818.370.039-04.

II - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial “**ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME**”, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o ramo da matriz para: **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CÊNICA; ACESSÓRIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES PARA EVENTOS E NATALINAS; LOCAÇÃO DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO INCLUSIVE BANDAS MÚSICAIS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, TABLADO, DECKS, ARQUIBANCADAS; BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM,**



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIOVISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE ALTO-FALANTES; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; LOCUÇÃO PARA EVENTOS E RODEIO; CERIMONIALISTA DE EVENTOS; TRIO ELÉTRICO; SOM, ILUMINAÇÃO E CENÁRIO PARA RODEIO; LOCAÇÃO DE GERADORES; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o ramo empresarial da filial registrada sob nire 41901614002 e CNPJ 21.474.292/0002-55 para **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM, TELÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL; LUZ CÊNICA; ACESSÓRIOS PARA FESTAS, INCLUSIVE DECORAÇÕES PARA EVENTOS E NATALINAS; LOCAÇÃO DE PALCO, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; PRODUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO INCLUSIVE BANDAS MUSICAIS E FESTIVAIS; PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DESFILES; LOCAÇÃO DE TENDAS, PRATICÁVEL, GRADIL, TABLADO, DECKS, ARQUIBANCADAS; BARRACAS, BANHEIROS QUÍMICOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE COM CAMINHÃO, CARRO, MOTO, BICICLETA; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM, ILUMINAÇÃO E PROJEÇÃO, AUDIOVISUAL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM AMBIENTES ABERTO E FECHADO; CONCERTO, REPARO E RECONDICIONAMENTO DE ALTO-FALANTES; CONCERTO, REPARO DE AMPLIFICADORES E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS; LOCUÇÃO PARA EVENTOS E RODEIO; CERIMONIALISTA DE EVENTOS; TRIO ELÉTRICO; SOM, ILUMINAÇÃO E CENÁRIO PARA RODEIO; LOCAÇÃO DE GERADORES; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA.**

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterado o endereço da filial registrada sob nire 41901614002 e CNPJ 21.474.292/0002-55 para **RUA JOSÉ ANTONIO FERRARI, Nº 152, PARQUE INDUSTRIAL, CEP: 87207-030 NA CIDADE DE CIANORTE-PR.**



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (49/82) 171/362

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA QUARTA: A vista das modificações ora ajustada e em consonância com o que determina o Artº 2.031 da Lei nº 10.406/02 o sócio RESOLVE por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas contidas no contrato primitivo que adequado às disposições de referida Lei nº 10.406/02 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

I - LUIZ CARLOS FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/01/1974, natural de Japurá-PR, empresário, residente e domiciliado em Sarandi-PR, na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87113-030 portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 5.358.569-8-SSP-PR expedida em 26/05/1988 e CPF nº 818.370.039-04.

II - ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 25/09/1977, natural de Tapejara-PR, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Isabel, nº 503, Jardim Panorama, CEP: 87.113-030 na cidade de Sarandi-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 6.575.633-1-SSP-PR expedido em 15/09/1999 e do CPF nº 004.605.029-99.

Únicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada que gira sob o nome empresarial “ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”, com sede e foro em Maringá - PR, na Av. Itororó, nº 157 Sala 106, Zona 02, CEP: 87010-460 com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41207985786, em 24/11/2014 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (50/82) 172/362

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

21.474.292/0001-74, resolve por meio deste instrumento particular de alteração de contrato social, consolidar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de “ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME”, com sede e foro em MARINGÁ - PR, na AV. ITORORÓ, Nº 157 SALA 106, ZONA 02, CEP: 87010-460.

CLÁUSULA SEGUNDA: A empresa possui uma filial na CIDADE DE CIANORTE-PARANÁ, NA RUA JOSÉ ANTONIO FERRARI, Nº 152, PARQUE INDUSTRIAL, CEP: 87207-030 registrada sob nire 41901614002 e CNPJ 21.474.292/0002-55.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade será indeterminado, tendo seu início em: 24/11/2014.

CLÁUSULA QUARTA: O capital é de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) divididos em 60.000 (Sessenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizada, fica assim distribuída:

SÓCIOS	%	CAPITAL
ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
LUIZ CARLOS FERREIRA	50	R\$ 30.000,00
TOTAL	100	R\$ 60.000,00

Handwritten signature

CLÁUSULA QUINTA: O objeto social da sociedade e de sua filial é: “locação de equipamento de som, telão e iluminação profissional; luz cênica; acessórios para festas, inclusive decorações para



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

eventos e natalinas; locação de palco, coberturas e outras estruturas de uso temporário; produção de show artístico inclusive bandas musicais e festivais; produção e organização de desfiles; locação de tendas, praticável, gradil, tablado, decks, arquibancadas; barracas, banheiros químicos; prestação de serviço de som volante com caminhão, carro, moto, bicicleta; prestação de serviços de som, iluminação e projeção, audiovisual; prestação de serviços de sonorização em ambientes aberto e fechado; conserto, reparo e recondicionamento de alto-falantes; conserto, reparo de amplificadores e equipamentos eletrônicos; locução para eventos e rodeio; cerimonialista de eventos; trio elétrico; som, iluminação e cenário para rodeio; locação de geradores; instalação e manutenção elétrica”.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento unânime do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUIZ CARLOS FERREIRA**, já qualificado anteriormente, dispensado da prestação de caução e fazendo o uso individualmente da assinatura, com poderes e atribuição de administrador autorizado para o uso do nome social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: O administrador declara sob as penas de Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Poderão os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros mediante a aprovação em reunião exclusiva e em comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade, perceberão os sócios a título de remuneração "PRÓ-LABORE", uma quantia mensal fixada até os limites de dedução fiscal, previstos na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada a conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

SEXTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ: 21.474.292/0001-74

NIRE: 41207985786

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito à sociedade, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que esta através dos sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (Sessenta) dias contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério dos sócios alienantes. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os sócios resolvem em comum acordo dispensar a elaboração das atas de reunião/assembléias de sócios. Desde que os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A empresa declara que se enquadra na condição de Micro Empresa - ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer hipótese de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro de Maringá/Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, pôr assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se pôr si e pôr seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR 12 de Julho de 2019.



ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA



LUIZ CARLOS FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 11:09 SOB Nº 20193999471.
PROTOCOLO: 193999471 DE 16/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903242480. NIRE: 41207985786.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 17/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

ATO 315

ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)



Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná

A Sociedade ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA, estabelecida na (o) RUA PRINCESA ISABEL, 503 bairro JARDIM PANORAMA, SARANDI, PR CEP: 87.113-030, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

SARANDI - PR, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Silvia cr. m. de melo.

SILVIA CRISTINA MARTINS DE MELO - Sócio/Administrador

Eleni m. de melo ferreira.

ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA - Sócio/Administrador



MÓDULO INTEGRADOR: PR2201400247132

**DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

A Sociedade **ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA**, com contrato social registrado na Junta Comercial em 24/11/2014, NIRE: 41207985786, CNPJ: 21.474.292/0001-74, estabelecido(a) na AVENIDA ITORORO, 157 SALA 106, ZONA 02, Maringá - PR, CEP: 87010-460, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se reenquadra da condição de MICROEMPRESA PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 307

Descrição do Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Maringá - PR, 03/08/2023

ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA
Sócio

LUIZ CARLOS FERREIRA
Sócio/Administrador

** Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná*



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00460502999	ELENI MARTINS DE MELO FERREIRA
81837003904	LUIZ CARLOS FERREIRA



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/08/2023 15:00 SOB Nº 20235506672.
PROTOCOLO: 235506672 DE 04/08/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12311572370. CNPJ DA SEDE: 21474292000174.
NIRE: 41207985786. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/08/2023.
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
empresafacil.pr.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.474.292/0002-55 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/08/2015
NOME EMPRESARIAL ESTACAO MIX EVENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 74.10-2-02 - Design de interiores 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R JOSE ANTONIO FERRARI	NÚMERO 152	COMPLEMENTO *****
CEP 87.207-030	BAIRRO/DISTRITO PARQUE INDUSTRIAL	MUNICÍPIO CIANORTE
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (44) 9999-9999	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/10/2024 às 14:52:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ:	21.474.292/0002-55	DUNS®:	894432875
Razão Social:	ESTACAO MIX EVENTOS LTDA		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	03/12/2024

Dados do Nível

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	22/03/2025
Código de Controle:	49BD77DB66479328		

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	23/10/2024
Código de Controle:	2024092420542234090980		

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	23/03/2025
Código de Controle:	657747032024		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA
CNPJ: 21.474.292/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:43:51 do dia 23/09/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/03/2025.

Código de controle da certidão: **49BD.77DB.6647.9328**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.474.292/0002-55
Razão Social: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA
Endereço: R JOSE ANTONIO FERRARI 152 / PARQUE INDUSTRIAL / CIANORTE / PR / 87207-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/09/2024 a 23/10/2024

Certificação Número: 2024092420542234090980

Informação obtida em 09/10/2024 14:53:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.474.292/0002-55

Certidão nº: 59095089/2024

Expedição: 28/08/2024, às 15:00:56

Validade: 24/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ESTACAO MIX EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.474.292/0002-55**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.474.292/0002-55 DUNS®: 894432875
Razão Social: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: ISENTO
Inscrição Municipal: 1817000

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 22/01/2025
Código de Controle: 034715986-46

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 24/10/2024
Código de Controle: 3A3720F833093DB7AA0F291D25688DD4



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 034456407-36

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **21.474.292/0002-55**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/12/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Narrativa

de Inexistência de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS
Nº 034889238-17

Certifico, para fins de comprovação perante terceiros, que o **CNPJ 21.474.292/0002-55**, não consta do Cadastro de Contribuintes do ICMS da Secretaria da Fazenda do Paraná, não possuindo, portanto, número de inscrição estadual, de acordo com pesquisa realizada na base de dados do mencionado cadastro.

Esta certidão não isenta a empresa de inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Paraná, para os casos previstos na legislação.

Válida até 09/11/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CIANORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS

Empresa  **Fácil**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Número 1817000

Nome Fantasia:

Razão Social: ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ: 21.474.292/0002-55

Atividade Principal: 9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação

Atividade(s) Secundária(s): 9001-9/05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares, 9001-9/02 - Produção musical, 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, 8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica, 9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, 7319-0/99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente, 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, 7410-2/02 - Design de interiores

Município: Cianorte **Endereço:** RUA José Antonio Ferrari, 152, Parque Industrial

CEP: 87207030

Local e data: Cianorte, terça, 23 de julho de 2019

JOLANIR GERALDA BELONI

Secretaria Municipal de Finanças

Código de Autenticidade: **19AK5ENDRV**

"EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO JOÃO VITOR DE ASSUMPÇÃO"

Esse documento não autoriza o início de funcionamento da(s) atividade(s), indica apenas o Cadastro da empresa para fins de tributação.



MUNICÍPIO DE CIANORTE
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Nº 32768

CERTIFICAMOS, conforme requerido por ESTAÇÃO MIX, CPF/CNPJ nº 21.474.292/0002-55, para **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa), até a presente data, em nome de **ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA**, CPF/CNPJ nº **21.474.292/0002-55**, situado(a) em Cianorte - PR.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

A aceitação desta certidão está condicionado à verificação de sua autenticidade na internet, no seguinte endereço: <https://cianorte.oxy.elotech.com.br/portal-contribuinte/autenticar-documento>

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei Municipal Nº 3436/10 de 24/03/2010

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESSE DOCUMENTO

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE 98B4124EBF2C2EE121E2DB90B8412C1A

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 08/11/2024

Cianorte - PR, 09 de outubro de 2024



**JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CIANORTE
ESTADO DO PARANÁ**

CARTORIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
TRAVESSA ITORORO, 300 - CENTRO - EDIFÍCIO FORUM
CIANORTE/PR - 87200-153

TITULAR
LUIZ HENRIQUE CODOLO
JURAMENTADOS
CAROLINA MONTOIA CODOLO
WILLIAM BUSCARATTO BATISTA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Ações: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro A FAVOR E CONTRA em nome de:

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA

CNPJ 21.474.292/0002-55, no período compreendido desde 26/07/1963, data de instalação deste cartório, até a presente data.

CIANORTE/PR, 23 de Setembro de 2024, 13:11:55



Certificação





LOCAÇÃO DE SOM - ILUMINAÇÃO - IMAGEM - PALCO - PAINEL LED
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (044) 99976-0046 99800-0075

DECLARAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/ 2024

RAZÃO SOCIAL: ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA

CNPJ: 21.474.292/0002-55

ENDEREÇO: RUA JOSÉ ANTONIO FERRARI, 152 PARQUE INDUSTRIAL CIANORTE-PR.

TEL: (44) 99976-0046

E-MAIL: comercial@estacaomix.com.br

Declaramos para os devidos fins de direito e para participação no Pregão Eletrônico Nº 97/ 2024, que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e ainda acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação.

Declaramos ainda atender a totalidade do contido no Edital do Pregão Presencial Nº 97/ 2024.

Ubiratã – Paraná, 15 de Outubro de 2024.

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA
Luiz Carlos Ferreira - Sócio Administrador
CPF nº 818.370.039-04 RG nº 5.358.569-8

FELIPE CASTILHO DE OLIVEIRA
CREA-PR Nº: PR-160740/D
CPF nº 084.649.049-83 RG nº 05209196219



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 91844/2024

Validade: 22/01/2025

Razão social:
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ:
21.474.292/0001-74

Num. Registro:
63748

Data do Registro:
27/06/2017

Capital Social:
R\$ 60.000,00

Endereço:
AVENIDA ITORORO, 157, SALA 106, ZONA 02

CEP:
87010-460

Cidade:
MARINGA-PR

Nº da Alteração Contratual:
6

Data da última alteração:
17/07/2019

Objetivo Social:

Locação de equipamento de som, telão e iluminação profissional; luz cênica; acessórios para festas, inclusive decorações para eventos e natalinas; locação de palco, coberturas e outras estruturas de uso temporário; produção de show artístico inclusive bandas musicais e festivais; produção e organização de desfiles; locação de tendas, praticável, gradil, tablado, decks, arquibancadas; barracas, banheiros químicos; prestação de serviço de som volante com caminhão, carro, moto, bicicleta; prestação de serviços de som, iluminação e projeção, audiovisual; prestação de serviços de sonorização em ambientes aberto e fechado; conserto, reparo e condicionamento de alto-falantes; conserto, reparo de amplificadores e equipamentos eletrônicos; locução para eventos e rodeio; cerimonialista de eventos; trio elétrico; som, iluminação e cenário para rodeio; locação de geradores; instalação e manutenção elétrica.

Encontra-se quite com o exercício 2024

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Filial(is):

1 - CNPJ: 21474292000255

Situação: Regular

Endereço: RUA JOSE ANTONIO FERRARI, 152

Bairro: PARQUE INDUSTRIAL

Cidade: CIANORTE-PR

CEP: 87207030

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 21.474.292/0001-74

NOME CIVIL: FELIPE CASTILHO DE OLIVEIRA

Carteira: PR-160740/D - Data de expedição: 03/04/2017

Desde 25/01/2019 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º

Responsáveis técnicos pela Filial - CNPJ: 21.474.292/0002-55

NOME CIVIL: FELIPE CASTILHO DE OLIVEIRA

Carteira: PR-160740/D - Data de expedição: 03/04/2017

Desde 25/01/2019 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular



Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º

NOME CIVIL: MARCELO FERNANDO DO NASCIMENTO

Carteira: PR-79523/D - Data de expedição: 21/03/2005

Desde 23/05/2019 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 214241/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 24/07/2024 09:04:01

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 91845/2024

Validade: 22/01/2025

Nome civil:
FELIPE CASTILHO DE OLIVEIRA

CPF:
084.649.049-83

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-160740/D

RG:
05209196219

Registro Nacional:
1716322588

Órgão emissor:
DETRAN/PR/PR

Registrado(a) desde:
03/04/2017

Filiação:
PAI: RUBENS PINTO DE OLIVEIRA
MÃE: ELIZABETH FERREIRA DE CASTILHO

Naturalidade:
MARINGÁ/PR

Encontra-se quite com o exercício 2024.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ

Data da Colação de Grau: 03/02/2017 - Diplomação: 03/02/2017

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º de 29/06/1973

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º de 29/06/1973

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ: 21474292000174

Desde: 25/01/2019 Carga Horária: 2h

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA - ME

CNPJ: 21474292000255

Desde: 25/01/2019 Carga Horária: 2h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 214242/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 24/07/2024 09:05:22

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Das Partes:

- A) **ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua José Antônio Ferrari, 152 no Parque Industrial, no Município de Cianorte/PR, inscrito no CNPJ/MF 21.474.292/0002-55, isento de Inscrição Estadual, neste ato representado pelo sócio Administrador **LUIZ CARLOS FERREIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Princesa Isabel, 503, Jardim Panorama, no Município de Sarandi-PR, devidamente inscrito no CPF 818.370.039-04, RG 5.358.569-8 SSP/PR, adiante denominado de CONTRATANTE.
- B) **FELIPE CASTILHO DE OLIVEIRA**, brasileiro, **engenheiro eletricitista**, maior, casado, com registro no CREA-PR sob o nº PR 160740/D, devidamente inscrito no CPF 084.649.049-83 e no RG 10.711.386-09, residente e domiciliado em Maringá-PR, Bairro Jardim Internorte na Rua José Bulla Nº 1035, CEP 87045-280 adiante denominado de CONTRATADO.

Das Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços, pelo CONTRATADO à CONTRATANTE, de assumir a função de Responsável Técnico pela empresa em SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE PALCO PARA SHOWS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Prazo, a vigência é por prazo de 4(quatro) anos, que terá seu início em 06/12/2023 e finalizando em 05/12/2027. É facultado às partes rescindirem o contrato com aviso por escrito com antecedência de 60(Sessenta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA: A baixa da responsabilidade deverá ser comunicada ao CREA pela parte que teve a iniciativa imediatamente após o ocorrido, conforme a legislação: Resolução 336, do CONFEA, Art. 17-A responsabilidade técnica de qualquer profissional por pessoa jurídica fica extinta, devendo o registro ser alterado, a partir do momento em que:

I – for requerido ao Conselho Regional, por escrito, pelo profissional ou pela pessoa jurídica, o cancelamento desse encargo;

II- for o profissional suspenso do exercício da profissão;

III – mudar o profissional de residência parra local que, a juízo do Conselho Regional, torne impraticável o exercício dessa função;

IV – tiver o profissional o seu registro cancelado;

V – ocorram outras condições que, a critério do CREA, possam impedir a efetiva prestação da assistência técnica.

§ 1º - A pessoa jurídica deve no prazo de 10(Dez) dias, promover a substituição do responsável técnico.

§ 3º - A baixa de responsabilidade técnica requerida pelo profissional só pode ser deferida na ausência de quaisquer obrigações pendentes em seu nome, relativas ao pedido, junto ao Conselho Regional.

CLÁUSULA QUINTA: Valor: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pelos serviços efetivamente prestados por empresa a importância equivalente a 02(dois) salários mínimo, convertidos em reais, representando nesta data R\$ 2.640,00 (Dois mil seiscentos e quarenta reais). O pagamento da remuneração mensal não configura vínculo trabalhista para efeitos deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Condições de pagamento: Será mensal, com vencimento no dia 17 de cada mês, que será pago mediante recibo.

CLÁUSULA SÉTIMA: Para solução de eventuais litígios oriundos deste contrato as partes elegem o Foro de Cianorte/PR, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Acordadas, as partes firmam o presente contrato, elaborado em 2(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que tudo assistiram.

1º TABELIONATO DE MARINGÁ



ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA
Luiz Carlos Ferreira
Contratante

1º TABELIONATO
DE MARINGÁ

Elise Castille

FELIPE CASTILHO DE OLIVEIRA
Engenheiro Eletricista
Contratado

Testemunhas:

Nome e RG:

Nome e RG:



CERTIFICADO



Certificamos que o Sr. **HAYAM FELIPE DE SOUZA CAVALINES**, portador do CPF:091.755.039-05 participou do **Curso de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade**, em conformidade com a NR-10, no período de 25/03/2024 à 28/03/2024 promovido pelo SESMT da Empresa Saúde é Vida- Medicina e Segurança do Trabalho, com carga horária de 40 horas.

Israel Silva

Técnico em Segurança do Trabalho
MTE/122-64 PR

Israel Silva
Téc. de Seg. Trab
MTE/PR 12264
Instituto

Maringá, 28 de Março de 2024

Hayam Felipe de Souza Cavalines
Concluinte

EMPRESA: SAÚDE É VIDA- MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO
FONE: (44) 99861-8321
EMPRESA: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA-ME
CNPJ: 21.474.292/0002-55

CERTIFICADO



Certificamos que o Sr. **ALCIONE PAULO TRINDADE**, portador do CPF:011.860.979-30 participou do **Curso de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade**, em conformidade com a NR-10, no período de 25/03/2024 à 28/03/2024 promovido pelo SESMT da Empresa Saúde é Vida- Medicina e Segurança do Trabalho, com carga horária de 40 horas.

Israel Silva

Técnico em Segurança do Trabalho

MTE/122-64 PR

Israel Silva

Téc. de Seg. Trab
MTE/PR 12264

Maringá, 28 de Março de 2024

Concluinte

EMPRESA: SAÚDE É VIDA- MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO EMPRESA: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (44) 99861-8321 CNPJ: 21.474.292/0002-55



CERTIFICADO

Certificamos que o Sr. **HAYAM FELIPE DE SOUZA CAVALINES**, portador do CPF:091.755.039-05 participou do **Curso de Segurança em Trabalho em Altura**, em conformidade com a NR-35, na data de 29/03/2024 promovido pelo SESMT da Empresa Saúde é Vida- Medicina e Segurança do Trabalho, com carga horária de 8 horas.

Israel Silva

Técnico em Segurança do Trabalho

MTE/122-64 PR

Israel Silva

Téc. de Seg. Trab.
MTE/PR 12264
Instituto

Maringá, 29 de Março de 2024

Concluinte

EMPRESA: SAÚDE É VIDA- MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO EMPRESA: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (44) 99861-8321 CNPJ: 21.474.292/0002-55

CERTIFICADO



Certificamos que o Sr. **JEFERSON FERREIRA**, portador do CPF:081.372.519-44 participou do **Curso de Segurança em Trabalho em Altura**, em conformidade com a NR-35, na data de 29/03/2024 promovido pelo SESMT da Empresa Saúde é Vida- Medicina e Segurança do Trabalho, com carga horária de 8 horas.

Israel Silva

Técnico em Segurança do Trabalho

MTE/122-64 PR

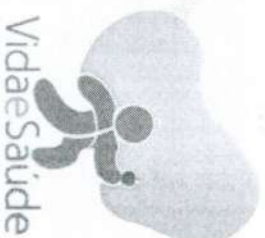
Israel Silva
Téc. de Seg. Trab
MTE/PR 12264
Instituto

Maringá, 29 de Março de 2024

Concluente

EMPRESA: SAÚDE É VIDA- MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO EMPRESA: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (44) 99861-8321 CNPJ: 21.474.292/0002-55

CERTIFICADO



Certificamos que o Sr. **ALCIONE PAULO TRINDADE**, portador do CPF: 011.860.979-30 participou do **Curso de Segurança em Trabalho em Altura**, em conformidade com a NR-35, na data de 29/03/2024 promovido pelo SESMT da Empresa Saúde é Vida- Medicina e Segurança do Trabalho, com carga horária de 8 horas.

Israel Silva

Maringá, 29 de Março de 2024

Técnico em Segurança do Trabalho

MTE/122-64 PR

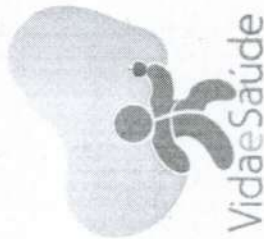

Israel Silva
Téc. de Seg. Trab.
MTE/PR 12264


Concluinte

EMPRESA: SAÚDE É VIDA- MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.
FONE: (44) 99861-8321

EMPRESA: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA-ME
CNPJ: 21.474.292/0002-55

CERTIFICADO



Certificamos que o Sr. **PEDRO FERREIRA**, portador do CPF:805.043.539-34 participou do **Curso de Segurança em Trabalho em Altura**, em conformidade com a NR-35, na data de 29/03/2024 promovido pelo SESMT da Empresa Saúde é Vida- Medicina e Segurança do Trabalho, com carga horária de 8 horas.

Israel Silva

Maringá, 29 de Março de 2024

Técnico em Segurança do Trabalho

MTE/122-64 PR


Israel Silva
Téc. de Seg. Trab.
MTE/122-64 PR


Pedro Ferreira
Concluente

EMPRESA: SAÚDE É VIDA- MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO EMPRESA: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (44) 99861-8321 CNPJ: 21.474.292/0002-55



LOCAÇÃO DE SOM - ILUMINAÇÃO - IMAGEM - PALCO - PAINEL LED
ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA-ME
FONE: (044) 99976-0046 99800-0075

ANEXO III
DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/ 2024

RAZÃO SOCIAL: ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA

CNPJ: 21.474.292/0002-55

ENDEREÇO: RUA JOSÉ ANTONIO FERRARI, 152 PARQUE INDUSTRIAL CIANORTE-PR.

TEL: (44) 99976-0046

E-MAIL: comercial@estacaomix.com.br

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubitatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubitatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- Que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Ubitatã – Paraná, 15 de Outubro de 2024.

LUIZ CARLOS
FERREIRA:818370
03904

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS
FERREIRA:81837003904
Dados: 2024.10.15 09:23:48
-03'00'

ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA
Luiz Carlos Ferreira
CPF nº 818.370.039-04
RG nº 5.358.569-8

Rua José Antonio Ferrari, 152 Parque Industrial, Cianorte-Paraná.
e-mail: comercial@estacaomix.com.br

CNPJ: 21.474.292/0002-55

Proc. Administrativo (Nota interna 16/10/2024 10:16) 9.228/2024

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/10/2024 às 10:16:52

Proposta de preços ANA MÁRCIA KAUL – ME, vencedora do item 02.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

Anexos:

PROPOSTA_DE_PRECOS_Final.pdf

ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Ubatã/PR.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2024

Proponente: ANA MARCIA KAUL EIRELI

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Endereço: LINHA BURICÁ, SANTA HELENA/PR.

Telefone: 45 3268 1337

E-mail: ana.kaul@hotmail.com

Sra. Pregoeiro(a)

Ilmos. Senhores da Equipe de Apoio

Vimos apresentar através desta, por intermédio do nosso Representante Legal, o Sra. ANA MARCIA KAUL, portadora do RG nº 7.179.057-6, e do CPF nº 022.044.709-88, em atendimento ao disposto no mencionado Edital, a nossa proposta para o fornecimento, conforme segue:

Item	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	V. UNT	V. TOTAL
02	Locação de som e iluminação e painel de LED para palco de 12x10m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da BANDA CLUB 7, para show da virada a ser realizado no dia 31/12/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 03:00 horas.	01	Unidade	25.990,00	25.990,00

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

90 dias.

Se vencedora da Licitação, assinará a Ata de Registro de Preços, Contrato ou documento equivalente, na qualidade de representante legal o Senhora ANA MARCIA KAUL, portadora do RG nº 7.179.057-6, e do CPF nº 022.044.709-88.

Se vencedora da Licitação, o preposto da empresa para representá-la será o Senhor JULIO ALVES DA ROSA, inscrito no CPF Nº 718.484.879-91 e RG Nº 5.133.577-6.

Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo BANCO SICOOB 4351-6, CONTA CORRENTE 88242 PJ.

Para fins de comunicação oficial junto ao Município de Ubatã, informamos o e-mail **ANA.KAUL@HOTMAIL.COM** para o qual poderá ser encaminhada qualquer correspondência oficial originada por este município e suas respectivas secretarias, como ordem de compras/serviços, nota de empenho, contratos, atas de registro de preços e termos aditivos para assinatura, documentos produzidos em processos administrativos sancionatórios, entre outros, sendo que nos comprometemos a comunicar o Município de Ubatã em caso de modificação do e-mail indicado para contato.

Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data;

UBIRATA/PR, 16 DE OUTUBRO DE 2024.

ANA MARCIA

KAUL:177780210001

35

Assinado de forma digital por ANA

MARCIA KAUL:17778021000135

Dados: 2024.10.16 09:08:55 -03'00'

ANA MÁRCIA KAUL

Representante da empresa

Proc. Administrativo (Nota interna 16/10/2024 10:22) 9.228/2024

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/10/2024 às 10:22:56

Documentos de habilitação ANA MÁRCIA KAUL – ME, vencedora do item 02.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

Anexos:

HABILITACAO.pdf



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/10/2024 09:26:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: ANA MARCIA KAUL
CNPJ: 17.778.021/0001-35

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: CNJ
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 17778021000135

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: ANA MARCIA KAUL

CPF/CNPJ: 17.778.021/0001-35

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:27:33 do dia 16/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 7ENH161024092733

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: ANA MARCIA KAUL

CPF/CNPJ: 022.044.709-88

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:27:58 do dia 16/10/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: PSEE161024092758

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 17.778.021/0001-35 DUNS®: 895253679
Razão Social: ANA MARCIA KAUL
Nome Fantasia: BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 17/09/2025
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	01/02/2025	Automática
FGTS	Validade:	23/10/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	12/01/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/11/2024
Receita Municipal	Validade:	08/08/2024 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ:	17.778.021/0001-35	DUNS®:	895253679
Razão Social:	ANA MARCIA KAUL		
Nome Fantasia:	BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro: 17/09/2025	

Dados do Nível

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa:	Micro Empresa	MEI:	Não
Natureza Jurídica:	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)		
Capital Social:	R\$ 200.000,00	Data de Abertura da Empresa:	19/03/2013
CNAE Primário:	9001-9/06 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO		

CNAE Secundário 1:	0122-9/00 - CULTIVO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS
CNAE Secundário 2:	1412-6/01 - CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS
CNAE Secundário 3:	4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
CNAE Secundário 4:	4723-7/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
CNAE Secundário 5:	4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
CNAE Secundário 6:	4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 7:	4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE
CNAE Secundário 8:	4761-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
CNAE Secundário 9:	4763-6/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
CNAE Secundário 10:	4781-4/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E
CNAE Secundário 11:	4782-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
CNAE Secundário 12:	4789-0/06 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTIGOS
CNAE Secundário 13:	4789-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO
CNAE Secundário 14:	5620-1/02 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES
CNAE Secundário 15:	5813-1/00 - EDIÇÃO DE REVISTAS
CNAE Secundário 16:	5911-1/99 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE
CNAE Secundário 17:	7312-2/00 - AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO
CNAE Secundário 18:	7319-0/02 - PROMOÇÃO DE VENDAS
CNAE Secundário 19:	7410-2/02 - DESIGN DE INTERIORES
CNAE Secundário 20:	7420-0/01 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO
CNAE Secundário 21:	7420-0/02 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E
CNAE Secundário 22:	7420-0/04 - FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS
CNAE Secundário 23:	7490-1/05 - AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES
CNAE Secundário 24:	7721-7/00 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS
CNAE Secundário 25:	7729-2/02 - ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO

Relatório de Credenciamento

CNAE Secundário 26:	7739-0/03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS
CNAE Secundário 27:	7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 28:	8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
CNAE Secundário 29:	8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS
CNAE Secundário 30:	8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,
CNAE Secundário 31:	8591-1/00 - ENSINO DE ESPORTES
CNAE Secundário 32:	8592-9/01 - ENSINO DE DANÇA
CNAE Secundário 33:	8592-9/03 - ENSINO DE MÚSICA
CNAE Secundário 34:	8593-7/00 - ENSINO DE IDIOMAS
CNAE Secundário 35:	8599-6/03 - TREINAMENTO EM INFORMÁTICA
CNAE Secundário 36:	8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E
CNAE Secundário 37:	8599-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS
CNAE Secundário 38:	9001-9/01 - PRODUÇÃO TEATRAL
CNAE Secundário 39:	9001-9/02 - PRODUÇÃO MUSICAL
CNAE Secundário 40:	9001-9/03 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA
CNAE Secundário 41:	9001-9/04 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, DE
CNAE Secundário 42:	9001-9/05 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E
CNAE Secundário 43:	9001-9/99 - ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES
CNAE Secundário 44:	9311-5/00 - GESTÃO DE INSTALAÇÕES DE ESPORTES
CNAE Secundário 45:	9319-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NÃO ESPECIFICADAS
CNAE Secundário 46:	9329-8/01 - DISCOTECAS, DANCETERIAS, SALÕES DE DANÇA E
CNAE Secundário 47:	9329-8/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER NÃO

Dados para Contato

CEP:	85.892-000
Endereço:	VILA L.R. SEM DENOMINACAO COL. DR. AFFONSO, S/N - LINHA
Município / UF:	Santa Helena / Paraná
Telefone:	(45) 32681337
E-mail:	douglass_ar@hotmail.com

Dados do Responsável Legal

CPF:	022.044.709-88
Nome:	ANA MARCIA KAUL

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	022.044.709-88
Nome:	ANA MARCIA KAUL
E-mail:	douglass_ar@hotmail.com

Linhas Fornecimento

Materiais

3590 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS

Relatório de Credenciamento

Serviços

9938 - Informação Sobre Eventos Sociais, Esportivos, Culturais Na-cionais e Internacionais

13099 - Locação / Montagem / Desmontagem de Stands e Projetos em Feiras e Exposições

17019 - Decoração - Eventos / Solenidades


19640 - Ingresso - Parque / Eventos

21490 - Locação Equipamento - Tradução Simultânea / Sonorização

24988 - Serviços de Suporte de Divulgação em Comunicação Social.

25232 - Pagamento Inscrição Eventos



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41107399893		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) ANA MARCIA KAUL			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS(se casado) XXX		
FILHO DE (pai) EVALDO KAUL	(mãe) ILSA KAUL		
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/06/1979	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 71790576	Órgão emissor SESP	UF PR
CPF(número) 022.044.709-88			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA GOIÁS			NÚMERO 720
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso de Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ANA MARCIA KAUL			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) VILA L.R. SEM DENOMINAÇÃO COL. DR. AFFONSO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICÁ	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso de Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) csc_globo@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 200.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) duzentos mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9001906 Atividade Secundária 0122900, 1412601, 4213800, 4723700, 4742300, 4751201, 4753900, 4761003, 4763602, 4781400, 4782201, 4789006	Descrição do Objeto Serviços de sonorização de eventos; Sonorização de rua e iluminação de palcos; Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário; Agenciamento de espaços para publicidade; Atividades de produção de fotografia; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições, festas e eventos; Serviços de alimentação para eventos e recepções (bufe); Produção teatral; Produção		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/03/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.778.021/0001-35	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
DATA ASSINATURA 27/03/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Ana Marcia Kaul</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
			
		PR2180001582529	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:50 SOB Nº 20181239841.
PROTOCOLO: 181239841 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801190040. NIRE: 41107399893.
ANA MARCIA KAUL




Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (9/100) 216/362

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41107399893		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) ANA MARCIA KAUL			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino		REGIME DE BENS(se casado) XXX	
FILHO DE (pai) EVALDO KAUL		(mãe) ILSA KAUL	
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/06/1979	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 71790576	Órgão emissor SESP	UF PR
CPF(número) 022.044.709-88			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA GOIÁS			NÚMERO 720
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ANA MARCIA KAUL			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) VILA L.R. SEM DENOMINAÇÃO COL. DR. AFFONSO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICÁ	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) esc_globo@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 200.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extensão) duzentos mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9001906 Atividade Secundária 4789099, 5620102, 5813100, 5911199, 7312200, 7319002, 7410202, 7420001, 7420002, 7420004, 7490105, 7721700	Descrição do Objeto musical; Produção de espetáculos de dança; Filmagens de festas e eventos; Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador; Edição de revistas; Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Serviços de limpeza em geral; Discotecas, danceterias e salões de dança e similares; Realização de bailes, festas e jantares; Aluguel de equipamentos recreativos e		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/03/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.778.021/0001-35	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF PR
DATA ASSINATURA 27/03/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Ana Marcia Kaul		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE _/_/_		AUTENTICAÇÃO  PR2180001582529	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:50 SOB Nº 20181239841.
PROTOCOLO: 181239841 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801190040. NIRE: 41107399893.
ANA MARCIA KAUL



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (10/100) 217/362

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41107399893		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ANA MARCIA KAUL			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS(se casado) XXX		
FILHO DE (pai) EVALDO KAUL	(mãe) ILSA KAUL		
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/06/1979	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 71790576	Órgão emissor SESP	UF PR
CPF(número) 022.044.709-88			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA GOIÁS			NÚMERO 720
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ANA MARCIA KAUL			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) VILA L.R. SEM DENOMINAÇÃO COL. DR. AFFONSO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICÁ	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) esc_globo@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 200.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) duzentos mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9001906 Atividade Secundária 7729202, 7739003, 7739099, 8121400, 8129000, 8230001, 8591100, 8592901, 8592903, 8593700, 8599603, 8599604	Descrição do Objeto esportivos; Serviços de fotografias aéreas, submarinas e similares; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artistas; Design de interiores; Ensino de dança; Ensino de esportes; Ensino de música; Ensino de idiomas; Promoção de vendas; Atividades de limpeza; Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares; Produção de espetáculos circenses, de marionetes e		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/03/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.778.021/0001-35	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
DATA ASSINATURA 27/03/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Ana Marcia Kaul</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		PR2180001582529	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:50 SOB Nº 20181239841.
PROTOCOLO: 181239841 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801190040. NIRE: 41107399893.
ANA MARCIA KAUL



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (11/100) 218/362

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41107399893		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ANA MARCIA KAUL			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS(se casado) XXX		
FILHO DE (pai) EVALDO KAUL	(mãe) ILSA KAUL		
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/06/1979	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 71790576	Órgão emissor SESP	UF PR
CPF(número) 022.044.709-88			
IMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av., etc) RUA GOIÁS			NÚMERO 720
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ANA MARCIA KAUL			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av., etc) VILA L.R. SEM DENOMINAÇÃO COL. DR. AFFONSO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICÁ	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) csc_globo@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 200.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) duzentos mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9001906 Atividade Secundária 8599699, 9001901, 9001902, 9001903, 9001904, 9001905, 9001999, 9311500, 9319199, 9329801, 9329899	Descrição do Objeto similares; Limpeza em prédios e domicílios; Atividades de produção cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão; Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares; Outras atividades esportivas; Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal, instrumentos musicais; Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida; Comércio		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/03/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.778.021/0001-35	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF PR
DATA ASSINATURA 27/03/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Ana Marcia Kaul		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL		PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL	
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		PR2180001582529	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná




CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:50 SOB Nº 20181239841.
PROTOCOLO: 181239841 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801190040. NIRE: 41107399893.
ANA MARCIA KAUL

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (12/100) 219/362

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
41107399893		XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)			
ANA MARCIA KAUL			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		SOLTEIRO(A)	
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)		
Feminino	XXX		
FILHO DE (pai)	(mãe)		
IVALDO KAUL	ILSA KAUL		
NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF
10/06/1979	71790576	SESP	PR
CPF (número)			
022.044.709-88			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)			NÚMERO
RUA GOIÁS			720
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	85892-000	006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO	UF		PR
Santa Helena			
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
002 - ALTERAÇÃO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			
NOME EMPRESARIAL			ENQUADRAMENTO
ANA MARCIA KAUL			ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
VILA L.R. SEM DENOMINAÇÃO COL. DR. AFFONSO			SN
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	LINHA BURICÁ	85892-000	006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Santa Helena	PR	BRASIL	esc_globo@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)		
200.000,00	duzentos mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE: Fiscal)	Descrição do Objeto		
Atividade Principal	varejista de artigos do vestuário e acessórios; Comercio varejista de calçados; Comercio varejista de artigos esportivos;		
9001906	Comercio varejista de artigos de papelaria; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Comércio varejista de material elétrico; Comercio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Comercio varejista de artigos para festas, plantas, flores		
Atividade Secundária			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
19/03/2013	17.778.021/0001-35		
DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
27/03/2018	Ana Marcia Kaul		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
			
		PR2180001582529	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:50 SOB Nº 20181239841.
PROTOCOLO: 181239841 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801190040. NIRE: 41107399893.
ANA MARCIA KAUL

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf (13/100) 220/362

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41107399893		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) ANA MARCIA KAUL			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino	REGIME DE BENS (se casado) XXX		
FILHO DE (pai) EVALDO KAUL	(mãe) ILSA KAUL		
NASCIDO EM (data de nascimento) 10/06/1979	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 71790576	Órgão emissor SESP	UF PR
CPF (número) 022.044.709-88			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA GOIÁS			NÚMERO 720
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena			UF PR
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ		A JUNTA COMERCIAL DO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ANA MARCIA KAUL			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) VILA L.R. SEM DENOMINAÇÃO COL. DR. AFFONSO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICÁ	CEP 85892-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial) 006577 - Santa Helena
MUNICÍPIO Santa Helena	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) esc_globo@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 200.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) duzentos mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 9001906 Atividade Secundária	Descrição do Objeto e frutos de artifício para ornamentação; Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Cultivo de flores e plantas ornamentais; Comercio varejista de bebidas; Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos; Ensino de informática; Gestão de instalações de esporte; Ensino de atividades artesanais.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/03/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 17.778.021/0001-35	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF
DATA ASSINATURA 27/03/2018	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <i>Ana Marcia Kaul</i>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		PR2180001582529	

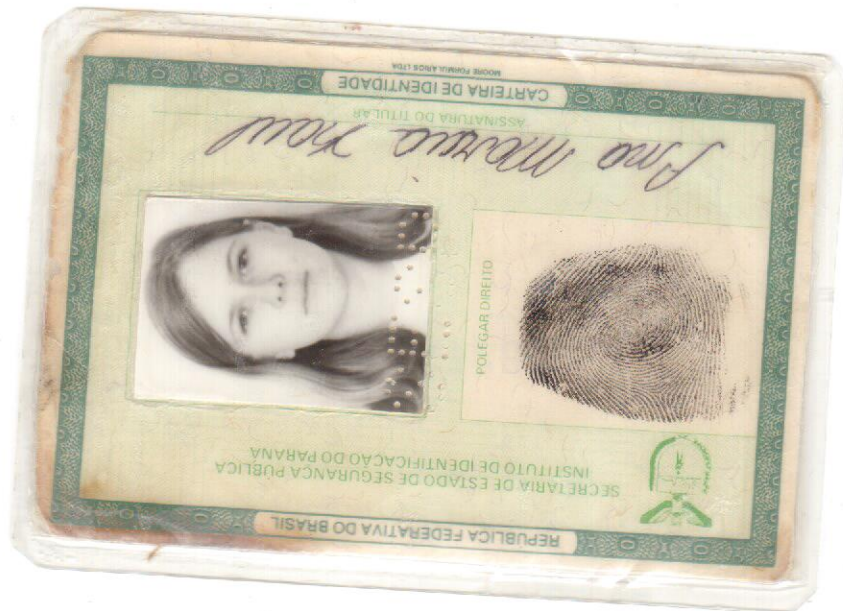
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

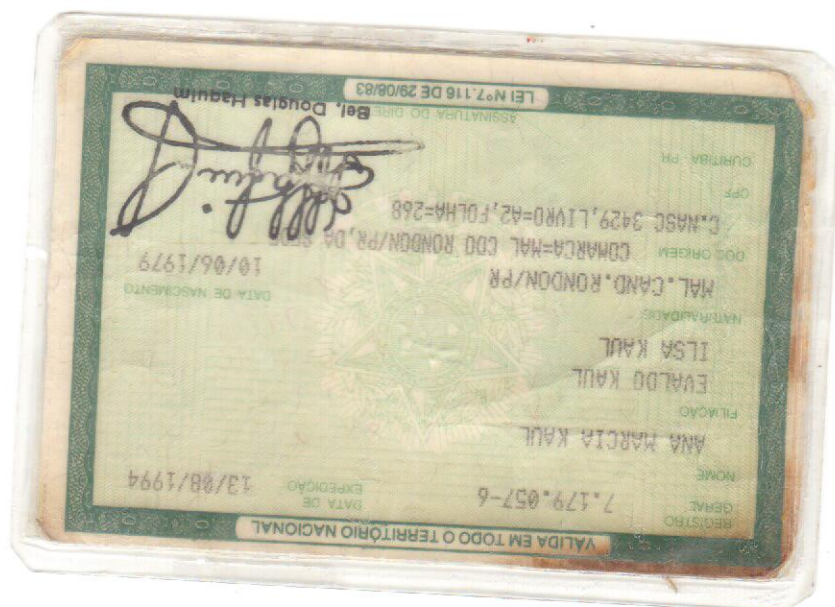
* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná




CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2018 14:50 SOB Nº 20181239841.
PROTOCOLO: 181239841 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801190040. NIRE: 41107399893.
ANA MARCIA KAUL

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 03/04/2018
www.empresafacil.pr.gov.br







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.778.021/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/03/2013
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ANA MARCIA KAUL	
-------------------------------------	--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.22-9-00 - Cultivo de flores e plantas ornamentais 14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.89-0-06 - Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 58.13-1-00 - Edição de revistas 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação 73.19-0-02 - Promoção de vendas 74.10-2-02 - Design de interiores 74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO VL L.R. SEM DENOMINACAO COL. DR. AFFONSO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 85.892-000	BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICA	MUNICÍPIO SANTA HELENA	UF PR
-------------------	---------------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (45) 3268-1337
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2013
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/10/2024 às 13:55:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.778.021/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/03/2013</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
ANA MARCIA KAUL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.92-9-01 - Ensino de dança
85.92-9-03 - Ensino de música
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
90.01-9-01 - Produção teatral
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

213-5 - Empresário (Individual)

<div>LOGRADOURO VL L.R. SEM DENOMINACAO COL. DR. AFFONSO</div>	<div>NÚMERO S/N</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
--	---------------------------	----------------------------------

<div>CEP 85.892-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICA</div>	<div>MUNICÍPIO SANTA HELENA</div>	<div>UF PR</div>
-------------------------------	---	---------------------------------------	----------------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(45) 3268-1337

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2013</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/10/2024 às 13:55:36 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.778.021/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/03/2013</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
ANA MARCIA KAUL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
93.29-8-01 - Discotecas, danceterias, salões de dança e similares
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

<div>LOGRADOURO VL L.R. SEM DENOMINACAO COL. DR. AFFONSO</div>	<div>NÚMERO S/N</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
--	---------------------------	----------------------------------

<div>CEP 85.892-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO LINHA BURICA</div>	<div>MUNICÍPIO SANTA HELENA</div>	<div>UF PR</div>
-------------------------------	---	---------------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE (45) 3268-1337</div>
--------------------------------	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2013</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/10/2024 às 13:55:36 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ:	17.778.021/0001-35	DUNS®:	895253679
Razão Social:	ANA MARCIA KAUL		
Nome Fantasia:	BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro: 17/09/2025	

Dados do Nível

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	01/02/2025
Código de Controle:	8F0C166C587D741B		

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	23/10/2024
Código de Controle:	2024092420412033857364		

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	12/01/2025
Código de Controle:	494580002024		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ANA MARCIA KAUL
CNPJ: 17.778.021/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:48:50 do dia 05/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/02/2025.

Código de controle da certidão: **8F0C.166C.587D.741B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.778.021/0001-35
Razão Social: ANA MARCIA KAUL
Endereço: RUA GOIAS / CENTRO / SANTA HELENA / PR / 85892-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/09/2024 a 23/10/2024

Certificação Número: 2024092420412033857364

Informação obtida em 11/10/2024 13:52:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANA MARCIA KAUL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Certidão nº: 57640860/2024

Expedição: 22/08/2024, às 11:17:15

Validade: 18/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANA MARCIA KAUL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.778.021/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 17.778.021/0001-35 DUNS®: 895253679
Razão Social: ANA MARCIA KAUL
Nome Fantasia: BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado - Possui pendência

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 90780280-90
Inscrição Municipal: 44041

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 06/11/2024
Código de Controle: 033980982-83

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 08/08/2024
Código de Controle: 15526/2024

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90780280-90	17.778.021/0001-35	05/2018

Empresa / Estabelecimento	
Nome Empresarial	ANA MARCIA KAUL
Título do Estabelecimento	BANDA MDM MUSICAL COLUMBIA
Endereço do Estabelecimento	VL L.R. SEM DENOMINACAO COL. DR, SN - LINHA BURICA - CEP 85892-000 FONE: (45) 3268-1337
Município de Instalação	SANTA HELENA - PR, DESDE 05/2018 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação	
Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2021
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4723-7/00 - COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	1412-6/01 - CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA
	4742-3/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO
	4751-2/01 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
	4753-9/00 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO
	4761-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
	4763-6/02 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
	4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS
	4782-2/01 - COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS
	4789-0/06 - COMERCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFICIO E ARTIGOS PIROTECNICOS
	4789-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
	5620-1/02 - SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE
	5813-1/00 - EDICAO DE REVISTAS
	5911-1/99 - ATIVIDADES DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
	7312-2/00 - AGENCIAMENTO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEICULOS DE COMUNICACAO
	4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS
	0122-9/00 - CULTIVO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS

Quadro Societário			
Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	022.044.709-88	ANA MARCIA KAUL	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 10/11/2024.Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná**CAD/ICMS Nº 90780280-90**Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.brEmitido Eletronicamente via Internet
11/10/2024 08:57:24



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034909260-81

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **17.778.021/0001-35**

Nome: **ANA MARCIA KAUL**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 08/02/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

DATA DE
EMIÇÃO
08/05/2023

553/2023

A SECRETARIA MUNICIPAL CONCEDE O PRESENTE ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, CONFORME LEGISLAÇÃO.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 44041	CFP / CNPJ 17.778.021/0001-35	RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA INÍCIO ATIVIDADE 12/04/2013
NOME / RAZÃO SOCIAL 220450 - ANA MARCIA KAUL			
NOME FANTASIA / SOBRENOME BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA			
LOGRADOURO ESTRADA MUNICIPAL	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE RURAL SEM DENOMINAÇÃO, LINHA BURICA	
CEP 85.892-000	BAIRRO IMOVEL RURAL	MUNICÍPIO SANTA HELENA	ESTADO PR
ATIVIDADE PRINCIPAL 9001.9/06.00 ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO			



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

DATA DE
EMIÇÃO
08/05/2023

553/2023

A SECRETARIA MUNICIPAL CONCEDE O PRESENTE ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, CONFORME LEGISLAÇÃO.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 44041	CFP / CNPJ 17.778.021/0001-35	RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA INÍCIO ATIVIDADE 12/04/2013
------------------------------	----------------------------------	-------------------------	-------------------------------------

NOME / RAZÃO SOCIAL 220450 - ANA MARCIA KAUL

NOME FANTASIA / SOBRENOME BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA

ATIVIDADE SECUNDARIA(S)

0122.9/00.00	CULTIVO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS
1412.6/01.00	CONFECÇÃO DE PECAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECIONADAS SOB MEDIDA
4213.8/00.00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRACAS E CALÇADAS
4723.7/00.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
4742.3/00.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
4751.2/01.00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA
4753.9/00.00	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
4761.0/03.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4763.6/02.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
4781.4/00.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
4782.2/01.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE CALÇADOS
4789.0/06.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTIGOS PIROTECNICOS
4789.0/99.00	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
5620.1/02.00	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFE
5813.1/00.00	EDIÇÃO DE REVISTAS
5911.1/99.00	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7312.2/00.00	AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO
7319.0/02.00	PROMOÇÃO DE VENDAS
7410.2/02.00	DESIGN DE INTERIORES
7420.0/01.00	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AEREA E SUBMARINA
7420.0/02.00	ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AERÉAS E SUBMARINAS
7420.0/04.00	FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS
7490.1/05.00	AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS
7721.7/00.00	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS
7729.2/02.00	ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS
7739.0/03.00	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES
7739.0/99.00	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
8121.4/00.00	LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMÍLIOS
8129.0/00.00	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8230.0/01.00	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
8591.1/00.00	ENSINO DE ESPORTES
8592.9/01.00	ENSINO DE DANÇA
8592.9/03.00	ENSINO DE MÚSICA
8593.7/00.00	ENSINO DE IDIOMAS
8599.6/03.00	TREINAMENTO EM INFORMÁTICA
8599.6/04.00	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8599.6/99.00	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9001.9/01.00	PRODUÇÃO TEATRAL
9001.9/02.00	PRODUÇÃO MUSICAL
9001.9/03.00	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA
9001.9/04.00	PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, DE MARIONETES E SIMILARES



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

DATA DE
EMIÇÃO
08/05/2023

553/2023

A SECRETARIA MUNICIPAL CONCEDE O PRESENTE ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, CONFORME LEGISLAÇÃO.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 44041	CFP / CNPJ 17.778.021/0001-35	RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA INÍCIO ATIVIDADE 12/04/2013
------------------------------	----------------------------------	-------------------------	-------------------------------------

NOME / RAZÃO SOCIAL
220450 - ANA MARCIA KAUL

NOME FANTASIA / SOBRENOME
BANDA MDM/MUSICAL COLUMBIA

ATIVIDADE SECUNDARIA(S)	
9001.9/05.00	PRODUCAO DE ESPETACULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES
9001.9/99.00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
9311.5/00.00	GESTAO DE INSTALACOES DE ESPORTES
9319.1/99.00	OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
9329.8/01.00	DISCOTECAS, DANCETERIAS, SALOES DE DANCA E SIMILARES
9329.8/99.00	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREACAO E LAZER NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

CONTADOR / CONTABILIDADE RESPONSÁVEL
GILSON ALTMAYER

OBSERVAÇÃO
Alvará Definitivo emitido conforme Decreto nº 002/2023 publicado no Diário Oficial nº 2214/2023.

OBSERVAÇÃO / INFORMES

- O declarante esta ciente que a não atualização das alterações cadastrais no prazo previsto na legislação municipal sujeitam o mesmo as penalidades prevista em Lei;
- Se houver irregularidade cadastral dirija-se ao departamento de Tributação do Município;
- A emissão do presente alvará não dispensa o contribuinte de efetuar a regularização perante outros órgãos que sejam necessário, tampouco, serve a emissão do presente como forma de regularidade fiscal. A taxa de verificação deverá ser paga pelo contribuinte durante o exercicio, conforme disponibilizado pelo Município.
- Quando da fiscalização do estabelecimento, o mesmo deve apresentar os documentos abaixo relacionados em plena validade, bem como, o comprovante de pagamento no caso da taxa de verificação e funcionamento. A não apresentação sujeita o contribuinte às penalidades previstas no Art. 12 da Lei Municipal n.º2.002/2009, e ao previsto no Art. 285 da Lei Complementar Municipal n.º011/2022:
 - Certificado de Vistoria do Estabelecimento emitido pelo Corpo de Bombeiros do Paraná, em plena validade;
 - Comprovante do pagamento da taxa de verificação do exercicio quando já vencida, ou do exercicio anterior quando a do exercicio atual ainda não venceu.

ESTE ALVARÁ DEVERÁ FICAR EM LOCAL VISÍVEL, SEM DOBRAS OU RASURAS

ALVARÁ EMITIDO PELO PORTAL CIDADÃO



Consulta em: <https://santahelena.atende.net/#!/tipo/servico/valor/116/padrao/1>
Emitido por: TALIA CALLEGARO DE JESUS

ID: WIS031209-4177-VPYHWUXSJYPHZ-2



MUNICIPIO DE SANTA HELENA
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 25834/2024

Contribuinte

Nome/Razão: 220450 - ANA MARCIA KAUL
CNPJ/CPF: 17.778.021/0001-35
Endereço: ESTRADA MUNICIPAL, S/N
Complemento: LOTE RURAL SEM DENOMINAÇÃO, LINHA BURICA
Bairro: IMOVEL RURAL
Cidade: SANTA HELENA
CEP: 85.892-000
Estado: PARANÁ

Finalidade

PARA OS FINS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade no Portal do Cidadão no endereço eletrônico , ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima citado.

Válida por 30 dias a partir da data de emissão.

SANTA HELENA - PR, 11 de outubro de 2024

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE SANTA HELENA – ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR,
DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL

SERGIO ALVES DREHER
OFICIAL DESIGNADO



CERTIDÃO

NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

SERGIO ALVES DREHER, Titular Designado do Cartório Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

CERTIFICO, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste único Cartório do Distribuidor Público e Anexos da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verifiquei a **INEXISTÊNCIA**, específica de **FALÊNCIAS OU CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 11.101/2005)**, de responsabilidade de:

ANA MARCIA KAUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.778.021/0001-35, estabelecida na localidade de Colônia Dr. Affonso, s/nº, na localidade de Linha Buricá, neste Município e Comarca.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de SANTA HELENA, Estado do Paraná, ao(s) 11 dia(s) do mês de Outubro do ano de 2024.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

SERGIO ALVES DREHER
Oficial Designado

A presente Certidão Negativa somente terá validade com o carimbo oficial do Cartório Distribuidor
EDÍFICIO DO FÓRUM – AVENIDA BRASIL, 1550, CENTRO – CEP: 85.892-000 – FONE: (45)3268.2084

ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME**, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede e, Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Burica, Município de Santa Helena/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.778.021/0001-35, juntamente com seu representante técnico Sr. DIOGO ANSELMINI DA SILVA, inscrito no CPF nº 009.542.449-07 e no CREA/PR nº 158061/D, devidamente habilitado junto a entidade de classe, DECLARAMOS que OPTAMOS por não realizar a visita técnica ao local do objeto do edital de PREGAO ELETRONICO **097/2024** que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão.

DECLARAMOS também que nos responsabilizamos pela dispensa e por situações supervenientes e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital e dos demais anexos que compõem o processo da PREGAO ELETRONICO **097/2024**.

Ubiratã/PR, 16 de outubro de 2024.

ANA MARCIA

KAUL:1777802100

0135

Assinado de forma digital por

ANA MARCIA

KAUL:17778021000135

Dados: 2024.10.16 09:17:29

-03'00'

ANA MÁRCIA KAUL

Representante da empresa



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 123956/2024

Validade: 04/02/2025

Razão social:
ANA MARCIA KAUL - ME

CNPJ:
17.778.021/0001-35

Num. Registro:
58511

Data do Registro:
25/03/2015

Capital Social:
R\$ 200.000,00

Endereço:
RUA GOIAS, 720, SALA 1, CENTRO

CEP:
85892-000

Cidade:
SANTA HELENA-PR

Nº da Alteração Contratual:
2

Data da última alteração:
14/03/2017

Objetivo Social:

SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO DE RUA, E ILUMINAÇÃO DE PALCOS; ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE; ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIA; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS E EVENTOS; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES, BUFÊ; PRODUÇÃO TEATRAL; PRODUÇÃO MUSICAL; PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA; FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS; ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR; EDIÇÃO DE REVISTAS; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL; DISCOTECAS, DANCETERIAS, SALÕES DE DANÇA E SIMILARES; REALIZAÇÃO DE BAILES, FESTAS E JANTARES; ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; SERVIÇOS DE FOTOGRAFIAS AÉREAS, SUBMARINAS E SIMILARES; AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS; DESIGN DE INTERIORES.

Restrição de atividade:

Atividades circunscritas as atribuições do Engenheiro Eletricista e Tecnólogo em manutenção de máquinas e equipamentos Diogo Anselmini da Silva.

Encontra-se quite com o exercício 2024

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 17.778.021/0001-35

NOME CIVIL: DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira: PR-158061/D - Data de expedição: 11/01/2017

Desde 16/03/2017 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º

TÍTULO: TECNOLOGO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 3º

Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.

"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

TÍTULO: TECNOLOGO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 4º



Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.

"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 288741/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 11/10/2024 13:58:47

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 123958/2024

Validade: 31/03/2025

Nome civil:
DIOGO ANSELMINI DA SILVA

CPF:
009.542.449-07

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-158061/D

Documento de Identidade:
86884976

Registro Nacional:
1716019117

Órgão emissor:
IIPR/PR/PR

Registrado(a) desde:
11/01/2017

Filiação:
PAI: ANTONIO JOAQUIM DA SILVA
MÃE: ZELI FÁTIMA ANSELMINI DA SILVA

Naturalidade:
SANTA HELENA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2024.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Data da Colação de Grau: 15/12/2016 - Diplomação: 16/12/2016

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º de 29/06/1973

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º de 29/06/1973

Título: TECNOLOGO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA

Data da Colação de Grau: 27/11/2012 - Diplomação: 27/11/2012

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 4º de 26/09/1986

Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.
"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 3º de 26/09/1986

Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.
"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

ANA MARCIA KAUL - ME

CNPJ: 17778021000135



Desde: 16/03/2017 Carga Horária: 2h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 288744/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 11/10/2024 13:59:14

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Por meio deste instrumento "**CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS**", de um lado a empresa **ANA MARCIA KAUL – ME**, inscrita no C.N.P.J. n.º 17.778.021/0001-35, com sede e Foro na V.L. L. R. sem denominação, Col. Dr. Affonso, s/nº, Linha Burica, CEP: 85.892-000, Município de Santa Helena, Estado do Paraná, representada nesta ocasião por sua Empresária **Ana Marcia Kaul**, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 7.179.057-6/SSP-PR e do C.P.F. n.º 022.044.709-88, doravante denominado de simplesmente Contratante, do outro lado o Sr. **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 8.688.497-6/SSP-PR e do C.P.F. n.º 009.542.449-07, com título Profissional Engenheiro Eletricista, Carteira Crea-PR n.º PR-158061/D, doravante denominado de simplesmente Contratado, tem entre si acertado o seguinte:

Cláusula 1ª - Caberá ao Contratado desenvolver atividades como **Responsável Técnico**, conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetivos sociais da empresa, conforme discriminado na ART de Desempenho de Cargo ou Função.

Cláusula 2ª - A vigência do presente contrato será por: 04 (quatro) anos, a partir da sua assinatura;

Cláusula 3ª - O Contratado terá carga horária de: 04 (quatro) horas diárias;

Cláusula 4ª - O Contratante assegura ao contratado absoluta independência técnica;

Cláusula 5ª - Os honorários profissionais do contratado será de 03 (três) salários mínimos mensais, correspondentes a R\$ 3.305,85 (Três mil, trezentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos) nesta data, conforme Lei Federal n.º 4.950-A de 22 de abril de 1966 e Resolução 397/95 do CONFEA.


Cláusula 6ª - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª - Durante a vigência deste contrato e pelo prazo previsto em Lei ficará o contratado responsável pelas atividades técnicas da empresa contratante.

Cláusula 8ª - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam-no em duas vias de igual teor.

Santa Helena – Pr., 02 de fevereiro de 2021.


ANA MARCIA KAUL – ME
Contratante


DIOGO ANSELMINI DA SILVA
Contratado

Selo 1813384CVAA0000000414721K

Consulte em <http://horus.funarpem.com.br/consulta>

TABELIONATO E PROTESTO DE TÍTULOS - Dulce D'Agostini Bueno- Oficial

Avenida Paraná nº 1481- Centro- Santa Helena/PR

Fone: (45)3268-1200 CEP: 85.892-000 E-mail: cartoriodeprotestosh@hotmail.com

Reconheço firma por Semelhança de ANA MARCIA KAUL e DIOGO ANSELMINI DA SILVA. Dou fé.

SANTA HELENA-PR, 04 de fevereiro de 2021 - 14:53:58h. Emol: R\$18,92(VRC 43,80).

Funrejus R\$4,74, Selo R\$1,80, FUNDEP R\$0,94, ISSQN R\$0,56 Total R\$26,96

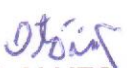
Dulce D'Agostini Bueno - Tabelião () Peri Backer Bueno - Substituto ()

Bruna M.Weirich Lunkes-Esc.Jurtada() Denise Rosa- Esc.Jurtada()



ATESTADO

Atestamos que a empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.778.021/0001-35, prestou serviços de projeto, execução, montagem, serviços de instalação, monitoramento, inspeções e estudo de viabilidade técnica de Sonorização e Iluminação de Grande Porte, para um evento realizados na Associação Recreativa e Esportiva da Linha Burrica no município de Santa Helena Paraná, com início no dia 25/03/2017 e termino no dia 28/03/2017, contendo os Seguintes Itens: Processamento: 2 Mesas Yamada Ls9 Digital De 32 Canais 2 Processadores De Berhinger Dcx 2496 Digital 1 Equalizador Yamada 2031a Microfonação: 2 Mic. Sem Fio Akg 6 Mic. Shure Beta 58 6 Mic. Shure Beta 57 1 Kit De Mic. Pg Para Bateria 2 Mic. Akg D112 P.A. 18 Caxias Line Array Jeell Sound S15 Tree Way 18 Caixas Sb 850 Kraft 2 Amplificadores De Potência Studio R Light 5500w 2 Amplificadores De Potência Studio R Light 3200w 2 Amplificadores De Potência Crow 4000w 2 Amplificadores De Potência Shansonic Hc14000 2 Amplificadores De Potência Shansonic Hc8000 Palco 4 Monitores Eurosonund Es12 4 Monitores Eurosonund Es15 1 Amplificador Para Contrabaixo Meteoro Mb 800 1 Amplificador Para Guitarra Marschal Mg 250 1 Bateria Tama Completa 1 Side Para Bateria 2 Amplificadores Para Fone De Ouvidos Powerplay 2 Amplificadores De Potência Romerk 8.0 2 Amplificadores De Potência Attack Ex 2800 1 Sid RI Iluminação: 80 Metros De Treliza De Alumínio P30 14 Moving Bean 2307r 1 Dimer Controlador De Intensidade De 12 Canais 20 Refletores Com Lâmpada Pr 64 – 1000w 20 Refletores De Led 3w Rgbwa 1 Mesa Avolite Pearl 2010 2 Main Power 15kva 2 Painéis De Led 40 Canhão Par 4 Mini Brut Diversos: Cabeamento Para Ligação De Energia E Áudio 20 Pedestais Para Microfone Equipe Técnica, Mais 06 Carregadores. 2 Maquinas De Fumaça 1 Gerador De Energia Elétrica 200 Kvar Link De Transmissão Fm Faixa De Frequência 87mhz ~108mhz Rf Impedância De Saída: 50ohm (Saída De Antena Tipo Bnc) Potência De Saída: 1,5w/7w Alcance De Com Antena De 300

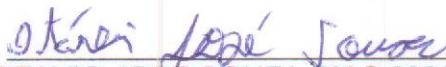

RUA CASTRO ALVES, Nº 1317, CENTRO
CEP: 85.880-000 – ITAIPULANDIA – PR

OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177.223/0001-50

A 5km Em Ambiente Sem Barreira. Ondulação, Ondas Ou Harmônicas: Snr: Mais Que 60 Db Estabilidade De Frequência: +/- 5ppm Menos De 10 Ppm (Melhor Sistema) Conector De Entrada De Áudio: P2 Ajuste De Sinal De Entrada Entrada Para Microfones Canais Estéreo Crosstalk 50db Resposta De Frequência De Áudio: 20hz A 15000hz Distorção E Áudio: Menos De 2% Modulação: 15% Corrente De Funcionamento: Menos De 3%.

Atestamos, ainda que os serviços, foram executados e acompanhados pelo profissional e responsável técnico **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**, portador do CPF nº 009.542.449-07 e do CREA PR-158061/D.

Itaipulândia – PR., 29 de março de 2017.


OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177.223/0001-50

RUA CASTRO ALVES, Nº 1317, CENTRO
CEP: 85.880-000 – ITAIPULANDIA – PR





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **1351/2017**

Selos de autenticidade: **A 033.834**

RNP Nº: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00109955**



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ**

Certidão de Acervo Técnico

DIOGO ANSELMINI DA SILVA
Carteira Profissional: PR-158061/D
Acervo Técnico N.º: **1351/2017**
Selos de autenticidade: **A 033.834**

RNP N°.1716019117
Protocolo N°.2017/00109955

ART Nº.....:20171231840 0..... Registrada:23/03/2017.....
ART Correspons.....:..... ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:ANA MARCIA KAUL - ME.....
Contratante(s).....:OTAVIO JOSE SOUZA DIAS - CNPJ/CPF: 25.177.223/0001-50
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:COORDENAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÁQUINAS ELÉTRICAS.....
Tipo de Obra/Serviço:SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO.....
Serviço Contratado..:PROJETO.....
EXECUÇÃO.....
MONTAGEM.....
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.....
MONITORAMENTO.....
INSPEÇÕES.....
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA.....
Dimensão.....:5.000,00 M2..... Área Existente:0,00 M2
Área Ampliada.....:0,00 M2 Área de Reforma:0,00 M2
Dados Complementares:0,00
Local da Obra.....:ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DA LINHA BURICA,
SANTA HELENA, PR, SN LINHA BURICA.....
Município/Estado....:SANTA HELENA/PR.....
Data de Início.....:25/03/2017..... Data de Conclusão:28/03/2017....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv.:PROJETO, EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E INSTALAÇÃO DE
SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE, CONTENDO OS
SEGUINTE ITENS: - PROCESSAMENTO: 2 MESAS YAMADA
LS9 DIGITAL DE 32 CANAIS 2 PROCESSADORES DE
BERHINGER DCX 2496 DIGITAL 1 EQUALIZADOR YAMADA
2031A - MICROFONAÇÃO: 2 MIC. SEM FIO AKG 6 MIC.
SHURE BETA 58 6 MIC. SHURE BETA 57 1 KIT DE MIC. PG
PARA BATERIA 2 MIC. AKG D112 - P.A. 18 CAXIAS
LINE ARRAY JEELL SOUND S15 TREE WAY 18 CAIXAS SB 850
KRAFT 2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT
5500W 2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT
3200W 2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA CROW 4000W 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC14000 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC8000 -
PALCO 4 MONITORES EUROSONUND ES12 4 MONITORES
EUROSONUND ES15 1 AMPLIFICADOR PARA CONTRA-BAIXO
METEORO MB 800 1 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA MARSCHAL
MG 250 1 BATERIA TAMA COMPLETA 1 SIDE PARA BATERIA
2 AMPLIFICADORES PARA FONE DE OUVIDOS POWER-PLAY 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ROMERK 8.0. PROJETO,
EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SONORIZAÇÃO E
ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE, CONTENDO OS SEGUINTE

ITENS: PROCESSAMENTO: 2 MESAS YAMADA LS9 DIGITAL
 DE 32 CANAIS 2 PROCESSADORES DE BERHINGER DCX 2496
 DIGITAL 1 EQUALIZADOR YAMADA 2031A MICROFONAÇÃO:
 2 MIC. SEM FIO AKG 6 MIC. SHURE BETA 58 6 MIC.
 SHURE BETA 57 1 KIT DE MIC. PG PARA BATERIA 2 MIC.
 AKG D112 P.A. 18 CAXIAS LINE ARRAY JEELL SOUND
 S15 TREE WAY 18 CAIXAS SB 850 KRAFT 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT 5500W 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT 3200W 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA CROW 4000W 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC14000 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC8000
 -PALCO 4 MONITORES EUROSOUND ES12 4 MONITORES
 EUROSOUND ES15 1 AMPLIFICADOR PARA CONTRA-BAIXO
 METEORO MB 800 1 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA MARSCHAL
 MG 250 1 BATERIA TAMA COMPLETA 1 SIDE PARA BATERIA
 2 AMPLIFICADORES PARA FONE DE OUVIDOS POWER-PLAY 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ROMERK 8.0 2
 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ATTACK EX 2800 1 SID RL
 ILUMINAÇÃO: 80 METROS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO P30
 14 MOVING BEAN 230-7R 1 DIMER CONTROLADOR DE
 INTENSIDADE DE 12 CANAIS 20 REFLETORES COM LÂMPADA
 PR 64 - 1000W 20 REFLETORES DE LED 3W RGBWA 1 MESA
 AVOLITE PEARL 2010 2 MAIN POWER 15KVA 2 PAINÉIS DE
 LED 40 CANHÃO PAR 4 MINI BRUT DIVERSOS:
 CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE ENERGIA E ÁUDIO 20
 PEDESTAIS PARA MICROFONE EQUIPE TÉCNICA, MAIS 06
 CARREGADORES. 2 MAQUINAS DE FUMAÇA 1 GERADOR DE
 ENERGIA ELÉTRICA 200 KVAR LINK DE TRANSMISSÃO FM
 FAIXA DE FREQUÊNCIA 87MHZ ~108MHZ RF IMPEDÂNCIA DE
 SAÍDA: 50OHM (SAÍDA DE ANTENA TIPO BNC) POTÊNCIA DE
 SAÍDA: 1,5W/7W ALCANCE DE COM ANTENA DE 300 A 5KM EM
 AMBIENTE SEM BARREIRA. ONDULAÇÃO, ONDAS OU
 HARMÔNICAS: SNR: MAIS QUE 60 DB ESTABILIDADE DE
 FREQUÊNCIA: +/- 5PPM MENOS DE 10 PPM (MELHOR SISTEMA)
 CONECTOR DE ENTRADA DE ÁUDIO: P2 AJUSTE DE SINAL DE
 ENTRADA ENTRADA PARA MICROFONES CANAIS ESTÉREO
 CROSSTALK -50DB RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE ÁUDIO:
 20HZ A 15000HZ DISTORÇÃO E ÁUDIO: MENOS DE 2%
 MODULAÇÃO: 15% CORRENTE DE FUNCIONAMENTO: MENOS DE
 3%.....

Observação.....:



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **1351/2017**

Selos de autenticidade: **A 033.834**

RNP Nº.: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00109955**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2017/00109955.

Emitida via Internet em 17/09/2017 20:47:22 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ATESTADO

Atestamos que a empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.778.021/0001-35, prestou serviços de execução, montagem, serviços de instalação, monitoramento, inspeções de estruturas metálicas, para um evento realizados na Associação Recreativa e Esportiva da Linha Burrica no município de Santa Helena Paraná, com início no dia 15/07/2017 e término no dia 16/07/2017, contendo os Seguintes Itens:

05 TENDA TAMANHO 5 X 5 METROS COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 M DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS.

02 TENDA 10X10 METROS, COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS.

01 ARQUIBANCADA DE 06 DEGRAUS COM 100 METROS DE COMPRIMENTO E GUARDA CORPO SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS.

01 PALCO DE 8 X 5 X 1,00 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO COM COBERTURA E TABLADO NAVAL DE 18MM E FORRAÇÃO CARPÊ.

05 STANDS BÁSICOS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS

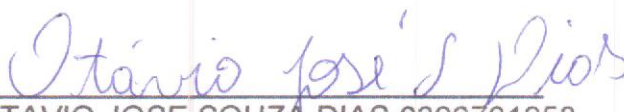
01 CAMARIM EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS DE 5 X 5 METROS COM MOBILIADO BÁSICOS, CONTENDO 15 CADEIRAS, 3 MESAS, ESPELHO DE CORPO INTEIRO, CHAVE, COBERTURA COM TENDA PIRAMIDAL E CARPÊ.

OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177.223/0001-50

100 METROS DE FECHAMENTO DE ALUMÍNIO COMPOSTO POR CHAPAS
DE 1,4 DE ALTURA X 2 METROS DE LARGURA

Atestamos, ainda que os serviços, foram executados e acompanhados
pelo profissional e responsável técnico **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**,
portador do CPF nº 009.542.449-07 e do CREA PR-158061/D.

Itaipulândia – PR., 19 de julho de 2017.


OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177/223/0001-50



RUA CASTRO ALVES, Nº 1317, CENTRO
CEP: 85.880-000 – ITAIPULANDIA – PR



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal nº 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal nº 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal nº 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSEMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **4385/2017**

Selos de autenticidade: **A 050519**

RNP Nº: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00294134**



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **4385/2017**

Selos de autenticidade: **A 050519**

RNP N°.1716019117

Protocollo N°.: **2017/00294134**

ART Nº.....:20173043528 0..... Registrada:14/07/2017.....
ART Correspons.....: ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:ANA MARCIA KAUL - ME.....
Contratante(s).....:OTAVIO JOSE SOUZA DIAS - CNPJ/CPF: 25.177.223/0001-50
Tipo de Contrato.....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM OU REPARO.....
Área de Competência.:INSTALAÇÕES MECÂNICAS.....
Tipo de Obra/Serviço:ESTRUTURAS METÁLICAS.....
Serviço Contratado...:EXECUÇÃO.....
INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA.....
MONTAGEM.....
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.....
Dimensão.....:1.000,00 M2..... Área Existente:0,00 M2
Área Ampliada.....:0,00 M2 Área de Reforma:0,00 M2
Dados Complementares:0,00
Local da Obra.....:ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DA LINHA BURICA,
SANTA HELENA, PR, SN LINHA BURICA.....
Município/Estado....:SANTA HELENA/PR.....
Data de Início.....:15/07/2017..... Data de Conclusão:16/07/2017....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv.:EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE: 05 TENDA
TAMANHO 5 X 5 METROS COBERTURA COM LONA NIGHT DAY,
ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 M DE
ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 02 TENDA 10X10
METROS, COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA
METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 DE ALTURA E
ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 01 ARQUIBANCADA DE 06
DEGRAUS COM 100 METROS DE COMPRIMENTO E GUARDA CORPO
SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS.
01 PALCO DE 8 X 5 X 1,00 METROS EM ESTRUTURA DE
ALUMÍNIO COM COBERTURA E TABLADO NAVAL DE 18MM E
FORRAÇÃO CARPÊ. 05 STANDS BÁSICOS EM ESTRUTURA DE
ALUMÍNIO E TS 01 CAMARIM EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO
E TS DE 5 X 5 METROS COM MOBILIADO BÁSICOS, CONTENDO
15 CADEIRAS, 3 MESAS, ESPELHO DE CORPO INTEIRO,
CHAVE, COBERTURA COM TENDA PIRAMIDAL E CARPÊ. 100
METROS DE FECHAMENTO DE ALUMÍNIO COMPOSTO POR CHAPAS
DE 1,4 DE ALTURA X 2 METROS DE LARGURA.....
Observação.....:



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **4385/2017**

Selos de autenticidade: **A 050519**

RNP Nº.: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00294134**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2017/00294134.

Emitida via Internet em 22/08/2017 15:56:46 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ****Confirmação de Autenticidade da Certidão**

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Emitida em : 17/08/2017

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.:4385/2017

Selo(s) de Autenticidade: A 050519

ART N°.....:20173043528 0 Registrada.....:14/07/2017

Empresa Executora....:ANA MARCIA KAUL - ME

Contratante(s).....:OTAVIO JOSE SOUZA DIAS

Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM OU REPARO

Área de Competência.:INSTALAÇÕES MECÂNICAS

Tipo de Obra/Serviço:ESTRUTURAS METÁLICAS

Serviço Contratado...:EXECUÇÃO

INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA

MONTAGEM

SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

Dimensão.....:1.000,00 M2

Área Ampliada.....:0,00 M2

Área de Reforma...:0,00 M2

Local da Obra.....:ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DA LINHA BURICA,
SANTA HELENA, PR, SN LINHA BURICA

Município/Estado....:SANTA HELENA/PR

Data de Início.....:15/07/2017

Data de Conclusão:16/07/2017

Descr. Compl. Serv.:EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE: 05 TENDA TAMANHO 5 X 5 METROS COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 M DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 02 TENDA 10X10 METROS, COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 01 ARQUIBANCADA DE 06 DEGRAUS COM 100 METROS DE COMPRIMENTO E GUARDA CORPO SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS. 01 PALCO DE 8 X 5 X 1,00 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO COM COBERTURA E TABLADO NAVAL DE 18MM E FORRAÇÃO CARPÊ. 05 STANDS BÁSICOS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS 01 CAMARIM EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS DE 5 X 5 METROS COM MOBILIADO BÁSICOS, CONTENDO 15 CADEIRAS, 3 MESAS, ESPELHO DE CORPO INTEIRO, CHAVE, COBERTURA COM TENDA PIRAMIDAL E CARPÊ. 100 METROS DE FECHAMENTO DE ALUMÍNIO COMPOSTO POR CHAPAS DE 1,4 DE ALTURA X 2 METROS DE LARGURA.

Observação.....:



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de realização de serviço técnico que a Empresa ANA MARCIA KAUL - ME situada na Linha Buricá s/nº, CNPJ nº 17.778.021/0001-35, prestaram para MUNICIPIO DE SANTA HELENA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 76.206.457/0001-19, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

DADOS DO SERVIÇO TÉCNICO:

1. Contrato de prestação de serviços conforme LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016
2. Objeto do contrato: locação de sonorização, iluminação, telão, painel de LED, execução de filmagens aéreas e sonorização de rua, conforme necessidade do município, através do sistema de registro de preços – SRP.
3. Endereço da obra ou serviço técnico: Rua Paraguai, 1401, centro – Santa Helena-PR
4. Empresa Executora: ANA MARCIA KAUL – ME
5. Contratante dos serviços: MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR – CNPJ nº 76.206.457/0001-19
6. Proprietário da obra/serviço: MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR – CNPJ nº 76.206.457/0001-19

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Santa Helena, 24 de Novembro de 2016.

MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR

CNPJ nº 76.206.457/0001-19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARLA SOETHE SASSI – CPF 819.933.159-34




ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
RUA PARAGUAI - 1401 | Santa Helena - PR | CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 | CNPJ: 76.206.457/0001-19
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa ANA MARCIA KAUL ME/Banda MDM, inscrita no CNPJ sob o nº 17.778.021/0001-35, estabelecida na Vila L. R. Sem denominação, Colônia Dr. Affonso, s/n, Linha Buricá, na cidade de Santa Helena - PR, prestou serviços à Prefeitura Municipal de Santa Helena, CNPJ nº 76.206.457/0001-19, de "Contratação de Banda para a realização do XIII Feslena, com técnico de som e técnico de iluminação com experiência em festival", nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2019, conforme Contrato Nº 202/2019, Pregão Presencial Nº 088/2019.

Registramos ainda, que as prestações dos serviços acima referidos, apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.


ANA PAULA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a quem interessar possa, que a Empresa **ANA MARCIA KAUL – ME**, inscrita com o CNPJ nº 17.778.021/0001-35, executou os serviços de: **Realização das etapas classificatórias com fornecimento de banda com artistas locais do XI Festival Municipal da Canção de Santa Helena - FESLENA**, nas datas de 05/10/2016, 07/10/2016, 21/10/2016, contrato nº 354/2016.

Ainda, os serviços foram prestados de forma satisfatória, não havendo nada que desabone sua conduta e responsabilidades em relação às tarefas assumidas.

SANTA HELENA, 24 de novembro de 2016.

JUCERLEI SOTORIVA
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que o Município de Santa Helena contratou, através de processo licitatório, modalidade pregão presencial nº 191/2017, da empresa ANA MARCIA KAUL - ME, portadora do CNPJ: 17.778.021/0001-35, sob o contrato nº 369/2017, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR AGENCIAMENTO DE BANDAS DE RENOME REGIONAL PARA O EVENTO DENOMINADO OESTE ROCK FESTIVAL 2017, EM CONTINUIDADE AS COMEMORAÇÕES DOS 50º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA.

Atestamos que os serviços foram executados de acordo com o solicitado, atendendo assim as exigências estabelecidas no contrato firmado.

Santa Helena, 10 de Dezembro de 2018.

Airton Luis Oberger

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**, Estado do Paraná, Pessoa jurídica de Direito público Interno, com sede administrativa na Rua Paraguai, 1401, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.206.457/0001-19, **ATESTA** para os devidos fins e a quem interessar possa que a Empresa **ANA MARCIA KAUL - ME**, estabelecida na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.778.021/0001-35, **EFETUOU O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O 2º SANTA HELENA MOTORCYCLE**, Conforme contrato 94/2015, Pregão Presencial 48/2015.

Sendo assim, nada existe em nossos arquivos que possa desabonar a boa conduta da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, datamos e firmamos o presente atestado.

Santa Helena, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezesseis.

JUCERLEI SOTORIVA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICADO

ILUMINAÇÃO CÊNICA

A escola CAM - Colégio de Aprendizagem Moderna
confere ao aluno

MATHEUS JÚLIO KAUL DA ROSA

Este certificado do **Curso de ILUMINAÇÃO CÊNICA PRÓ** com carga horária de 40 horas necessárias para sua capacitação profissional. Ministrado no período de 01/06 à 17/06/2020.


PROGRAMA

A História da Iluminação Cênica - O Iluminador - O Técnico de Iluminação - O Light Designer - Lei 6533 - A origem da Lâmpada - Tipos de Lâmpadas Cores Primárias - Cores Secundárias - Cores Terciárias - Combinações - Mapa de Luz de Show - Mapa de Luz de Teatro - Mapa de Luz de TV - Ligação em Série - Ligação em Paralelo - Conceito de DMX - Universos DMX-



Fundada em 03 de Março de 1997
São João da Boa Vista, 17 de Junho de 2020.




Wladnei Damálio
Diretor Geral



CAM - COLÉGIO DE APRENDIZAGEM MODERNA - CERTIFICADO VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - CNPJ 72.780.166/0001-89



CAM

CERTIFICADO

ÁUDIO PROFISSIONAL

A escola **CAM-Colégio de Aprendizagem Moderna** confere à
MATHIAS ANDRIEL KAUL DA ROSA
o certificado do **CURSO DE ÁUDIO PROFISSIONAL** com a carga horária de
40 horas realizado pela escola **CAM - Colégio de Aprendizagem Moderna** em
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP de 16 à 20 de Março de 2020.

PROGRAMA DO CURSO DE ÁUDIO PRO

Microfone, Equalizador, Compressor, Mesa de Mixagem, Expander Gate,
De-esser, Ennhancer, Analisador de Espectro, Amplificador, Alto-Falante,
Crossover Ativo e Passivo, Processador de Efeitos e Acústica de Ambientes.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, 20 DE MARÇO DE 2020.




Wladnei Damátio
Diretor Geral



CAM - COLÉGIO DE APRENDIZAGEM MODERNA - CERTIFICADO VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - CNPJ 72.780.166/0001-89



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 71349/2024

Validade: 08/07/2024

Razão social: ANA MARCIA KAUL - ME		CNPJ: 17.778.021/0001-35
Num. Registro: 58511	Data do Registro: 25/03/2015	Capital Social: R\$ 200.000,00
Endereço: RUA GOIAS, 720, SALA 1, CENTRO		CEP: 85892-000
Cidade: SANTA HELENA-PR		
Nº da Alteração Contratual: 2	Data da última alteração: 14/03/2017	
Objetivo Social: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO DE RUA, E ILUMINAÇÃO DE PALCOS; ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO; AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE; ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIA; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS E EVENTOS; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES, BUFÊ; PRODUÇÃO TEATRAL; PRODUÇÃO MUSICAL; PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA; FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS; ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR; EDIÇÃO DE REVISTAS; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL; DISCOTECAS, DANCETERIAS, SALÕES DE DANÇA E SIMILARES; REALIZAÇÃO DE BAILES, FESTAS E JANTARES; ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS; SERVIÇOS DE FOTOGRAFIAS AÉREAS, SUBMARINAS E SIMILARES; AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS; DESIGN DE INTERIORES.		
Restrição de atividade: Atividades circunscritas as atribuições do Engenheiro Eletricista e Tecnólogo em manutenção de máquinas e equipamentos Diogo Anselmini da Silva.		

Possui parcelamentos de anuidade em dia

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 17.778.021/0001-35

NOME CIVIL: DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira: PR-158061/D - Data de expedição: 11/01/2017

Desde 16/03/2017 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º

TÍTULO: TECNOLOGO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 3º

Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.

"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

TÍTULO: TECNOLOGO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 4º



Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.

"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 164989/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 04/06/2024 14:31:48

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 70657/2024

Validade: 03/12/2024

Nome civil:
DIOGO ANSELMINI DA SILVA

CPF:
009.542.449-07

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-158061/D

RG:
86884976

Registro Nacional:
1716019117

Órgão emissor:
IIPR/PR/PR

Registrado(a) desde:
11/01/2017

Filiação:
PAI: ANTONIO JOAQUIM DA SILVA
MÃE: ZELI FÁTIMA ANSELMINI DA SILVA

Naturalidade:
SANTA HELENA/PR

Encontra-se quite com o exercício 2024.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Data da Colação de Grau: 15/12/2016 - Diplomação: 16/12/2016

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 8º de 29/06/1973

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 9º de 29/06/1973

Título: TECNOLOGO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA

Data da Colação de Grau: 27/11/2012 - Diplomação: 27/11/2012

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 4º de 26/09/1986

Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.

"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

Resolução do Confea N.º 313/1986 - Art. 3º de 26/09/1986

Obs.: Circunscritos à área de Operação e Manutenção Industrial e processos de fabricação mecânica.

"De acordo com o que estabelece a Resolução 313/86 do CONFEA, e em função das características curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuação definido estando apto para desenvolver atividades nas seguintes áreas, desde que sempre limitados as características de formação informadas pela instituição de ensino, como descrito à seguir: utilização da energia elétrica em Baixa Tensão; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos."

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

ANA MARCIA KAUL - ME

CNPJ: 17778021000135



Desde: 16/03/2017 Carga Horária: 2h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 163241/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 03/06/2024 14:23:58

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Por meio deste instrumento "**CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS**", de um lado a empresa **ANA MARCIA KAUL – ME**, inscrita no C.N.P.J. n.º 17.778.021/0001-35, com sede e Foro na V.L. L. R. sem denominação, Col. Dr. Affonso, s/nº, Linha Burica, CEP: 85.892-000, Município de Santa Helena, Estado do Paraná, representada nesta ocasião por sua Empresária **Ana Marcia Kaul**, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 7.179.057-6/SSP-PR e do C.P.F. n.º 022.044.709-88, doravante denominado de simplesmente Contratante, do outro lado o Sr. **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 8.688.497-6/SSP-PR e do C.P.F. n.º 009.542.449-07, com título Profissional Engenheiro Eletricista, Carteira Crea-PR n.º PR-158061/D, doravante denominado de simplesmente Contratado, tem entre si acertado o seguinte:

Cláusula 1ª - Caberá ao Contratado desenvolver atividades como **Responsável Técnico**, conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetivos sociais da empresa, conforme discriminado na ART de Desempenho de Cargo ou Função.

Cláusula 2ª - A vigência do presente contrato será por: 04 (quatro) anos, a partir da sua assinatura;

Cláusula 3ª - O Contratado terá carga horária de: 04 (quatro) horas diárias;

Cláusula 4ª - O Contratante assegura ao contratado absoluta independência técnica;

Cláusula 5ª - Os honorários profissionais do contratado será de 03 (três) salários mínimos mensais, correspondentes a R\$ 3.305,85 (Três mil, trezentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos) nesta data, conforme Lei Federal n.º 4.950-A de 22 de abril de 1966 e Resolução 397/95 do CONFEA.


Cláusula 6ª - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Cláusula 7ª - Durante a vigência deste contrato e pelo prazo previsto em Lei ficará o contratado responsável pelas atividades técnicas da empresa contratante.

Cláusula 8ª - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam-no em duas vias de igual teor.

Santa Helena – Pr., 02 de fevereiro de 2021.


ANA MARCIA KAUL – ME
Contratante


DIOGO ANSELMINI DA SILVA
Contratado

Selo 1813384CVAA0000000414721K

Consulte em <http://horus.funarpem.com.br/consulta>

TABELIONATO E PROTESTO DE TÍTULOS - Dulce D'Agostini Bueno- Oficial

Avenida Paraná nº 1481- Centro- Santa Helena/PR

Fone: (45)3268-1200 CEP: 85.892-000 E-mail: cartoriodeprotestosh@hotmail.com

Reconheço firma por Semelhança de ANA MARCIA KAUL e DIOGO ANSELMINI DA SILVA. Dou fé.

SANTA HELENA-PR, 04 de fevereiro de 2021 - 14:53:58h. Emol: R\$18,92(VRC 43,80).

Funrejus R\$4,74, Selo R\$1,80, FUNDEP R\$0,94, ISSQN R\$0,56 Total R\$26,96

Dulce D'Agostini Bueno - Tabelião () Peri Backer Bueno - Substituto ()

Bruna M.Weirich Lunkes-Esc.Jurtada() Denise Rosa- Esc.Jurtada()





Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de realização de serviço técnico que a Empresa ANA MARCIA KAUL - ME situada na Linha Buricá s/nº, CNPJ nº 17.778.021/0001-35, prestaram para MUNICIPIO DE SANTA HELENA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 76.206.457/0001-19, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

DADOS DO SERVIÇO TÉCNICO:

1. Contrato de prestação de serviços conforme LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016
2. Objeto do contrato: locação de sonorização, iluminação, telão, painel de LED, execução de filmagens aéreas e sonorização de rua, conforme necessidade do município, através do sistema de registro de preços – SRP.
3. Endereço da obra ou serviço técnico: Rua Paraguai, 1401, centro – Santa Helena-PR
4. Empresa Executora: ANA MARCIA KAUL – ME
5. Contratante dos serviços: MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR – CNPJ nº 76.206.457/0001-19
6. Proprietário da obra/serviço: MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR – CNPJ nº 76.206.457/0001-19

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Santa Helena, 24 de Novembro de 2016.

MUNICIPIO DE SANTA HELENA - PR

CNPJ nº 76.206.457/0001-19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARLA SOETHE SASSI – CPF 819.933.159-34



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nº 008/2021

O Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pela Diretora do Departamento de Cultura, a Sra. Cristiane Scheuermann Bonatto, **ATESTA** para os devidos fins, que a empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 17.778.021/0001-35, estabelecida na Vila. L. R. Sem Denominação Col. Dr. Affonso, s/n, Linha Buricá, Santa Helena-PR, CEP: 85.892-000, telefone de contato n.º (45) 3268-1337, e-mail: ana.kaul@hotmail.com, neste ato representada por sua proprietária a senhora Ana Márcia Kaul, portadora do RG n.º 7.179.057-6 o do CPF nº 022.044.709-88, residente e domiciliado em Santa Helena - PR, já contratou com este Município mediante Ata de Registro de Preços nº 195/2019, cujo objeto foi a “Contratação de empresa(s) para futura e eventual locação de diversos equipamentos de sonorização para serem utilizados junto às atividades a serem desenvolvidas pelas Secretarias Municipais e demais festividades do Município de Pato Bragado - PR” conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Gravação e Edição de Vídeo Clipe com as seguintes características mínimas: gravação de vídeo institucional, vídeos informativos, vídeos culturais com duração máxima de até 03 minutos.
2	Locação de sistema de Iluminação de grande porte, com as seguintes características mínimas: 10 Movingheads 5R 01-console MA 01 console Avolites pearl 2010 16-Elipsoidais 04- Varas par 64 f#5 61 04- Varas par 64 f#2 61 14 strobo Atomics 10 Minibrutes 02- Maquinas de fumaça com ventiladores 2 Canhões seguidores com operadores. 4 Vias de sinal palco/house 32-par led 3 watts rgbwa90 metros treliças p50 120 metros treliças p 30 1 Gol de treliça 4x6 para suporte (definido na montagem).
3	Locação de Painel de Led com as seguintes características: Painel de LED 10.000 pixels/mt2, brilho 4.500/8.000 nits, pixels tipo SMD medindo 05x02. Com estrutura montada e vídeo processadora (para imagens ao vivo).
4	Sonorização de Médio Porte com equipamentos de palco: 08 Caixas para subgraves (16 falantes, 18 polegadas com 800W RMS cada); 08 Caixas vias médio grave e médio agudo (1.000W RMS cada); amplificadores compatível com o sistema de PA; 01 Divisores de frequência com no mínimo 04 vias com mínimo 24 db por oitava, ajuste de ângulo de fase entre as bandas, entradas e saídas balanceadas; 02 Equalizador estéreo com no mínimo 32 bandas e filtros de 12 db por oitava; 02 Processadores de efeitos com REVERB e DELAY com entradas e saídas balanceadas e conversores AD/DA de no mínimo 20 bits; 08 Canais compressores limitadores com entradas e saídas balanceadas; 01 Multicabo com no mínimo 36 vias (60mts); 08 Canais de GATES com entradas e saídas balanceadas; 01 Aparelho de CD Player; 02 Mixing Console com no mínimo 40 canais contendo o mínimo de 08 subgrupos, 08 vias auxiliares máster LR, 04 bandas de equalização mais 01 paramétrico com ponto de INSERT em todos os canais, 10 Monitores tipo Spot passivo/ativo com 300W RMS cada; 05 Equalizadores gráficos estéreo com no mínimo 31 bandas por canal e filtros de 12 db por oitava; amplificadores compatível com o sistema de monitores; 01 sistema de Side Fill contendo 02 Caixas para subgraves (04 falantes, 18 polegadas com 800W RMS cada); 02 Caixas vias médio grave e médio agudo (1.000W RMS cada); amplificadores compatível com o sistema de monitor, 01 Divisor de frequência com no mínimo 04 vias com mínimo 24 db por



Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

oitava, ajuste de ângulo de fase entre as bandas, entradas e saídas balanceadas, 01 Bateria completa com 01 Bumbo, 02 Toms, 01 Surdo, 01 Caixa, 02 Estantes para pratos, 01 Estante para caixa, 01 Máquina de Chimbal, 01 Pedal para Bombo, 01 Banco com Kit de microfones específicos; 01 Amplificador para baixo com 800W RMS, 01 caixa com 04 alto-falantes de 10 polegadas e 01 caixa com 01 alto-falante de 15 polegadas; 01 Amplificador para guitarra com 900W RMS, 01 caixa com 02 alto-falantes com 12 polegadas; 01 Amplificador para teclado; 06 Direct Box de impedância para instrumentos; 01 Microfone sem fio para voz, com frequência de trabalho selecionável e faixa de operação UHF; 06 Microfones para vocal com pedestais; 06 Microfones para uso diversos com pedestais, cabos e conexões para ligar todo o sistema, 02 Operadores técnicos e 01 Auxiliar técnico.

ATESTA ainda, que a presente Ata de Registro de Preços esteve vigente entre 14 de novembro de 2019 a 13 de novembro de 2020. Igualmente, informamos que houve uma contratação de saldo de Ata para os itens 2, 3 e 4 relacionados acima, através do Contrato nº 2020185/2020 com vigência de 13 de novembro de 2020 a 12 de novembro de 2021.

Diante disto, viemos pelo presente declarar que a empresa acima citada prestou os serviços de acordo com o solicitado e que não há nada que desabone a conduta da mesma até este momento.

E, para que o presente surta seus efeitos legais, vai devidamente datado e assinado.

Pato Bragado - PR, aos 21 dias do mês de setembro de 2021.

Cristiane Scheuermann Bonatto
Diretora do Departamento de Cultura




ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
RUA PARAGUAI - 1401 | Santa Helena - PR | CEP 85.892-000
Fone: 3268-8200 | CNPJ: 76.206.457/0001-19
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa ANA MARCIA KAUL ME/Banda MDM, inscrita no CNPJ sob o nº 17.778.021/0001-35, estabelecida na Vila L. R. Sem denominação, Colônia Dr. Affonso, s/n, Linha Buricá, na cidade de Santa Helena - PR, prestou serviços à Prefeitura Municipal de Santa Helena, CNPJ nº 76.206.457/0001-19, de "Contratação de Banda para a realização do XIII Feslena, com técnico de som e técnico de iluminação com experiência em festival", nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2019, conforme Contrato Nº 202/2019, Pregão Presencial Nº 088/2019.

Registramos ainda, que as prestações dos serviços acima referidos, apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.


ANA PAULA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a quem interessar possa, que a Empresa **ANA MARCIA KAUL – ME**, inscrita com o CNPJ nº 17.778.021/0001-35, executou os serviços de: **Realização das etapas classificatórias com fornecimento de banda com artistas locais do XI Festival Municipal da Canção de Santa Helena - FESLENA**, nas datas de 05/10/2016, 07/10/2016, 21/10/2016, contrato nº 354/2016.

Ainda, os serviços foram prestados de forma satisfatória, não havendo nada que desabone sua conduta e responsabilidades em relação às tarefas assumidas.

SANTA HELENA, 24 de novembro de 2016.

JUCERLEI SOTORIVA
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que o Município de Santa Helena contratou, através de processo licitatório, modalidade pregão presencial nº 191/2017, da empresa ANA MARCIA KAUL - ME, portadora do CNPJ: 17.778.021/0001-35, sob o contrato nº 369/2017, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR AGENCIAMENTO DE BANDAS DE RENOME REGIONAL PARA O EVENTO DENOMINADO OESTE ROCK FESTIVAL 2017, EM CONTINUIDADE AS COMEMORAÇÕES DOS 50º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA.

Atestamos que os serviços foram executados de acordo com o solicitado, atendendo assim as exigências estabelecidas no contrato firmado.

Santa Helena, 10 de Dezembro de 2018.

Airton Luis Oberger

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**, Estado do Paraná, Pessoa jurídica de Direito público Interno, com sede administrativa na Rua Paraguai, 1401, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.206.457/0001-19, **ATESTA** para os devidos fins e a quem interessar possa que a Empresa **ANA MARCIA KAUL - ME**, estabelecida na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.778.021/0001-35, **EFETUOU O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O 2º SANTA HELENA MOTORCYCLE**, Conforme contrato 94/2015, Pregão Presencial 48/2015.

Sendo assim, nada existe em nossos arquivos que possa desabonar a boa conduta da referida empresa.

Por ser expressão da verdade, datamos e firmamos o presente atestado.

Santa Helena, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezesseis.

JUCERLEI SOTORIVA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICADO

ILUMINAÇÃO CÊNICA

A escola CAM - Colégio de Aprendizagem Moderna
confere ao aluno

MATHEUS JÚLIO KAUL DA ROSA

Este certificado do **Curso de ILUMINAÇÃO CÊNICA PRÓ** com carga horária de 40 horas necessárias para sua capacitação profissional. Ministrado no período de 01/06 à 17/06/2020.


PROGRAMA

A História da Iluminação Cênica - O Iluminador - O Técnico de Iluminação - O Light Designer - Lei 6533 - A origem da Lâmpada - Tipos de Lâmpadas Cores Primárias - Cores Secundárias - Cores Terciárias - Combinações - Mapa de Luz de Show - Mapa de Luz de Teatro - Mapa de Luz de TV - Ligação em Série - Ligação em Paralelo - Conceito de DMX - Universos DMX-



Fundada em 03 de Março de 1997
São João da Boa Vista, 17 de Junho de 2020.




Wladnei Damálio
Diretor Geral



CAM - COLÉGIO DE APRENDIZAGEM MODERNA - CERTIFICADO VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - CNPJ 72.780.166/0001-89



CAM

CERTIFICADO

ÁUDIO PROFISSIONAL

A escola CAM-Colégio de Aprendizagem Moderna confere à
MATHIAS ANDRIEL KAUL DA ROSA
o certificado do **CURSO DE ÁUDIO PROFISSIONAL** com a carga horária de
40 horas realizado pela escola CAM - Colégio de Aprendizagem Moderna em
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP de 16 à 20 de Março de 2020.

PROGRAMA DO CURSO DE ÁUDIO PRO

Microfone, Equalizador, Compressor, Mesa de Mixagem, Expander Gate,
De-esser, Ennhancer, Analisador de Espectro, Amplificador, Alto-Falante,
Crossover Ativo e Passivo, Processador de Efeitos e Acústica de Ambientes.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, 20 DE MARÇO DE 2020.



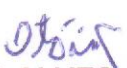

Wladnei Damátio
Diretor Geral



CAM - COLÉGIO DE APRENDIZAGEM MODERNA - CERTIFICADO VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL - CNPJ 72.780.166/0001-89

ATESTADO

Atestamos que a empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.778.021/0001-35, prestou serviços de projeto, execução, montagem, serviços de instalação, monitoramento, inspeções e estudo de viabilidade técnica de Sonorização e Iluminação de Grande Porte, para um evento realizados na Associação Recreativa e Esportiva da Linha Burrica no município de Santa Helena Paraná, com início no dia 25/03/2017 e termino no dia 28/03/2017, contendo os Seguintes Itens: Processamento: 2 Mesas Yamada Ls9 Digital De 32 Canais 2 Processadores De Berhinger Dcx 2496 Digital 1 Equalizador Yamada 2031a Microfonação: 2 Mic. Sem Fio Akg 6 Mic. Shure Beta 58 6 Mic. Shure Beta 57 1 Kit De Mic. Pg Para Bateria 2 Mic. Akg D112 P.A. 18 Caxias Line Array Jeell Sound S15 Tree Way 18 Caixas Sb 850 Kraft 2 Amplificadores De Potência Studio R Light 5500w 2 Amplificadores De Potência Studio R Light 3200w 2 Amplificadores De Potência Crow 4000w 2 Amplificadores De Potência Shansonic Hc14000 2 Amplificadores De Potência Shansonic Hc8000 Palco 4 Monitores Eurosonund Es12 4 Monitores Eurosonund Es15 1 Amplificador Para Contrabaixo Meteoro Mb 800 1 Amplificador Para Guitarra Marschal Mg 250 1 Bateria Tama Completa 1 Side Para Bateria 2 Amplificadores Para Fone De Ouvidos Powerplay 2 Amplificadores De Potência Romerk 8.0 2 Amplificadores De Potência Attack Ex 2800 1 Sid RI Iluminação: 80 Metros De Trelça De Alumínio P30 14 Moving Bean 2307r 1 Dimer Controlador De Intensidade De 12 Canais 20 Refletores Com Lâmpada Pr 64 – 1000w 20 Refletores De Led 3w Rgbwa 1 Mesa Avolite Pearl 2010 2 Main Power 15kva 2 Painéis De Led 40 Canhão Par 4 Mini Brut Diversos: Cabeamento Para Ligação De Energia E Áudio 20 Pedestais Para Microfone Equipe Técnica, Mais 06 Carregadores. 2 Maquinas De Fumaça 1 Gerador De Energia Elétrica 200 Kvar Link De Transmissão Fm Faixa De Frequência 87mhz ~108mhz Rf Impedância De Saída: 50ohm (Saída De Antena Tipo Bnc) Potência De Saída: 1,5w/7w Alcance De Com Antena De 300

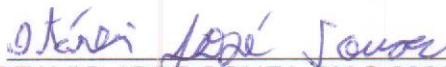

RUA CASTRO ALVES, Nº 1317, CENTRO
CEP: 85.880-000 – ITAIPULANDIA – PR

OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177.223/0001-50

A 5km Em Ambiente Sem Barreira. Ondulação, Ondas Ou Harmônicas: Snr: Mais Que 60 Db Estabilidade De Frequência: +/- 5ppm Menos De 10 Ppm (Melhor Sistema) Conector De Entrada De Áudio: P2 Ajuste De Sinal De Entrada Entrada Para Microfones Canais Estéreo Crosstalk 50db Resposta De Frequência De Áudio: 20hz A 15000hz Distorção E Áudio: Menos De 2% Modulação: 15% Corrente De Funcionamento: Menos De 3%.

Atestamos, ainda que os serviços, foram executados e acompanhados pelo profissional e responsável técnico **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**, portador do CPF nº 009.542.449-07 e do CREA PR-158061/D.

Itaipulândia – PR., 29 de março de 2017.


OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177.223/0001-50

RUA CASTRO ALVES, Nº 1317, CENTRO
CEP: 85.880-000 – ITAIPULANDIA – PR





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSEMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **1351/2017**

Selos de autenticidade: **A 033.834**

RNP Nº: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00109955**



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ**

Certidão de Acervo Técnico

DIOGO ANSELMINI DA SILVA
Carteira Profissional: PR-158061/D
Acervo Técnico N.º: **1351/2017**
Selos de autenticidade: **A 033.834**

RNP N°.1716019117
Protocolo N°.2017/00109955

ART Nº.....:20171231840 0..... Registrada:23/03/2017.....
ART Correspons.....:..... ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:ANA MARCIA KAUL - ME.....
Contratante(s).....:OTAVIO JOSE SOUZA DIAS - CNPJ/CPF: 25.177.223/0001-50
Tipo de Contrato.....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:COORDENAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÁQUINAS ELÉTRICAS.....
Tipo de Obra/Serviço:SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO.....
Serviço Contratado..:PROJETO.....
EXECUÇÃO.....
MONTAGEM.....
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.....
MONITORAMENTO.....
INSPEÇÕES.....
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA.....
Dimensão.....:5.000,00 M2..... Área Existente:0,00 M2
Área Ampliada.....:0,00 M2 Área de Reforma:0,00 M2
Dados Complementares:0,00
Local da Obra.....:ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DA LINHA BURICA,
SANTA HELENA, PR, SN LINHA BURICA.....
Município/Estado....:SANTA HELENA/PR.....
Data de Início.....:25/03/2017..... Data de Conclusão:28/03/2017....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv.:PROJETO, EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E INSTALAÇÃO DE
SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE, CONTENDO OS
SEGUINTE ITENS: - PROCESSAMENTO: 2 MESAS YAMADA
LS9 DIGITAL DE 32 CANAIS 2 PROCESSADORES DE
BERHINGER DCX 2496 DIGITAL 1 EQUALIZADOR YAMADA
2031A - MICROFONAÇÃO: 2 MIC. SEM FIO AKG 6 MIC.
SHURE BETA 58 6 MIC. SHURE BETA 57 1 KIT DE MIC. PG
PARA BATERIA 2 MIC. AKG D112 - P.A. 18 CAXIAS
LINE ARRAY JEELL SOUND S15 TREE WAY 18 CAIXAS SB 850
KRAFT 2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT
5500W 2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT
3200W 2 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA CROW 4000W 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC14000 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC8000 -
PALCO 4 MONITORES EUROSONUND ES12 4 MONITORES
EUROSONUND ES15 1 AMPLIFICADOR PARA CONTRA-BAIXO
METEORO MB 800 1 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA MARSCHAL
MG 250 1 BATERIA TAMA COMPLETA 1 SIDE PARA BATERIA
2 AMPLIFICADORES PARA FONE DE OUVIDOS POWER-PLAY 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ROMERK 8.0. PROJETO,
EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SONORIZAÇÃO E
ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE, CONTENDO OS SEGUINTE

ITENS: PROCESSAMENTO: 2 MESAS YAMADA LS9 DIGITAL
DE 32 CANAIS 2 PROCESSADORES DE BERHINGER DCX 2496
DIGITAL 1 EQUALIZADOR YAMADA 2031A MICROFONAÇÃO:
2 MIC. SEM FIO AKG 6 MIC. SHURE BETA 58 6 MIC.
SHURE BETA 57 1 KIT DE MIC. PG PARA BATERIA 2 MIC.
AKG D112 P.A. 18 CAXIAS LINE ARRAY JEELL SOUND
S15 TREE WAY 18 CAIXAS SB 850 KRAFT 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT 5500W 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA STUDIO R LIGHT 3200W 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA CROW 4000W 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC14000 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SHANSONIC HC8000
-PALCO 4 MONITORES EUROSOUND ES12 4 MONITORES
EUROSOUND ES15 1 AMPLIFICADOR PARA CONTRA-BAIXO
METEORO MB 800 1 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA MARSCHAL
MG 250 1 BATERIA TAMA COMPLETA 1 SIDE PARA BATERIA
2 AMPLIFICADORES PARA FONE DE OUVIDOS POWER-PLAY 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ROMERK 8.0 2
AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA ATTACK EX 2800 1 SID RL
ILUMINAÇÃO: 80 METROS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO P30
14 MOVING BEAN 230-7R 1 DIMER CONTROLADOR DE
INTENSIDADE DE 12 CANAIS 20 REFLETORES COM LÂMPADA
PR 64 - 1000W 20 REFLETORES DE LED 3W RGBWA 1 MESA
AVOLITE PEARL 2010 2 MAIN POWER 15KVA 2 PAINÉIS DE
LED 40 CANHÃO PAR 4 MINI BRUT DIVERSOS:
CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE ENERGIA E ÁUDIO 20
PEDESTAIS PARA MICROFONE EQUIPE TÉCNICA, MAIS 06
CARREGADORES. 2 MAQUINAS DE FUMAÇA 1 GERADOR DE
ENERGIA ELÉTRICA 200 KVAR LINK DE TRANSMISSÃO FM
FAIXA DE FREQUÊNCIA 87MHZ ~108MHZ RF IMPEDÂNCIA DE
SAÍDA: 50OHM (SAÍDA DE ANTENA TIPO BNC) POTÊNCIA DE
SAÍDA: 1,5W/7W ALCANCE DE COM ANTENA DE 300 A 5KM EM
AMBIENTE SEM BARREIRA. ONDULAÇÃO, ONDAS OU
HARMÔNICAS: SNR: MAIS QUE 60 DB ESTABILIDADE DE
FREQUÊNCIA: +/- 5PPM MENOS DE 10 PPM (MELHOR SISTEMA)
CONECTOR DE ENTRADA DE ÁUDIO: P2 AJUSTE DE SINAL DE
ENTRADA ENTRADA PARA MICROFONES CANAIS ESTÉREO
CROSSTALK -50DB RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE ÁUDIO:
20HZ A 15000HZ DISTORÇÃO E ÁUDIO: MENOS DE 2%
MODULAÇÃO: 15% CORRENTE DE FUNCIONAMENTO: MENOS DE
3%.....

Observação.....:



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **1351/2017**

Selos de autenticidade: **A 033.834**

RNP Nº.: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00109955**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2017/00109955.

Emitida via Internet em 17/09/2017 20:47:22 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ATESTADO

Atestamos que a empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.778.021/0001-35, prestou serviços de execução, montagem, serviços de instalação, monitoramento, inspeções de estruturas metálicas, para um evento realizados na Associação Recreativa e Esportiva da Linha Burrica no município de Santa Helena Paraná, com início no dia 15/07/2017 e término no dia 16/07/2017, contendo os Seguintes Itens:

05 TENDA TAMANHO 5 X 5 METROS COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 M DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS.

02 TENDA 10X10 METROS, COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS.

01 ARQUIBANCADA DE 06 DEGRAUS COM 100 METROS DE COMPRIMENTO E GUARDA CORPO SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS.

01 PALCO DE 8 X 5 X 1,00 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO COM COBERTURA E TABLADO NAVAL DE 18MM E FORRAÇÃO CARPÊ.

05 STANDS BÁSICOS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS

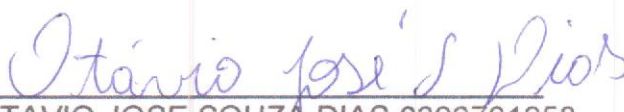
01 CAMARIM EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS DE 5 X 5 METROS COM MOBILIADO BÁSICOS, CONTENDO 15 CADEIRAS, 3 MESAS, ESPELHO DE CORPO INTEIRO, CHAVE, COBERTURA COM TENDA PIRAMIDAL E CARPÊ.

OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177.223/0001-50

100 METROS DE FECHAMENTO DE ALUMÍNIO COMPOSTO POR CHAPAS
DE 1,4 DE ALTURA X 2 METROS DE LARGURA

Atestamos, ainda que os serviços, foram executados e acompanhados
pelo profissional e responsável técnico **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**,
portador do CPF nº 009.542.449-07 e do CREA PR-158061/D.

Itaipulândia – PR., 19 de julho de 2017.


OTAVIO JOSE SOUZA DIAS 0396701958
CNPJ: 25.177/223/0001-50



RUA CASTRO ALVES, Nº 1317, CENTRO
CEP: 85.880-000 – ITAIPULANDIA – PR



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal nº 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal nº 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal nº 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **4385/2017**

Selos de autenticidade: **A 050519**

RNP Nº: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00294134**



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **4385/2017**

Selos de autenticidade: **A 050519**

RNP N°.1716019117

Protocollo N°.: **2017/00294134**

ART Nº.....:20173043528 0..... Registrada:14/07/2017.....
ART Correspons.....: ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:ANA MARCIA KAUL - ME.....
Contratante(s).....:OTAVIO JOSE SOUZA DIAS - CNPJ/CPF: 25.177.223/0001-50
Tipo de Contrato.....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM OU REPARO.....
Área de Competência.:INSTALAÇÕES MECÂNICAS.....
Tipo de Obra/Serviço:ESTRUTURAS METÁLICAS.....
Serviço Contratado...:EXECUÇÃO.....
INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA.....
MONTAGEM.....
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO.....
Dimensão.....:1.000,00 M2..... Área Existente:0,00 M2
Área Ampliada.....:0,00 M2 Área de Reforma:0,00 M2
Dados Complementares:0,00
Local da Obra.....:ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DA LINHA BURICA,
SANTA HELENA, PR, SN LINHA BURICA.....
Município/Estado....:SANTA HELENA/PR.....
Data de Início.....:15/07/2017..... Data de Conclusão:16/07/2017....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv.:EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE: 05 TENDA
TAMANHO 5 X 5 METROS COBERTURA COM LONA NIGHT DAY,
ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 M DE
ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 02 TENDA 10X10
METROS, COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA
METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 DE ALTURA E
ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 01 ARQUIBANCADA DE 06
DEGRAUS COM 100 METROS DE COMPRIMENTO E GUARDA CORPO
SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS.
01 PALCO DE 8 X 5 X 1,00 METROS EM ESTRUTURA DE
ALUMÍNIO COM COBERTURA E TABLADO NAVAL DE 18MM E
FORRAÇÃO CARPÊ. 05 STANDS BÁSICOS EM ESTRUTURA DE
ALUMÍNIO E TS 01 CAMARIM EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO
E TS DE 5 X 5 METROS COM MOBILIADO BÁSICOS, CONTENDO
15 CADEIRAS, 3 MESAS, ESPELHO DE CORPO INTEIRO,
CHAVE, COBERTURA COM TENDA PIRAMIDAL E CARPÊ. 100
METROS DE FECHAMENTO DE ALUMÍNIO COMPOSTO POR CHAPAS
DE 1,4 DE ALTURA X 2 METROS DE LARGURA.....
Observação.....:



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.: **4385/2017**

Selos de autenticidade: **A 050519**

RNP Nº.: 1716019117

Protocolo Nº.: **2017/00294134**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2017/00294134.

Emitida via Internet em 22/08/2017 15:56:46 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Confirmação de Autenticidade da Certidão

ENGENHEIRO ELETRICISTA - TECNÓLOGO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DIOGO ANSELMINI DA SILVA

Emitida em : 17/08/2017

Carteira Profissional: PR-158061/D

Acervo Técnico Nº.:4385/2017

Selo(s) de Autenticidade: A 050519

ART Nº.....:20173043528 0 Registrada.....:14/07/2017

Empresa Executora....:ANA MARCIA KAUL - ME

Contratante(s).....:OTAVIO JOSE SOUZA DIAS

Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO, MONTAGEM OU REPARO

Área de Competência.:INSTALAÇÕES MECÂNICAS

Tipo de Obra/Serviço:ESTRUTURAS METÁLICAS

Serviço Contratado...:EXECUÇÃO

INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA

MONTAGEM

SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO

Dimensão.....:1.000,00 M2

Área Ampliada.....:0,00 M2

Área de Reforma...:0,00 M2

Local da Obra.....:ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA DA LINHA BURICA,
SANTA HELENA, PR, SN LINHA BURICA

Município/Estado....:SANTA HELENA/PR

Data de Início.....:15/07/2017

Data de Conclusão:16/07/2017

Descr. Compl. Serv.:EXECUÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE: 05 TENDA TAMANHO 5 X 5 METROS COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 M DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 02 TENDA 10X10 METROS, COBERTURA COM LONA NIGHT DAY, ESTRUTURA METÁLICA COM PÉ DIREITO MÍNIMO DE 2,5 DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 POLEGADAS. 01 ARQUIBANCADA DE 06 DEGRAUS COM 100 METROS DE COMPRIMENTO E GUARDA CORPO SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS. 01 PALCO DE 8 X 5 X 1,00 METROS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO COM COBERTURA E TABLADO NAVAL DE 18MM E FORRAÇÃO CARPÊ. 05 STANDS BÁSICOS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS 01 CAMARIM EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO E TS DE 5 X 5 METROS COM MOBILIADO BÁSICOS, CONTENDO 15 CADEIRAS, 3 MESAS, ESPELHO DE CORPO INTEIRO, CHAVE, COBERTURA COM TENDA PIRAMIDAL E CARPÊ. 100 METROS DE FECHAMENTO DE ALUMÍNIO COMPOSTO POR CHAPAS DE 1,4 DE ALTURA X 2 METROS DE LARGURA.

Observação.....:

REGISTRO DE EMPREGADO

2

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor
Cabelo
Barba
Bigode
Olhos
Altura
Peso
Sinais



VISTO DA FISCALIZAÇÃO

CCO: 724205

Julio Alves da Rosa, portador da C.T.P.S. nº 36467 Série 00048-R; C.T.P.S. (Rural) nº Série; C.P.F. nº 718.484.879-91; Título de Eleitor nº 00484368306-63 da 129 zona; Cédula de Identidade R.G. nº 5.133.571.61-R foi admitido em 11 de dezembro de 2017 para exercer a função de montador de estruturas metálicas com o salário de R\$ 619,50 (seiscentos e dezesseis reais e cinquenta centavos) por mes no seguinte horário de trabalho: das 13:30 às 17:30 horas, com - horas de intervalo para repouso e alimentação. Filiado ao Sindicato

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção <u>11 / 12 / 2017</u>	Data da retratação / /	Banco depositário <u>Caixa Econômica Federal</u>
--	--	---	---

	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	Carteira modelo 19 nº	Cadastrado em <u>17 / 08 / 1994</u>
Filho de <u>Osvaldo Alves da Rosa</u>	Nº Registro Geral	sob nº <u>162.733.1847-7</u>
e de <u>Maralina Graminha Nobre</u>	Casado (a) c/ brasileira(o)? <u>Sim</u>	dep. no Banco <u>Caixa Econômica Federal</u>
nascido em <u>Medianeira - PR</u>	Nome do cônjuge	endereço <u>Joana Helena - PR</u>
a <u>17</u> de <u>julho</u> de <u>1968</u>	Tem filhos brasileiros?	Códigos { Banco <u>104</u>
Estado civil <u>União estável</u>	Quantos?	Agência <u>1268</u>
Nome do cônjuge <u>-</u>	Data da chegada ao Brasil:	endereço da agência <u>Av. Brasil</u>
Grau de instrução <u>Ens. Fund. Comp.</u>	de de	Obs.:
Residência <u>R. Genés, nº 720</u>	Naturalizado	
Cart. Nac. Habilitação nº <u>00543438600</u>	Decreto nº	
Cert. Militar nº { Série		
Categ.		

Beneficiários:

Joana Helena, 11 de dezembro de 2017

Julio e da Rosa
ASSINATURA DO EMPREGADO

REGISTRO DE EMPREGADO

3

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor
Cabelo
Barba
Bigode
Olhos
Altura
Peso
Sinais



VISTO DA FISCALIZAÇÃO

CBO: 724205

Mathias Andriel Kaul da Rosa, portador da C.T.P.S. nº 6332848, Série 0040 - R; C.T.P.S. (Rural) nº Série
C.P.F. nº 106.872.759-46; Título de Eleitor nº da zona; Cédula de Identidade R.G. nº 12.996.709-9/R foi admitido em 11 de dezembro de 2017 para exercer a função de Montador de estruturas metálicas, com o salário de R\$ 619,50 (Seiscentos e dezentos reais e cinquenta centavos) por mês no seguinte horário de trabalho: das 07:30 às 11:30 horas, com horas de intervalo para repouso e alimentação.
Filiado ao Sindicato

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

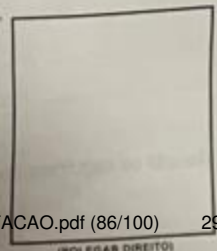
É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção <u>11/12/2017</u>	Data da retratação/...../.....	Banco depositário <u>Caixa Econômica Federal</u>
--	------------------------------------	---	---

NACIONALIDADE	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	Carteira modelo 19 nº	Cadastrado em <u>25/07/2014</u>
Filho de <u>Julio Alves da Rosa</u>	Nº Registro Geral	sob nº <u>212.66429-27-9</u>
e de <u>Ana Maria Kaul</u>	Casado (a) c/ brasileira(o)?	dep. no Banco <u>Caixa Econômica Federal</u>
nascido em <u>Santa Helena - PR</u>	Nome do cônjuge	endereço <u>Santa Helena - PR</u>
a <u>16</u> de <u>maio</u> de <u>1998</u>	Tem filhos brasileiros?	Códigos { Banco <u>104</u>
Estado civil <u>União estável</u>	Quantos?	Agência <u>1268</u>
Nome do cônjuge <u>-</u>	Data da chegada ao Brasil:	endereço da agência <u>Rua Brasil</u>
Grau de instrução <u>Ens. Médio Incomp.</u>	de de	Obs.:
Residência <u>R. Gaiás, nº 720</u>	Naturalizado:	
Cart. Nac. Habilitação nº <u>06760707989</u>	Decreto nº	
Cert. Militar nº { Série Categ.		

Beneficiários: Ana Julia Hartmann da Rosa, nasc.: 29/08/2017, CPF: 139.428.809-22

Santa Helena, 11 de dezembro de 2017.

Mathias A. Kaul da Rosa
ASSINATURA DO EMPREGADO



REGISTRO DE EMPREGADO

6

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor
Cabelo
Barba
Bigode
Olhos
Altura
Peso
Sinais



VISTO DA FISCALIZAÇÃO

Mathews Julio Kaul da Rosa, portador da C.T.P.S. n° 0213080 Série 0040-PR; C.T.P.S. (Rural) n° Série; C.P.F. n° 106.735.239-26; Título de Eleitor n° 1084.7759.0620 da 129 zona; Cédula de Identidade R.G. n° 12.996.693-9/PR foi admitido em 07 de dezembro de 2018 para exercer a função de montador de estruturas metálicas (2420) com o salário de R\$ 619,50 (seiscentos e dezentena reais e cinquenta centavos) por mes no seguinte horário de trabalho: das 13h30 às 17h30 horas, com - horas de intervalo para repouso e alimentação.

Filiado ao Sindicato

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data da opção <u>07.12.2018</u>	Data da retratação	Banco depositário <u>Caixa Econ. Federal</u>
--	------------------------------------	-----------------------------	---

	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	Carteira modelo 19 n°	Cadastrado em <u>15.1.02.2013</u>
Filho de <u>Julio Alves da Rosa</u>	N° Registro Geral	sob n° <u>164.46948.22-1</u>
e de <u>Ana Maria Kaul</u>	Casado (a) c/ brasileira(o)?	dep. no Banco <u>Caixa Econ. Fed.</u>
nascido em <u>Santa Helena - PR</u>	Nome do cônjuge	endereço <u>Santa Helena - PR</u>
a <u>10</u> de <u>outubro</u> de <u>1996</u>	Tem filhos brasileiros?	Códigos { Banco <u>104</u>
Estado civil <u>casado</u>	Quantos?	Agência <u>1268</u>
Nome do cônjuge <u>-</u>	Data da chegada ao Brasil:	endereço da agência <u>Av. Brasil</u>
Grau de instrução <u>Ens. médio Incomp.</u>	de de	Obs.:
Residência <u>R. Goiás, nº 220</u>	Naturalizado	
Cart. Nac. Habilitação n° <u>06370817615</u>	Decreto n°	
Cert. Militar n° { Série Categ.		

Beneficiários:

Santa Helena - PR, 07 de dezembro de 2018.

Mathews Julio Kaul da Rosa
ASSINATURA DO EMPREGADO

CERTIFICADO



A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **MATHEUS JÚLIO KAUL DA ROSA**, concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento NR 35 – TRABALHO EM ALTURA, realizado no endereço localizado na rua Armando Luís Arrozi, 1003, sala 04 - Centro, Toledo - PR, no dia 15 de maio de 2024, com carga horária de 08 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura; Análise de Risco e condições impeditivas; Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de controle; Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva; Equipamentos de proteção individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso; Acidentes típicos em trabalhos em altura; Condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.

O aluno obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado;

Prática: Prática de trabalho em altura com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Toledo/ PR, 15 de maio de 2024.

Matheus Júlio Kaul da Rosa

PARTICIPANTE CONCLUINTE
MATHEUS JÚLIO KAUL DA ROSA
CPF: 106.735.239-26


INSTRUTOR RESPONSÁVEL TÉCNICO
MIGUEL ANZELE STATZMANN
Técnico Segurança Trabalho
Registro SRTE 000.124-4 PR
Instrutor de trabalho em altura

INSTRUTOR:

MIGUEL ANGELO STATZMANN

RG: 4.622.501-5

Registro: SRTE 000124/4 PR

FORMAÇÃO INSTRUTOR:

- Técnico em Segurança do Trabalho

Instituição: Senai – Centro de Educação Profissional de Cascavel/ PR.

- Instrutor de Trabalho em Altura

Instituição: LK Treinamentos LTDA.

NR 35



Trabalho em Altura



Reg. empresa CREA: 76411

Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann

CREA: PR-104563/D

ART: 1720214499735

Previmart Saúde e Segurança no Trabalho Ltda. - CNPJ: 38.795.890/0001-00
Rua Senhor dos Passos, 392- Toledo/ PR – CEP: 85.902-196

PREVIMART
Saúde e Segurança do Trabalho



CERTIFICADO

PREVMART
Saúde e Segurança do Trabalho

A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **MATHEUS JÚLIO KAUL DA ROSA**, concluiu com avaliação e aproveitamento satisfatório o curso **BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE** – NR 10, conforme portaria 598 de 07/12/2004 do Ministério do Trabalho e emprego, realizado no endereço localizado na Rua Armando Luís Arrozi, 1003, sala 04, centro - Toledo/PR, no período de 20/05/2024 a 24/05/2024, com carga horária total de 40 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à segurança com eletricidade; Riscos em instalações e serviços com eletricidade (choque elétrico, mecanismos e efeitos, arcos elétricos, queimaduras, quedas, campos eletromagnéticos); Técnicas de análises de risco; Medidas de controle do risco elétrico (desenergização, aterramento funcional (TN/ TT/ IT), de proteção, temporário, equipotencialização, seccionamento automático da alimentação, dispositivos a corrente de fuga, extra baixa tensão, barreiras e invólucros, bloqueios e impedimentos, obstáculos e anteparos, isolamento das partes vivas, isolação dupla ou reforçada, colocação fora de alcance, separação elétrica); Normas Técnicas Brasileiras (NBR 5410, NBR 14039 e outras); Regulamentações do M.T.E (NR's, NR 10, qualificação, habilitação, capacitação e autorização); Equipamentos de proteção individual; Equipamentos de proteção coletiva; Rotinas de trabalho – Procedimentos (instalações desenergizadas, liberação para serviços, sinalização, inspeções de áreas, serviços, ferramentas e equipamento); Documentação de instalações elétricas; Riscos adicionais (altura, ambientes confinados, áreas classificadas, umidade, condições atmosféricas); Proteção e combate a incêndio (noções básicas, medidas preventivas, métodos de extinção, prática); Acidentes de origem elétrica (causas diretas e indiretas, discussão de casos); Primeiros Socorros (noções sobre lesões, priorização do atendimento, aplicação de respiração artificial, massagem cardíaca, técnicas para remoção e transporte de acidentados, práticas); Responsabilidades.

O aluno (a) obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado.

Prática: Prática de trabalho com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Toledo/ PR, 24 de maio de 2024.

Reg. empresa CREA: 76411

Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann

CREA: PR-104563/D

ART: 1720214499735

Matheus Júlio Kaul da Rosa

PARTICIPANTE CONCLUINTE:

MATHEUS JÚLIO KAUL DA ROSA

CPF: 106.735.239-26

Bombardelli

INSTRUTOR/ RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ALLAN BOMBARDELLI GOETTEMMS

Engenheiro Eletricista

Registro CREA PR 159.358/D

ART: 1720232348778

Fidelis Mattiello

INSTRUTOR:

FIDELIS MATTIELLO

Técnico Segurança Trabalho

Eletricista Industrial

Registro: SRTE 6087 PR

Prevmart Saúde e Segurança no Trabalho Ltda - CNPJ: 39.795.890/0001-00
Rua Senhor dos Passos, 392 - Toledo/ PR - CEP: 85.902-196



CERTIFICADO

PREVMART
Saúde e Segurança do Trabalho

A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **JÚLIO ALVES DA ROSA**, concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento NR 35 – TRABALHO EM ALTURA, realizado no endereço localizado na rua Armando Luís Arrosi, 1003, sala 04 - Centro, Toledo - PR, no dia 15 de maio de 2024, com carga horária de 08 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura; Análise de Risco e condições impeditivas; Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de controle; Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva; Equipamentos de proteção individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso; Acidentes típicos em trabalhos em altura; Condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.

O aluno obteve participação satisfatória nas seguintes provas:


Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado;

Prática: Prática de trabalho em altura com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Toledo/ PR, 15 de maio de 2024.

Julio Alves da Rosa
PARTICIPANTE CONCLUINTE
JULIO ALVES DA ROSA
CPF: 718.484.879-91


INSTRUTOR RESPONSÁVEL TÉCNICO
MIGUEL ANGELO STATZMANN
Técnico Segurança Trabalho
Registro: SRTE 000.124-4 PR
Instrutor de trabalho em altura

CERTIFICADO



A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **JÚLIO ALVES DA ROSA**, concluiu com avaliação e aproveitamento satisfatório o curso **BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE** – NR 10, conforme portaria 598 de 07/12/2004 do Ministério do Trabalho e emprego, realizado no endereço localizado na Rua Armando Luís Arrosi, 1003, sala 04, centro - Toledo/PR, no período de 20/05/2024 a 24/05/2024, com carga horária total de 40 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à segurança com eletricidade; Riscos em instalações e serviços com eletricidade (choque elétrico, mecanismos e efeitos, arcos elétricos, queimaduras, quedas, campos eletromagnéticos); Técnicas de análises de risco; Medidas de controle do risco elétrico (desenergização, aterramento funcional (TN/ TT/ IT), de proteção, temporário, equipotencialização, seccionamento automático da alimentação, dispositivos a corrente de fuga, extra baixa tensão, barreiras e invólucros, bloqueios e impedimentos, obstáculos e anteparos, isolamento das partes vivas, isolação dupla ou reforçada, colocação fora de alcance, separação elétrica); Normas Técnicas Brasileiras (NBR 5410, NBR 14039 e outras); Regulamentações do M.T.E (NR 's, NR 10, qualificação, habilitação, capacitação e autorização); Equipamentos de proteção individual; Equipamentos de proteção coletiva; Rotinas de trabalho – Procedimentos (instalações desenergizadas, liberação para serviços, sinalização, inspeções de áreas, serviços, ferramental e equipamento); Documentação de instalações elétricas; Riscos adicionais (altura, ambientes confinados, áreas classificadas, umidade, condições atmosféricas); Proteção e combate a incêndio (noções básicas, medidas preventivas, métodos de extinção, prática); Acidentes de origem elétrica (causas diretas e indiretas, discussão de casos); Primeiros Socorros (noções sobre lesões, priorização do atendimento, aplicação de respiração artificial, massagem cardíaca, técnicas para remoção e transporte de acidentados, práticas); Responsabilidades.

O aluno (a) obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado.

Prática: Prática de trabalho com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Reg. empresa CREA: 76411
Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann
CREA: PR-104563/D
ART: 1720214499735

Toledo/ PR, 24 de maio de 2024.

Julio e da Rosa
PARTICIPANTE CONCLUINTE:
JÚLIO ALVES DA ROSA
CPF: 718.484.879-91

Bombardieri
INSTRUTOR/ RESPONSÁVEL TÉCNICO:
ALLAN BOMBARDIERI GOETTEMES
Engenheiro Eletricista
Registro CREA PR 159.358/D
ART: 1720232348778

Fidelis Mattiello
INSTRUTOR:
FIDELIS MATTIELLO
Técnico Segurança Trabalho
Eletricista Industrial
Registro: SRTE 6087 PR



PREVMART
Saúde e Segurança do Trabalho

CERTIFICADO



NR-35

A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **MATHIAS ANDRIEL KAUL DA ROSA**, concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento NR 35 – TRABALHO EM ALTURA, realizado no endereço localizado na rua Armando Luís Arrosi, 1003, sala 04 - Centro, Toledo - PR, no dia 15 de maio de 2024, com carga horária de 08 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura; Análise de Risco e condições impeditivas; Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de controle; Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva; Equipamentos de proteção individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso; Acidentes típicos em trabalhos em altura; Condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.

O aluno obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado;

Prática: Prática de trabalho em altura com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Toledo/ PR, 15 de maio de 2024.

Mathias A. Kaul da Rosa
PARTICIPANTE CONCLUINTE
MATHIAS ANDRIEL KAUL DA ROSA
CPF: 106.872.759-46

Miguel Angelo Statzmann
INSTRUTOR RESPONSÁVEL TÉCNICO
MIGUEL ANGELO STATZMANN
Técnica Segurança Trabalho
Registro CETERTE 000.124-4 PR
Instrutor de trabalho em altura

INSTRUTOR:

MIGUEL ANGELO STATZMANN

RG: 4.622.501-5

Registro: SRTE 000124/4 PR

FORMAÇÃO INSTRUTOR:

- Técnico em Segurança do Trabalho

Instituição: Senai – Centro de Educação Profissional de Cascavel/ PR.

- Instrutor de Trabalho em Altura

Instituição: LK Treinamentos LTDA.

Reg. empresa CREA: 76411

Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann

CREA: PR-104563/D

ART: 1720214499735

Premart Saúde e Segurança no Trabalho Ltda. - CNPJ: 39.795.890/0001-00
Rua Senhor dos Passos, 392- Toledo/ PR – CEP: 85.902-196

PREVMART
Saúde e Segurança do Trabalho



CERTIFICADO

A empresa **PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.**, CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **MATHIAS ANDRIEL KAUL DA ROSA**, concluiu com avaliação e aproveitamento satisfatório o curso **BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE** – NR 10, conforme portaria 598 de 07/12/2004 do Ministério do Trabalho e emprego, realizado no endereço localizado na Rua Armando Luís Arrosi, 1003, sala 04, centro - Toledo/PR, no período de 20/05/2024 a 24/05/2024, com carga horária total de 40 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à segurança com eletricidade; Riscos em instalações e serviços com eletricidade (choque elétrico, mecanismos e efeitos, arcos elétricos, queimaduras, quedas, campos eletromagnéticos); Técnicas de análises de risco; Medidas de controle do risco elétrico (desenergização, aterramento funcional (TN/ TT/ IT), de proteção, temporário, equipotencialização, seccionamento automático da alimentação, dispositivos a corrente de fuga, extra baixa tensão, barreiras e invólucros, bloqueios e impedimentos, obstáculos e anteparos, isolamento das partes vivas, isolação dupla ou reforçada, colocação fora de alcance, separação elétrica); Normas Técnicas Brasileiras (NBR 5410, NBR 14039 e outras); Regulamentações do M.T.E (NR's, NR 10, qualificação, habilitação, capacitação e autorização); Equipamentos de proteção individual; Equipamentos de proteção coletiva; Rotinas de trabalho – Procedimentos (instalações desenergizadas, liberação para serviços, sinalização, inspeções de áreas, serviços, ferramentas e equipamento); Documentação de instalações elétricas; Riscos adicionais (altura, ambientes confinados, áreas classificadas, umidade, condições atmosféricas); Proteção e combate a incêndio (noções básicas, medidas preventivas, métodos de extinção, prática); Acidentes de origem elétrica (causas diretas e indiretas, discussão de casos); Primeiros Socorros (noções sobre lesões, priorização do atendimento, aplicação de respiração artificial, massagem cardíaca, técnicas para remoção e transporte de acidentados, práticas); Responsabilidades.

O aluno (a) obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado.

Prática: Prática de trabalho com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Toledo/ PR, 24 de maio de 2024.

Reg. empresa CREA: 76411

Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann

CREA: PR-104563/D

ART: 1720214499735

Mathias A. Kaul da Rosa
PARTICIPANTE CONCLUINTE:
MATHIAS ANDRIEL KAUL DA ROSA
CPF: 106.872.759-46

Allan Bombardelli Goettems
INSTRUTOR/ RESPONSÁVEL TÉCNICO:
ALLAN BOMBARDELLI GOETTEMES
Engenheiro Eletricista
Registro CREA PR 159.358/D
ART: 1720232348778

Fidelis Mattiello
INSTRUTOR:
FIDELIS MATTIELLO
Técnico Segurança Trabalho
Eletricista Industrial
Registro: SRTE 6087 PR

CERTIFICADO

A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**, concluiu com avaliação e aproveitamento satisfatório o curso **BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COMELETRICIDADE – NR10**, conforme portaria 598 de 07/12/2004 do Ministério do Trabalho e emprego, realizado no endereço localizado na Rua Armando Luís Arrozi, 1003, sala 04, centro - Toledo/PR, no período de 20/05/2024 a 24/05/2024, com carga horária total de 40 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à segurança com eletricidade; Riscos em instalações e serviços com eletricidade (choque elétrico, mecanismos e efeitos, arcos elétricos, queimaduras, quedas, campos eletromagnéticos); Técnicas de análises de risco; Medidas de controle do risco elétrico (desenergização, aterramento funcional (TN/ TT/ IT), de proteção, temporário, equipotencialização, seccionamento automático da alimentação, dispositivos a corrente de fuga, extra baixa tensão, barreiras e invólucros, bloqueios e impedimentos, obstáculos e anteparos, isolamento das partes vivas, isolação dupla ou reforçada, colocação fora de alcance, separação elétrica); Normas Técnicas Brasileiras (NBR 5410, NBR 14039 e outras); Regulamentações do M.T.E (NR's, NR 10, qualificação, habilitação, capacitação e autorização); Equipamentos de proteção individual; Equipamentos de proteção coletiva; Rotinas de trabalho – Procedimentos (instalações desenergizadas, liberação para serviços, sinalização, inspeções de áreas, serviços, ferramental e equipamento); Documentação de instalações elétricas; Riscos adicionais (altura, ambientes confinados, áreas classificadas, umidade, condições atmosféricas); Proteção e combate a incêndio (noções básicas, medidas preventivas, métodos de extinção, prática); Acidentes de origem elétrica (causas diretas e indiretas, discussão de casos); Primeiros Socorros (noções sobre lesões, priorização do atendimento, aplicação de respiração artificial, massagem cardíaca, técnicas para remoção e transporte de acidentados, práticas); Responsabilidades.

O aluno (a) obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado.

Prática: Prática de trabalho com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Reg. empresa CREA: 76411

Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann

CREA: PR-104563/D

ART: 1720214499735

Toledo/ PR, 24 de maio de 2024.



PARTICIPANTE CONCLUINTE:
DIOGO ANSELMINI DA SILVA
CPF: 009.542.449-07



INSTRUTOR/ RESPONSÁVEL TÉCNICO:
ALLAN BOMBARDELLI GOETTEMS
Engenheiro Eletricista
Registro CREA PR 159.358/D
ART: 1720232348778



INSTRUTOR:
FIDELIS MATTIELLO
Técnico Segurança Trabalho
Eletricista Industrial
Registro: SRTTE 0087 PR

Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: HABILITACAO.pdf 92/490 203/362

A empresa PREVMART SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 39.795.890/0001-00, certifica que **DIOGO ANSELMINI DA SILVA**, concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento NR 35 – TRABALHO EM ALTURA, realizado no endereço localizado na rua Armando Luís Arrosi, 1003, sala 04 - Centro, Toledo - PR, no dia 15 de maio de 2024, com carga horária de 08 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura; Análise de Risco e condições impeditivas; Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de controle; Sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva; Equipamentos de proteção individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso; Acidentes típicos em trabalhos em altura; Condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.

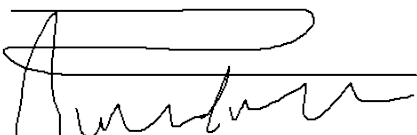
O aluno obteve participação satisfatória nas seguintes provas:

Teórica: Avaliação teórica do conteúdo ministrado;

Prática: Prática de trabalho em altura com utilização de equipamentos recomendados para a atividade.

Frequência: 100%

Toledo/ PR, 15 de maio de 2024.



PARTICIPANTE CONCLUINTE:
DIOGO ANSELMINI DA SILVA
CPF: 009.542.449-07



INSTRUTOR/ RESPONSÁVEL TÉCNICO
MIGUEL ANGELO STATZMANN
Técnico Segurança Trabalho
Instituto de trabalho em altura

Proc. Administrativo 9.228/2024 Registro: 5281000244 (97100)

304/362

INSTRUTOR:
MIGUEL ANGELO STATZMANN
RG: 4.622.501-5
Registro: SRTE 000124/4 PR

FORMAÇÃO INSTRUTOR:
- Técnico em Segurança do Trabalho
Instituição: Senai – Centro de Educação Profissional de Cascavel/ PR.
- Instrutor de Trabalho em Altura
Instituição: LK Treinamentos LTDA.



Reg. empresa CREA: 76411
Responsável técnico empresa: Miguel Angelo Statzmann
CREA: PR-104563/D
ART: 1720214499735

ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024

A empresa **ANA MÁRCIA KAUL – ME**, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede e, Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Burica, Município de Santa Helena/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.778.021/0001-35, vem pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR**, sob pena da Lei, que:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- Que possuímos conhecimento bem como atendemos a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a nossa idoneidade nos termos da lei e que não estamos suspensas de licitar e contratar com o Município de Ubitatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- Que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei nº 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que não possuímos em nosso quadro societário servidores públicos do Município de Ubitatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Ubitatã/PR, 16 de outubro de 2024.

ANA MARCIA

KAUL:177780210

00135

ANA MÁRCIA KAUL

Representante da empresa

Assinado de forma digital por
ANA MARCIA
KAUL:17778021000135
Dados: 2024.10.16 08:50:11
-03'00'

ANA MÁRCIA KAUL – ME

CNPJ: 17.778.021/0001-35

Colônia Dr. Affonso, s/n.º, Linha Buricá, Santa Helena - PR.

Fone: 45 98839 1727

Email: ana.kaul@hotmail.com

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES

1 - DA EMPRESA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ANA MARCIA KAUL EIRELI

RUA: VILA R.L SEM DENOMINAÇÃO COLONIA DR. AFONSO

BAIRRO: LINHA BURICA

CIDADE: SANTA HELENA/PR.

CEP: 85892 - 000

CNPJ Nº: 17.778.021/0001-35

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90780280-90

TELEFONE: 045 3268 1337

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME: ANA MARCIA KAUL

FUNÇÃO: PROPRIETÁRIA

DATA DE NASCIMENTO: 10 DE JUNHO DE 1979.

ESTADO CIVIL: CASADA

RG Nº: 7.179.057-6

CPF Nº: 022.044.709-88

RUA GOIAS Nº: 720

BAIRRO: CENTRO

CIDADE: SANTA HELENA

ESTADO: PARANÁ

CEP: 85892 000

TELEFONE: 045 3268 1337

CELULAR: 045 98839 1727

EMAIL: ana.kaul@hotmail.com

Ubiratã/PR, 16 de outubro de 2024.

ANA MARCIA

KAUL:17778021000135

Assinado de forma digital por

ANA MARCIA

KAUL:17778021000135

Dados: 2024.10.16 08:50:23 -03'00'

ANA MÁRCIA KAUL

Representante da empresa

Proc. Administrativo (Nota interna 16/10/2024 10:23) 9.228/2024

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/10/2024 às 10:23:52

Relatórios de Julgamento.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

Anexos:

relatorio_julg_hab_98793305900972024_s1_item_1.pdf

relatorio_julg_hab_98793305900972024_s1_item_2.pdf



TERMO DE JULGAMENTO
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR
PREGÃO 90097/2024

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	PR
Objeto da compra:	Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.		
Entrega de propostas:	De 01/10/2024 às 08:00 até 16/10/2024 às 08:15		
Abertura da sessão pública:	Dia 16/10/2024 às 08:15 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/10/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 2 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	16/10/2024 às 08:36:19	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
16/10/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
16/10/2024 às 08:36:18	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Instalação / Manutenção / Operação / Locação - Equipamentode Luz / Imagem / Som

Locação de som e iluminação e painel de Led para palco de 18x14m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da Cantora PAULA FERNANDES, para show a ser realizado no dia 03/11/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 01:30 horas.

Valor estimado:	R\$ 34.900,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UN
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 10,0000		
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF ***.130.***1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55, melhor lance: R\$ 24.200,0000

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
17.778.021/0001-35 - ANA MARCIA KAUL Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
21.474.292/0002-55 - ESTACAO MIX EVENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 24.200,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
97.409.965/0001-74 - J. L. MUNHOZ - PRODUCAO E ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 34.899,9000	-
Valor proposta: R\$ 34.899,9000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
11.019.094/0001-67 - KMA SONORIZACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 34.590,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
20.955.278/0001-20 - M. K. IBRAHIM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 24.590,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
16.651.256/0001-07 - MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 34.900,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
15.071.617/0001-75 - R.M. EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 24.300,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
06.227.610/0001-09 - SEA - SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E LOCACOES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 34.700,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
53.588.605/0001-01 - SOM E LUZ CURITIBA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 31.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
04.473.887/0001-96 - VIA SOM BRASIL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.490,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.899,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
42.129.716/0001-33 - W V SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 30.950,0000	-
Valor proposta: R\$ 34.900,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
16/10/2024 08:15:46	20.955.278/0001-20	R\$ 34.870,0000
16/10/2024 08:20:06	17.778.021/0001-35	R\$ 34.850,0000
16/10/2024 08:20:13	04.473.887/0001-96	R\$ 34.840,0000
16/10/2024 08:20:18	20.955.278/0001-20	R\$ 34.830,0000
16/10/2024 08:20:42	04.473.887/0001-96	R\$ 34.800,0000
16/10/2024 08:20:48	20.955.278/0001-20	R\$ 34.790,0000
16/10/2024 08:21:13	04.473.887/0001-96	R\$ 34.780,0000
16/10/2024 08:21:16	20.955.278/0001-20	R\$ 34.770,0000
16/10/2024 08:21:37	04.473.887/0001-96	R\$ 34.760,0000
16/10/2024 08:21:40	20.955.278/0001-20	R\$ 34.750,0000
16/10/2024 08:22:00	17.778.021/0001-35	R\$ 34.740,0000
16/10/2024 08:22:05	20.955.278/0001-20	R\$ 34.730,0000
16/10/2024 08:22:15	04.473.887/0001-96	R\$ 34.740,0000

Data/hora	Participante	Lance
16/10/2024 08:22:18	11.019.094/0001-67	R\$ 34.720,0000
16/10/2024 08:22:27	04.473.887/0001-96	R\$ 34.700,0000
16/10/2024 08:22:46	11.019.094/0001-67	R\$ 34.690,0000
16/10/2024 08:22:52	04.473.887/0001-96	R\$ 34.650,0000
16/10/2024 08:23:11	17.778.021/0001-35	R\$ 34.600,0000
16/10/2024 08:23:16	20.955.278/0001-20	R\$ 32.900,0000
16/10/2024 08:23:27	04.473.887/0001-96	R\$ 32.890,0000
16/10/2024 08:23:30	21.474.292/0002-55	R\$ 31.900,0000
16/10/2024 08:23:43	04.473.887/0001-96	R\$ 31.890,0000
16/10/2024 08:23:47	21.474.292/0002-55	R\$ 31.850,0000
16/10/2024 08:23:49	20.955.278/0001-20	R\$ 31.800,0000
16/10/2024 08:23:58	15.071.617/0001-75	R\$ 31.500,0000
16/10/2024 08:24:03	20.955.278/0001-20	R\$ 31.400,0000
16/10/2024 08:24:03	04.473.887/0001-96	R\$ 31.490,0000
16/10/2024 08:24:10	21.474.292/0002-55	R\$ 31.300,0000
16/10/2024 08:24:11	04.473.887/0001-96	R\$ 31.380,0000
16/10/2024 08:24:16	20.955.278/0001-20	R\$ 31.290,0000
16/10/2024 08:24:20	21.474.292/0002-55	R\$ 31.250,0000
16/10/2024 08:24:25	20.955.278/0001-20	R\$ 31.200,0000
16/10/2024 08:24:30	21.474.292/0002-55	R\$ 31.190,0000
16/10/2024 08:24:33	20.955.278/0001-20	R\$ 31.180,0000
16/10/2024 08:24:36	21.474.292/0002-55	R\$ 31.170,0000
16/10/2024 08:24:37	04.473.887/0001-96	R\$ 31.180,0000
16/10/2024 08:24:39	20.955.278/0001-20	R\$ 31.160,0000
16/10/2024 08:24:44	21.474.292/0002-55	R\$ 31.150,0000
16/10/2024 08:24:46	20.955.278/0001-20	R\$ 31.140,0000
16/10/2024 08:24:52	21.474.292/0002-55	R\$ 31.130,0000
16/10/2024 08:24:55	20.955.278/0001-20	R\$ 31.120,0000
16/10/2024 08:24:59	21.474.292/0002-55	R\$ 31.110,0000
16/10/2024 08:25:01	20.955.278/0001-20	R\$ 31.100,0000
16/10/2024 08:25:06	21.474.292/0002-55	R\$ 31.090,0000
16/10/2024 08:25:08	04.473.887/0001-96	R\$ 31.080,0000
16/10/2024 08:25:16	20.955.278/0001-20	R\$ 31.070,0000

Data/hora	Participante	Lance
16/10/2024 08:25:22	53.588.605/0001-01	R\$ 31.000,0000
16/10/2024 08:25:27	21.474.292/0002-55	R\$ 28.000,0000
16/10/2024 08:25:42	04.473.887/0001-96	R\$ 27.990,0000
16/10/2024 08:25:47	21.474.292/0002-55	R\$ 27.000,0000
16/10/2024 08:26:02	04.473.887/0001-96	R\$ 26.990,0000
16/10/2024 08:26:06	21.474.292/0002-55	R\$ 26.500,0000
16/10/2024 08:26:28	04.473.887/0001-96	R\$ 26.490,0000
16/10/2024 08:26:31	21.474.292/0002-55	R\$ 26.400,0000
16/10/2024 08:26:41	06.227.610/0001-09	R\$ 34.700,0000
16/10/2024 08:26:46	21.474.292/0002-55	R\$ 26.350,0000
16/10/2024 08:27:30	11.019.094/0001-67	R\$ 34.590,0000
16/10/2024 08:28:08	20.955.278/0001-20	R\$ 26.300,0000
16/10/2024 08:28:15	21.474.292/0002-55	R\$ 26.250,0000
16/10/2024 08:28:20	20.955.278/0001-20	R\$ 26.200,0000
16/10/2024 08:28:23	21.474.292/0002-55	R\$ 26.150,0000
16/10/2024 08:28:28	20.955.278/0001-20	R\$ 26.100,0000
16/10/2024 08:28:30	21.474.292/0002-55	R\$ 26.000,0000
16/10/2024 08:28:41	20.955.278/0001-20	R\$ 25.900,0000
16/10/2024 08:28:44	21.474.292/0002-55	R\$ 25.800,0000
16/10/2024 08:28:52	20.955.278/0001-20	R\$ 25.700,0000
16/10/2024 08:28:55	21.474.292/0002-55	R\$ 25.600,0000
16/10/2024 08:29:05	20.955.278/0001-20	R\$ 25.500,0000
16/10/2024 08:29:07	21.474.292/0002-55	R\$ 25.450,0000
16/10/2024 08:29:10	20.955.278/0001-20	R\$ 25.400,0000
16/10/2024 08:29:13	21.474.292/0002-55	R\$ 25.350,0000
16/10/2024 08:29:17	20.955.278/0001-20	R\$ 25.300,0000
16/10/2024 08:29:18	21.474.292/0002-55	R\$ 25.250,0000
16/10/2024 08:29:24	20.955.278/0001-20	R\$ 25.200,0000
16/10/2024 08:29:25	21.474.292/0002-55	R\$ 25.100,0000
16/10/2024 08:29:28	20.955.278/0001-20	R\$ 25.000,0000
16/10/2024 08:29:33	21.474.292/0002-55	R\$ 24.990,0000
16/10/2024 08:29:41	20.955.278/0001-20	R\$ 24.980,0000
16/10/2024 08:29:43	17.778.021/0001-35	R\$ 26.000,0000

Data/hora	Participante	Lance
16/10/2024 08:29:46	21.474.292/0002-55	R\$ 24.970,0000
16/10/2024 08:29:49	20.955.278/0001-20	R\$ 24.960,0000
16/10/2024 08:29:51	21.474.292/0002-55	R\$ 24.950,0000
16/10/2024 08:29:55	20.955.278/0001-20	R\$ 24.940,0000
16/10/2024 08:29:57	21.474.292/0002-55	R\$ 24.930,0000
16/10/2024 08:30:00	20.955.278/0001-20	R\$ 24.920,0000
16/10/2024 08:30:03	21.474.292/0002-55	R\$ 24.910,0000
16/10/2024 08:30:06	20.955.278/0001-20	R\$ 24.900,0000
16/10/2024 08:30:08	21.474.292/0002-55	R\$ 24.890,0000
16/10/2024 08:30:13	20.955.278/0001-20	R\$ 24.880,0000
16/10/2024 08:30:16	21.474.292/0002-55	R\$ 24.860,0000
16/10/2024 08:30:19	20.955.278/0001-20	R\$ 24.840,0000
16/10/2024 08:30:21	21.474.292/0002-55	R\$ 24.830,0000
16/10/2024 08:30:27	20.955.278/0001-20	R\$ 24.820,0000
16/10/2024 08:30:29	21.474.292/0002-55	R\$ 24.810,0000
16/10/2024 08:30:33	20.955.278/0001-20	R\$ 24.800,0000
16/10/2024 08:30:35	21.474.292/0002-55	R\$ 24.790,0000
16/10/2024 08:30:42	20.955.278/0001-20	R\$ 24.780,0000
16/10/2024 08:30:44	21.474.292/0002-55	R\$ 24.760,0000
16/10/2024 08:30:50	20.955.278/0001-20	R\$ 24.750,0000
16/10/2024 08:30:52	21.474.292/0002-55	R\$ 24.740,0000
16/10/2024 08:30:54	20.955.278/0001-20	R\$ 24.730,0000
16/10/2024 08:30:57	21.474.292/0002-55	R\$ 24.700,0000
16/10/2024 08:31:03	20.955.278/0001-20	R\$ 24.690,0000
16/10/2024 08:31:05	21.474.292/0002-55	R\$ 24.650,0000
16/10/2024 08:31:12	20.955.278/0001-20	R\$ 24.640,0000
16/10/2024 08:31:15	21.474.292/0002-55	R\$ 24.630,0000
16/10/2024 08:31:18	20.955.278/0001-20	R\$ 24.620,0000
16/10/2024 08:31:23	21.474.292/0002-55	R\$ 24.600,0000
16/10/2024 08:31:27	20.955.278/0001-20	R\$ 24.590,0000
16/10/2024 08:31:30	21.474.292/0002-55	R\$ 24.500,0000
16/10/2024 08:32:53	42.129.716/0001-33	R\$ 31.950,0000
16/10/2024 08:32:56	21.474.292/0002-55	R\$ 24.450,0000

Data/hora	Participante	Lance
16/10/2024 08:32:58	15.071.617/0001-75	R\$ 24.300,0000
16/10/2024 08:33:05	21.474.292/0002-55	R\$ 24.250,0000
16/10/2024 08:33:22	42.129.716/0001-33	R\$ 30.950,0000
16/10/2024 08:33:25	21.474.292/0002-55	R\$ 24.200,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/10/2024 08:15:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	16/10/2024 08:35:26	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 21.474.292/0002-55	16/10/2024 08:36:57	Bom dia, senhor fornecedor. Aceita negociar o valor proposto para o item?
pelo participante 21.474.292/0002-55	16/10/2024 08:37:38	Bom dia, já baixamos muito na etapa de lances, não consigo mais.
Sistema para o participante 21.474.292/0002-55	16/10/2024 08:40:04	Sr. Fornecedor ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:45:00 do dia 16/10/2024. Justificativa: Proposta final.
pelo participante 21.474.292/0002-55	16/10/2024 08:50:12	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 08:50:12 de 16/10/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55.
Sistema	16/10/2024 08:53:32	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/10/2024 09:03:32.
Sistema	16/10/2024 09:08:01	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/10/2024 09:18:01.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
16/10/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
16/10/2024 08:35:26	Item com etapa aberta encerrada.
16/10/2024 08:35:26	Item encerrado para lances.
16/10/2024 08:40:04	Fornecedor ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 16/10/2024 10:45:00. Motivo: Proposta final.
16/10/2024 08:50:12	Fornecedor ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55 finalizou o envio de anexo.
16/10/2024 08:53:32	Fornecedor ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 24.200,0000.
16/10/2024 09:08:01	Fornecedor ESTACAO MIX EVENTOS LTDA, CNPJ 21.474.292/0002-55 foi habilitado.
16/10/2024 09:28:12	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



TERMO DE JULGAMENTO
UASG 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR
PREGÃO 90097/2024

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	PR
Objeto da compra:	Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.		
Entrega de propostas:	De 01/10/2024 às 08:00 até 16/10/2024 às 08:15		
Abertura da sessão pública:	Dia 16/10/2024 às 08:15 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/10/2024 às 08:15:00	A sessão pública está aberta. Até 2 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	16/10/2024 às 08:36:19	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
16/10/2024 às 08:15:00	Abertura da sessão pública
16/10/2024 às 08:36:18	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Instalação / Manutenção / Operação / Locação - Equipamentode Luz / Imagem / Som

Locação de som e iluminação e painel de LED para palco de 12x10m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da BANDA CLUB 7, para show da virada a ser realizado no dia 31/12/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 03:00 horas.

Valor estimado:	R\$ 26.950,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UN
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 10,0000		
Tratamento Diferenciado	Exclusividade ME/EPP (inciso I, art. 48, LC 123/2006)		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF ***.130.***-1 - RENAN FELIPE DA SILVA LIMA para ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35, melhor lance: R\$ 25.990,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
17.778.021/0001-35 - ANA MARCIA KAUL Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 25.990,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 26.950,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
21.474.292/0002-55 - ESTACAO MIX EVENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.950,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.950,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
97.409.965/0001-74 - J. L. MUNHOZ - PRODUCAO E ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.950,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.950,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
16.651.256/0001-07 - MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.950,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.950,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
15.071.617/0001-75 - R.M. EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.950,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.950,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
53.588.605/0001-01 - SOM E LUZ CURITIBA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.950,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.950,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
04.473.887/0001-96 - VIA SOM BRASIL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.949,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
42.129.716/0001-33 - W V SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D) UF: PR	R\$ 26.500,0000	-
Valor proposta: R\$ 26.500,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
16/10/2024 08:20:02	17.778.021/0001-35	R\$ 26.450,0000
16/10/2024 08:20:24	04.473.887/0001-96	R\$ 26.000,0000
16/10/2024 08:22:04	17.778.021/0001-35	R\$ 25.990,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/10/2024 08:15:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	16/10/2024 08:25:01	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 08:37:03	Bom dia, senhor fornecedor. Aceita negociar o valor proposto para o item?
Sistema para o participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 08:40:23	Sr. Fornecedor ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 10:45:00 do dia 16/10/2024. Justificativa: Proposta final..
Sistema para o participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 08:53:53	Senhor fornecedor, poderia por gentileza se manifestar no chat?
pelo participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 09:18:31	ola
pelo participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 09:18:49	Ja estamos anexando a documentação e proposta ajustada
pelo participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 09:19:09	O Valor iremos manter o ultimo ofertado
pelo participante 17.778.021/0001-35	16/10/2024 09:20:52	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:20:52 de 16/10/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35.
Sistema	16/10/2024 09:22:45	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/10/2024 09:32:45.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/10/2024 09:36:36	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 16/10/2024 09:46:36.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
16/10/2024 08:15:00	Item aberto para lances.
16/10/2024 08:25:01	Item com etapa aberta encerrada.
16/10/2024 08:25:01	Item encerrado para lances.
16/10/2024 08:40:23	Fornecedor ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 16/10/2024 10:45:00. Motivo: Proposta final..
16/10/2024 09:20:52	Fornecedor ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35 finalizou o envio de anexo.
16/10/2024 09:22:45	Fornecedor ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 25.990,0000.
16/10/2024 09:36:36	Fornecedor ANA MARCIA KAUL, CNPJ 17.778.021/0001-35 foi habilitado.
16/10/2024 09:51:13	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Proc. Administrativo 10- 9.228/2024

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 16/10/2024 às 10:25:08

Na condição de Agente de Contratação do Município de Ubatã, encaminho o presente procedimento à Divisão de Licitação propondo sua adjudicação e homologação, conforme Relatório de Julgamento constante na Nota Interna anterior. Declaro que o julgamento da licitação, ato este sob minha responsabilidade, atendeu todos os requisitos estabelecidos pela legislação.

Atenciosamente,

Renan Felipe

Agente de Contratação

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 16/10/2024 às 10:29:09

Informo que o parecer jurídico conclusivo foi solicitado à assessoria jurídica. Aguardo a elaboração e envio para prosseguimento.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2024 às 15:05:03

Segue parecer jurídico conclusivo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Parecer_conclusivo_pregao_eletronico.pdf

Re__PARECER_JURIDICO_CONCLUSIVO_CONTRATACAO_DE_SOM_ILUMINACAO_E_PAINEL_DE_LED_FESTA_DE_ANIVERSAR

PARECER JURIDICO CONCLUSIVO

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é a LOCAÇÃO DE SOM, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, DE ACORDO COM RIDEI TE CNICO APRESENTADO PELOS ARTISTAS, PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E VIRADA DO ANO.

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado à assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao Artigo 53 da Lei nº 14.133/21, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo.

O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, bem como, amparada pela Lei 14.133/21.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharam exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento o assessor jurídico emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva-se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

Esse é o parecer.

Ubatuba, 30 de outubro de 2024.

**CARLOS
DANIEL
SOBIEIRA
MACHADO**

Assinado de forma
digital por CARLOS
DANIEL SOBIEIRA
MACHADO

Dados: 2024.10.30
12:01:29 -03'00'

Carlos Daniel Sobierai Machado

Assessor Jurídico
OAB-PR 65.323

Assunto: Re: PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO (CONTRATAÇÃO DE SOM ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED FESTA DE ANIVERSÁRIO E VIRADA DE ANO)

De: assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br

Data: 30/10/2024, 13:01

Para: Licitação Ubiratã <licitacao@ubirata.pr.gov.br>

Prezado(a),

Anexo parecer jurídico.

Atenciosamente

Carlos Daniel Sobierai Machado

Assessor Jurídico

OAB/PR 65.323

Em 2024-10-24 08:31, Licitação Ubiratã escreveu:

Prezado obrigado por avisar, segue anexo correto, referente a presente licitação, à disposição.

Em 19/10/2024 08:55, assessoriajuridica@ubirata.pr.gov.br escreveu:

Prezado(a),

anexo não corresponde a solicitação.

Anexo é da requisição REQUISIÇÃO 253 2024

Atenciosamente

Carlos Daniel Sobierai Machado

Assessor Jurídico

OAB/PR 65.323

Em 2024-10-16 10:39, Licitação Ubiratã escreveu:

Prezado, solicito emissão de parecer jurídico conclusivo, referente processo em anexo, à disposição.

— Anexos: —

Parecer conclusivo pregão eletronico.pdf

614KB

Proc. Administrativo (Nota interna 30/10/2024 15:17) 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2024 às 15:17:53

Segue em tempo, certidão FGTS atualizada, da empresa ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Consulta_Regularidade_do_Empregador.pdf

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.474.292/0002-55
Razão Social: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA
Endereço: R JOSE ANTONIO FERRARI 152 / PARQUE INDUSTRIAL / CIANORTE / PR / 87207-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/10/2024 a 11/11/2024

Certificação Número: 2024101303082234090913

Informação obtida em 30/10/2024 15:16:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Proc. Administrativo (Nota interna 30/10/2024 15:20) 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2024 às 15:20:43

Segue em tempo, certidão FGTS atualizada, da empresa ANA MARCIA KAUL.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

Consulta_Regularidade_do_Empregador.pdf

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.778.021/0001-35
Razão Social: ANA MARCIA KAUL
Endereço: RUA GOIAS / CENTRO / SANTA HELENA / PR / 85892-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/10/2024 a 11/11/2024

Certificação Número: 2024101302592033857307

Informação obtida em 30/10/2024 15:19:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2024 às 15:22:52

Nas duas notas internas acima, referentes às certidões FGTS, desconsiderar ATUALIZADA e considerar ATUALIZADA.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 11- 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 30/10/2024 às 17:02:25

Segue termo de adjudicação e homologação assinado pela autoridade competente.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

TERMO_6605assinado.pdf

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6605/2024.
2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024.
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.**
4. FORNECEDORES:
 - 4.1. **ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.474.292/0002-55, situada na Rua Jose Antônio Ferrari, nº 152, no município de Cianorte, Estado do Paraná, CEP nº 87207-030.
VALOR: R\$-24.200,00(vinte e quatro mil e duzentos reais).
 - 4.2. **ANA MÁRCIA KAUL - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.778.021/0001-35, situada na Colônia Dr. Affonso, no município de Santa Helena, Estado do Paraná, CEP nº 85892-000.
VALOR: R\$-25.990,00(vinte e cinco mil novecentos e noventa reais).
5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 30/10/2024.
6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2024.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 30 de outubro de 2024.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:600760
20959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2024.10.30
16:48:57 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 30/10/2024 às 17:03:37

Informo que os contratos foram enviados para assinatura. Assim que assinados serão anexados ao processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Proc. Administrativo (Nota interna 31/10/2024 10:08) 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/10/2024 às 10:08:43

Segue contrato nº 173/2024 assinado pelas partes.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

CONTRATO_N_173_2024_assinado.pdf

TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº 6605/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E ESTAÇÃO MIX
EVENTOS LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.474.292/0002-55, situada na Rua Jose Antônio Ferrari, nº 152, no município de Cianorte, Estado do Paraná, CEP nº 87207-030, Telefone nº (44) 99976-0046, e-mail: comercial@estacaomix.com.br, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por Luiz Carlos Ferreira, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 6605/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 97/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	Locação de som e iluminação e painel de Led para palco de 18x14m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da Cantora PAULA FERNANDES, para show a ser realizado no dia 03/11/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 01:30 horas.	1	UN.	24.200,00	24.200,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor total da contratação é de R\$-24.200,00(vinte e quatro mil e duzentos reais).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/09/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [\(art. 92, XIV, XVI e XVII\)](#)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Cumprir demais obrigações dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	4575	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	34.900,00
0702	4576	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	26.950,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubitatã para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ubitatã, Paraná, 30 de outubro de 2024.

FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020
959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2024.10.30 16:49:27
-03'00'

Representante legal do CONTRATANTE

LUIZ CARLOS
FERREIRA:8183
7003904

Assinado de forma digital
por LUIZ CARLOS
FERREIRA:81837003904
Dados: 2024.10.31
09:49:56 -03'00'

Representante legal do CONTRATADO

Proc. Administrativo (Nota interna 01/11/2024 14:36) 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 01/11/2024 às 14:36:36

Seguem publicações, referentes ao contrato nº 173/2024.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

JORNAL_6605.pdf

PNCP_173.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2024

EDIÇÃO ESPECIAL 2.109- ANO: XIX

Página 3 de 6

www.ubirata.pr.gov.br

5. VALOR: R\$ 211.100,00 (duzentos e onze mil e cem e dez reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 31/10/2024.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 31 de outubro de 2024.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6605/2024.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2024.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RÍDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

4. FORNECEDORES:

4.1. ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.474.292/0002-55, situada na Rua Jose Antônio Ferrari, nº 152, no município de Cianorte, Estado do Paraná, CEP nº 87207-030.

VALOR: R\$-24.200,00(vinte e quatro mil e duzentos reais).

4.2. ANA MÁRCIA KAUL - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.778.021/0001-35, situada na Colônia Dr. Affonso, no município de Santa Helena, Estado do Paraná, CEP nº 85892-000.

VALOR: R\$-25.990,00(vinte e cinco mil novecentos e noventa reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 30/10/2024.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2024.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 30 de outubro de 2024.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, resolve ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6612/2024.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: contratação de empresa para coleta, transporte, tratamento pelo processo de autoclavagem e incineração dos resíduos da saúde.

4. FORNECEDOR: BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.680.158/0001-61, situada na Rua Abrão Nacles, nº 514, no município de Cianorte, Estado do Paraná, CEP nº 87200-149.

VALOR: R\$-66.456,00(sessenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 31/10/2024.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31/10/2024.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 31 de outubro de 2024.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6431/2024

CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA SOTEX SERVIÇOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO LTDA.

1. OBJETO DO CONTRATO:

Aquisição de materiais médicos e de enfermagem, materiais de higiene e desinfecção, curativos, EPIs, insumos, instrumentais, equipamentos e materiais permanentes, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades de atendimento.

2. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000.

3. CONTRATADA:

SOTEX SERVIÇOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.820.113/0001-71, sediada na Rua Rodolfo Cremm, nº 12.970, Jardim Monte Rei, no município de Maringá, estado do Paraná.

4. MOTIVAÇÃO:

Conforme autos do Ofício nº 2.901/2024 (1Doc) - anexo à presente solicitação, o fornecedor SOTEX SERVIÇOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO LTDA solicitou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 87/2024 devido à impossibilidade de atender a demanda da solicitação de compra encaminhada pelo município de Ubatuba.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Cláusula oitava da Ata de Registro de Preços nº 87/2024.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Fica declarado que não há fornecimentos inconclusos, pagamentos pendentes e/ou indenizações devidas, ficando a Ata de registro de preços Nº 87/2024 extinta a partir da presente data.

Ubatuba, Paraná, 30 de outubro de 2024.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

Contratante



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: JORNAL_6605.pdf (1/2)

344/6620



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUINTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2024

EDIÇÃO ESPECIAL 2.109- ANO: XIX

Página 4 de 6

www.ubirata.pr.gov.br**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 270/2024**

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): ANDARE ADESIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.561.905/0001-54.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6606/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS.

VALOR: R\$ 41.574,00(quarenta e um mil quinhentos e setenta e quatro reais).

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2024

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): ESTAÇÃO MIX EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.474.292/0002-55.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6605/2024.

OBJETO: Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

VALOR: R\$-24.200,00(vinte e quatro mil e duzentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2024.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6505/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA G R DISTRIBUIDORA LTDA, TENDO POR FINALIDADE O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1. OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ENTIDADES, PROJETOS E PROGRAMAS LIGADOS A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAÚDE.

2. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, residente e domiciliado nesta Cidade.

3. CONTRATADA:

G R DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.225.542/0001-30, estabelecida à Rua João Vargas, no nº 2451, CEP nº 85825-000, na cidade de Santa Tereza D Oeste, Estado do PR.

4. FINALIDADE DO ADITIVO:

Conceder reequilíbrio econômico-financeiro, na forma da tabela abaixo, conforme solicitação da Secretaria da Saúde e comprovações nos autos do processo.

LOTE	ITENS	DESCRIÇÃO	QTD (saldo da ata)	V. UNIT	V. (saldo)	ATUALIZADO
62	1	Carne bovina TIPO: acém, sem osso, crua deverá apresentar no máximo 5% (cinco por cento) de gordura total	1760	20,80	28,35	
63	1	Carne bovina TIPO: de segunda crua deverá apresentar no máximo 20% (vinte por cento) de gordura total	1702	18,90	29,44	
65	1	Carne bovina TIPO: patinho cru deverá apresentar no máximo 5% (cinco por cento) de gordura total	160	32,84	34,83	
66	1	Carne bovina TIPO: patinho cru deverá apresentar no máximo 5% (cinco por cento) de gordura total	838	17,05	20,88	
68	1	Carne de ave crua TIPO: frango, coxa e sobrecoxa	1750	7,79	10,44	

5. PREVISÃO LEGAL:

Artigo 124, II d da Lei 14.133 de 2021 e cláusula 5.3 da Ata de Registro de Preços Nº 147/2024.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições da Ata não modificadas pelo presente Termo Aditivo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas pelas partes neste ato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor.

Ubatuba, 30 de outubro de 2024.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito

Contratante

G R DISTRIBUIDORA LTDA

Representante Legal

Contratada

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6532/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E A EMPRESA G R DISTRIBUIDORA LTDA, TENDO POR FINALIDADE O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: JORNAL_6605.pdf (2/2)

345/6620

 > [Contratos](#)

Contrato nº 173/2024

Última atualização 01/11/2024

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade executora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 90097 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 01/11/2024 **Data de assinatura:** 30/10/2024 **Vigência:** de 30/10/2024 a 30/06/2025

Id contrato PNCP: 76950096000110-2-000179/2024 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [76950096000110-1-000224/2024](#)

Objeto:

Locacao de som iluminacao e painel de LED de acordo com RIDER Tecnico apresentado pelos artistas para realizacao da festa de aniversario do municipio e virada do ano.

VALOR CONTRATADO

R\$ 24.200,00


FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 21.474.292/0002-55 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: ESTACAO MIX EVENTOS LTDA

Arquivos



Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
CONTRATO 173	01/11/2024	Contrato	

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página

< Voltar





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 01/11/2024 às 16:56:18

Segue contrato nº 174/2024 assinado pelas partes.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

CONTRATO_N_174_2024_assinado.pdf

TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – PR

Processo Administrativo nº 6605/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ E ANA MÁRCIA KAUL - ME.**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.096/0001-10, com sede no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, neste ato representado pelo prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **ANA MÁRCIA KAUL - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.778.021/0001-35, situada na Colônia Dr. Affonso, no município de Santa Helena, Estado do Paraná, CEP nº 85892-000, Telefone nº (45) 98839-1727, e-mail: ana.kaul@hotmail.com, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por Ana Marcia Kaul, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 6605/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 97/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
2	Locação de som e iluminação e painel de LED para palco de 12x10m, incluso montagem e desmontagem, conforme Rider técnico da BANDA CLUB 7, para show da virada a ser realizado no dia 31/12/2024, com início previsto as 23:00 horas e duração aproximada de 03:00 horas.	1	UN.	25.990,00	25.990,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 8 (oito) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor total da contratação é de R\$-25.990,00(vinte e cinco mil novecentos e noventa reais).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/09/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [\(art. 92, XIV, XVI e XVII\)](#)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Cumprir demais obrigações dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	4575	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	34.900,00
0702	4576	339039140000	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E	Livre	26.950,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ubatuba, Paraná, 30 de outubro de 2024.

FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2024.10.30
16:49:50 -03'00'

Representante legal do CONTRATANTE

ANA MARCIA
KAUL:17778021000135
000135

Assinado de forma digital
por ANA MARCIA
KAUL:17778021000135
Dados: 2024.11.01
16:46:11 -03'00'

Representante legal do CONTRATADO

Proc. Administrativo (Nota interna 05/11/2024 10:40) 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 05/11/2024 às 10:40:41

Seguem publicações, referentes ao contrato nº 174/2024.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação

Anexos:

jornal_contrato_174.pdf

pncp_174.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 2024

EDIÇÃO SEMANAL 2.111- ANO: XIX

Página 4 de 4

www.ubirata.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6322/2023

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS EM SAÚDE MENTAL INFANTIL NO CAPSi, CONFORME CHAMAMENTO 3/2023.

FINALIDADE DO ADITIVO: Prorrogar a vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, passando o término do mesmo para 06/11/2025, reajustando os valores para consumo no período em 4,205650% de acordo com a variação do INPC. Ficando o valor unitário reajustado em R\$-166,73 e o valor total disponível para consumo no período em R\$-120.045,60.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2024

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): ANA MÁRCIA KAUL - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.778.021/0001-35.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6605/2024.

OBJETO: Locação de som, iluminação e painel de LED, de acordo com RIDER Técnico apresentado pelos artistas, para realização da festa de aniversário do município e virada do ano.

VALOR: R\$-25.990,00(vinte e cinco mil novecentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2024.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Sem Publicações

Redação e Administração:
Divisão de Imprensa Oficial
Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852
CEP. 85.440-000 - Ubatuba/Paraná
e-mail: legislar@ubirata.pr.gov.br
Fone: (44)3543-8000



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Proc. Administrativo 9.228/2024 | Anexo: jornal_contrato_174.pdf (1/1)

359/6620

 > [Contratos](#)

Contrato nº 174/2024

Última atualização 05/11/2024

Local: Ubiratã/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE UBIRATA **Unidade executora:** 987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA - PR

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 90097 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 05/11/2024 **Data de assinatura:** 30/10/2024 **Vigência:** de 30/10/2024 a 30/06/2025

Id contrato PNCP: 76950096000110-2-000181/2024 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [76950096000110-1-000224/2024](#)

Objeto:

Locacao de som iluminacao e painel de LED de acordo com RIDER Tecnico apresentado pelos artistas para realizacao da festa de aniversario do municipio e virada do ano.

VALOR CONTRATADO

R\$ 25.990,00


FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 17.778.021/0001-35 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: ANA MARCIA KAUL ME

Arquivos



Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
CONTRATO 174	05/11/2024	Contrato	

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página

< Voltar





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Proc. Administrativo 12- 9.228/2024

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 05/11/2024 às 10:41:31

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-SP

Encaminhado para o encerramento do processo.

—

Diego da Silva Bezerra

Divisão de Licitação